

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB PRÓ-REITORIA DE PESQUISA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (DEDC) - CAMPUS I PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE (PPGEDUC)

TEREZA VERENA MELO DA PAIXÃO

MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA: INTERFACES E ESPECIFICIDADES NA ANÁLISE DESSA RELAÇÃO

TEREZA VERENA MELO DA PAIXÃO

MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA: INTERFACES E ESPECIFICIDADES NA ANÁLISE DESSA RELAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Linha de Pesquisa Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim

P149m

Paixão, Tereza Verena Melo da

Múltiplas dimensões da educação ambiental e agroecologia: interfaces e especificidades na análise dessa relação / Tereza Verena Melo da Paixão.-- Salvador, 2020.

109 fls : il.

Orientador (a): Avelar Luiz Bastos

Mutim. Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, Câmpus I. 2020.

1. Educação Ambiental. 2. Agroecologia. 3. Políticas Públicas.

CDD: 107

FOLHA DE APROVAÇÃO

MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA: INTERFACES E ESPECIFICIDADES NA ANÁLISE DESSA RELAÇÃO

TEREZA VERENA MELO DA PAIXÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 20 de maio de 2020, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Doutorado em Educação

Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

Prof. Dr. Heron Ferreira Souza

Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia Baiano - IFBaiano

Doutorado em Educação

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil

Educado José Fernandes Nunes

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Doutorado em Análise Geográfica Regional

Universidade de Barcelona, UB, Espanha

Prof. Dr. Francisco Emanuel Matos Brito

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Doutorado em Ciências Sociais

Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil



AGRADECIMENTOS

"Muita gente me ajudou chegar aqui [...]. Minha família, meus amigos, minha fé. A vocês devo tudo" (Gratidão, Xande de Pilares)

Com essa linda música dou início aos meus agradecimentos. Felizmente, não estive sozinha nessa caminhada, muitas pessoas me ajudaram a seguir, e hoje só tenho a agradecer.

Primeiramente a Deus por ser a base das minhas conquistas, a Ele devo a oportunidade de chegar até onde cheguei.

Aos meus pais Zeca e Terezinha por serem meu alicerce, por respeitarem minhas escolhas e por compreenderem a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho. A vocês devo a minha vida, Amo vocês incondicionalmente!

Ao meu irmão Adson (*in memoriam*) você não tem noção da falta que me faz, obrigada pelos momentos que vivemos, não tenho dúvidas que esteve e estarás o tempo todo daí de cima torcendo por mim. Te amarei eternamente!

Aos meus irmãos Claudia, Gal, Kelly, Junior e Duda, sem os quais nada poderia ter sido possível. Pelo apoio, incentivo, motivação, amor, enfim, por tudo que tens me proporcionado em nosso convívio, por cada palavra, por cada sorriso, por cada momento. Vocês são meu porto sempre seguro, meus sinceros agradecimentos. Amor incondicional!

Aos meus sobrinhos Ítalo, Aylla, João e Bia por todo amor, pelos sorrisos e por me fazer sonhar e lutar por um mundo melhor. Desculpem-me pela minha falta de tempo, meu coração ficava em pedaços quando me pediam para ficar mais um pouco e eu precisava ir estudar. Vocês são a minha fortaleza, amo vocês!

Aos meus cunhados Amaral, Fabi e Gabi obrigada por todo carinho e amor. Vocês são especiais em minha vida!

A Fiu, Beto e Mila pelo acolhimento nas suas casas, por me proporcionar a companhia e fazer me sentir em casa. Obrigada por toda atenção e carinho!

A Neto, presente especial que a vida me deu, obrigada por aguentar os meus chiliques e me fortalecer fazendo vê que era só um momento e que já, já iria passar. Obrigada por tudo!

Aos meus amigos, pela compreensão das ausências e pelo afastamento temporário. Em especial Mile e Nessa, sempre presentes comigo em cada nova etapa da minha vida, brindando a alegria da amizade com a verdadeira sabedoria e amor. Amo vocês! A Rony por lutar cada etapa comigo para que esse nosso sonho do mestrado acontecesse, quantas escritas, quantas madrugadas. Obrigada por toda dedicação e amizade.

Aos colegas do PPGEduC por cada partilha, em especial a três amigos que o Mestrado me deu: Juli companheira/amiga inseparável e que nos momentos de alegria e de angústia esteve sempre ao meu lado, mesmo estando longe fazíamos nos sentir pertinho. Antônio por todos os momentos que partilhamos juntos e por sempre me tranquilizar com o seu jeitinho todo carinhoso de ser. Mateus por está sempre ao meu lado e por me permitir participar desse belo sorriso. Vocês tornaram essa caminhada mais gostosa e tranquila, cada um tem um lugar carimbado em meu coração e na minha vida.

Ao meu querido orientador Avelar, escorpião nato, pelo carinho, pela valiosa orientação com suas preciosas e incisivas pontuações e seu olhar especial. Agradeço imensamente a sua atenção, os conhecimentos transmitidos incitando reflexões e delineando a construção desse trabalho de pesquisa.

Ao GEPET grupo pelo qual tenho um maior apreço, grata por todo conhecimento e experiências compartilhadas. Seguiremos juntos!

Aos professores Heron, Francisco e Eduardo, por aceitarem participar da banca, contribuindo com a pesquisa realizada. Em especial a Heron pelas madrugadas que passamos juntos (risos), obrigada de coração!

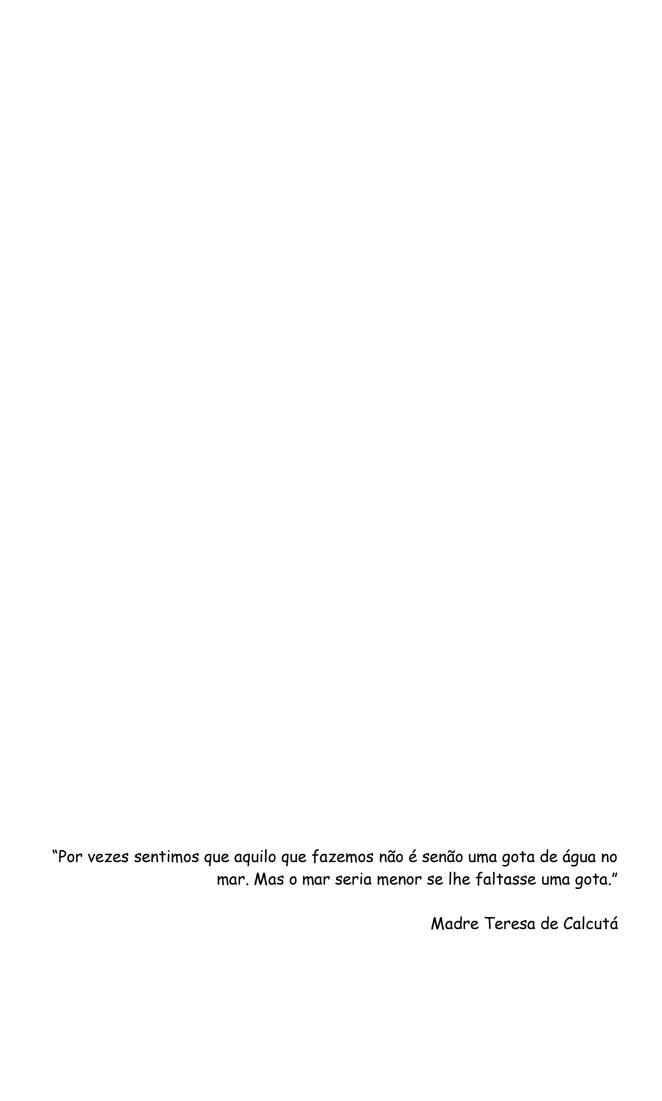
Aos professores do PPGEduC, por todo os momentos de partilha e aprendizagem. Aos funcionários pela convivência e amizade, das quais jamais esquecerei. Em especial Soninha e Aline por aturarem minhas idas à secretaria e pelo apoio e prontidão nas informações prestadas.

Ao melhor grupo de whatsapp que poderia ter – UNIpatifaria - Rodrigo, Celina, Gildison, Juliana Viveiros e Luana juntos compartilhamos todos os momentos possíveis, chorávamos nossas pitangas e nos fortalecíamos. A vocês toda minha gratidão!

A Capes pela bolsa concedida que permitiu dois anos de formação acadêmica de qualidade.

Por fim agradecer a todos que de alguma forma, direta ou indireta, participaram dessa jornada.

"Gratidão, pela força que não me deixou desistir. Por ter sido escolhida para essa missão. Obrigada meu Deus por você existir, sempre me deu a mão... Gratidão" (Xande de Pilares)



RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender quais as principais interfaces e especificidades entre as Políticas de Educação Ambiental e de Agroecologia a partir do olhar de sujeitos intencionais envolvidos no processo social dessas políticas. A pesquisa é de cunho qualitativo, para efetivação da mesma foi necessário fazer um levantamento das pesquisas já realizadas no que tange à Educação Ambiental e a Agroecologia, buscando assim perceber o que já foi discutido nessas duas temáticas. Utilizamos dois dispositivos: a análise documental observando os pressupostos implícitos nas Políticas da Educação Ambiental e da Agroecologia (dimensão do concebido) e a percepção dos sujeitos a partir também de suas vivências, através de entrevistas semiestruturada, procurando compreender as possíveis inter-relações entre as Políticas de Educação Ambiental e de Agroecologia e suas especificidades. Os sujeitos da pesquisa são atores que estão envolvidos nessas duas políticas (gestores, professores e Movimento social). Para a análise das Políticas públicas e das percepções dos sujeitos, como ponto de partida utilizamos as estruturas elementares formal, substantiva e simbólica das Políticas públicas proposta por Geraldo di Giovanni (2009) interligadas com a compreensão das categorias definidas como concebido, percebido e vivido discutidas por Lefebvre (1991), por David Harvey (2005) e adaptadas para os objetivos da análise de políticas. Como fundamentos teóricos dessa pesquisa, destacam-se a Educação Ambiental, a Agroecologia e as Políticas Públicas. Dialogamos com alguns autores como Caporal (2001, 2004 e 2009), Crivellaro (2008), Giovanni (2009), Gliessman (2005), Han e Hill (1993), Leff (2001), Loureiro (2005, 2006 e 2008), Mutim (2007 e 2018), Sorrentino (1998 e 2005). Deste modo, pela análise das duas políticas e pelas percepções dos sujeitos ficou evidente a necessidade da Educação Ambiental e a Agroecologia estarem interligadas. O trabalho demonstra que se configuram como interfaces dessas políticas os seguintes aspectos: discussão da relação entre sociedade e natureza; ações que garantam repensar os critérios sociais, ambientais, científicotecnológicos e econômicos nas políticas de desenvolvimento; discussões em torno da alimentação saudável. As especificidades estão relacionadas aos seguintes aspectos: a prática científica; ao campo de saber; às ações realizadas; aos processos educativos (formais e/ou não-formais. Por fim, compreendemos como as vivências nos diferentes espaços considerados para análise com os sujeitos - instituições de ensino, órgãos governamentais e movimentos sociais - são indutoras de aprendizagens à medida que se constituem como formativas, assim como a importância do diálogo entre os sujeitos desses espaços a fim de constituírem redes colaborativas, ações de cooperação e, sobretudo, fortalecer as estratégias educativas formais e não-formais articuladas de Educação Ambiental e Agroecologia. Destacando-se, dessa forma, o papel crucial dos Movimentos sociais e ambientais nos processos de formação dos sujeitos, nas lutas por direitos e consequentemente na formação da agenda de governo, bem como a participação nos processos de avaliação das políticas e na construção de novas estratégias de lutas.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Agroecologia. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research sought to understand the main interfaces and specificities between Environmental Education and Agroecology Policies from the perspective of intentional subjects involved in the social process of these policies. The research is of a qualitative nature, in order to carry it out, it was necessary to make a survey of the research already carried out with regard to Environmental Education and Agroecology, thus seeking to understand what has already been discussed in these two themes. We used two devices: the documentary analysis observing the assumptions implicit in the Environmental Education and Agroecology Policies (dimension of the conceived) and the perception of the subjects also from their experiences, through semi-structured interviews, trying to understand the possible interrelationships between the Environmental Education and Agroecology Policies and their specificities. The research subjects are actors who are involved in these two policies (managers, teachers and social movement). For the analysis of Public Policies and subjects' perceptions, as a starting point we used the elementary formal, substantive and symbolic structures of Public Policies proposed by Geraldo di Giovanni (2009) interconnected with the understanding of the categories defined as conceived, perceived and lived discussed by Lefebvre (1991), by David Harvey (2005) and adapted to the objectives of policy analysis. As theoretical foundations of this research, Environmental Education, Agroecology and Public Policies stand out. We spoke with some authors such as Caporal (2001, 2004 and 2009), Crivellaro (2008), Giovanni (2009), Gliessman (2005), Han and Hill (1993), Leff (2001), Loureiro (2005, 2006 and 2008), Mutim (2007 and 2018), Sorrentino (1998 and 2005). Thus, through the analysis of the two policies and the perceptions of the subjects, it became evident the need for Environmental Education and Agroecology to be interconnected. The work shows that the following aspects are configured as interfaces of these policies: discussion of the relationship between society and nature; actions that guarantee rethinking social, environmental, scientific-technological and economic criteria in development policies; discussions around healthy eating. The specifics are related to the following aspects: scientific practice; the field of knowledge; the actions taken; to educational processes (formal and / or non-formal. Finally, we understand how the experiences in the different spaces considered for analysis with the subjects educational institutions, government agencies and social movements - are inducers of learning as they are constituted as formative, as well as the importance of dialogue between the subjects of these spaces in order to form collaborative networks, cooperation actions and, above all, to strengthen the articulated formal and non-formal educational strategies of Environmental Education and Agroecology, crucial role of social and environmental movements in the training processes of subjects, in the struggles for rights and consequently in the formation of the government agenda, as well as participation in the processes of evaluation of policies and in the construction of new strategies of struggles.

Keywords: Environmental Education. Agroecology. Public policy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Especificidades identificadas na PNEA e na PNAPO
Quadro 02. Interfaces identificadas na PNEA e na PNAPO
Quadro 03 : Ações implementadas da EA e Agroecologia
LISTA DE FIGURAS
Figura 01. Estruturas elementares das Políticas Públicas
Figura 02. Esquema de análise e interpretação dos dados
LICTA DE ADDEVIATUDAC E CICLAC
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS
ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ATER - assessoria técnica e extensão rural de base agroecológica
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CETA – Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia
CGEA - Coordenadoria geral da EA
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
DEA - diretoria de Educação Ambiental
EA - Educação Ambiental
EFA - Escola Família Agrícola
EFASUL - Escola Família Agrícola da Região Sul
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAs- Encontros Nacionais de Agroecologia

GEPET - Grupo de Pesquisa Educação Ambiental, Políticas Públicas e Gestão Social dos

Territórios

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MEC - Ministério da Educação

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MMC - Movimento de Mulheres camponesas

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NDE - Núcleo Docente Estruturante

ONG's - Organizações Não-Governamentais

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNARA - Política Nacional de Redução de Agrotóxicos

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PPC - Projeto Pedagógico de curso

PPGEduC - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade

PPP - Projeto Político Pedagógico

ProFEA - Programa Nacional de Formação de Educadoras (es) Ambientais

ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

SDR - Secretaria de desenvolvimento Rural

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente

SNEA - Seminário Nacional de Educação em Agroecologia

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UPF- Unidade de produção familiar

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO14
2. ABORDANDO OS CONCEITOS E SUAS RESPECTIVAS POLÍTICAS24
2.1 Educação Ambiental
2.2 Um pouco sobre Agroecologia
2.3 Percurso e Pressupostos da Política de Educação Ambiental e da Política de Agroecologia
3. PERCURSO METODOLÓGICO44
3.1 Delineamento da pesquisa
3.2 Sujeitos participantes da pesquisa
3.3 Pressuposto metodológico, procedimentos e instrumentos de pesquisa
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS
4.1 – O concebido: pressupostos, marcos teóricos e racionalidades
4.2 – Do concebido ao percebido: percepção dos sujeitos sobre as Políticas de EA o Agroecologia
4.3 – Experiências cotidianas relacionadas aos espaços de representações: a dimensão do vivido
5. CONCLUSÃO8
REFERÊNCIAS
APÊNDICE A - Levantamento de dados da CAPES
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada para gestores104
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada para educadores105
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada para o movimento social106
APÊNDICE E - Termo de consentimento livre e esclarecido

1. INTRODUÇÃO

Embora educadora há mais de 15 anos, foi no ano de 2015 que fui me atentar, em definitivo, para a importância de pesquisar sobre a Educação Ambiental - EA, quando iniciei no Curso de Especialização em Educação Ambiental com ênfase em espaços educadores sustentáveis pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Neste momento, instigava-me o fato de que a EA só era discutida de forma esporádica na escola, como, por exemplo, dia da árvore, do índio e na Semana do Meio Ambiente, o que não implicava necessariamente em uma discussão mais profunda e posterior tomada de consciência dos sujeitos envolvidos, tendo em vista que "a Educação Ambiental é considerada a parte total e indispensável para se chegar ao desenvolvimento local e a gestão de sociedades sustentáveis." (MUTIM, 2007, p. 115).

Como resultado desta especialização pude desenvolver o trabalho intitulado "O dilema de Ícaro na Contemporaneidade: a inserção da Agenda 21 no Colégio Monsenhor Neiva em Cruz das Almas – Bahia" em que propus a inserção da Agenda 21 no Colégio Monsenhor Neiva em Cruz das Almas – Ba.

As implicações diversas oriundas do curso de especialização me levaram para outros alpes. Em 2017 pude cursar duas disciplinas como aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade na Universidade do Estado da Bahia – PPGEduC-UNEB. Especificamente as disciplinas Pesquisa (Auto) biográfica: perspectivas metodológicas e Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, onde pude pensar o processo de biografização de mim mesma e do outro, além de iniciar um novo projeto que contemplasse a realidade das escolas públicas municipais.

Tive uma oportunidade de, com o apoio dos colaboradores, construir uma pesquisa na Escola Augusto Eugênio da Silveira, localizada na comunidade Sapucaia, Zona Rural de Cruz das Almas – Bahia que resultou em dois novos artigos. No primeiro, intitulado "O Ari da Sapucaia ou a Sapucaia de Ari: as marcas do lugar na vida do sujeito", busquei compreender a história do lugar a partir das narrativas do sujeito que vive os lugares. E o segundo intitulado "A inserção da Educação Ambiental no currículo do ensino fundamental da rede pública Municipal de Ensino de Cruz das Almas sob a ótica do professor", no qual procurei adentrar nas demandas específicas da escola.

Em 2018 já como aluna regular nasceu esta pesquisa **Múltiplas dimensões da Educação Ambiental e Agroecologia:** Interfaces e Especificidades na análise dessa relação. Esta reflexão se justifica na necessidade de desenvolver uma pesquisa onde ecoam

em minha prática enquanto pesquisadora e principalmente pela possibilidade de ressignificar a EA a partir da compreensão das experiências e práticas inovadoras que surgiram também no âmbito da Agroecologia. Essa reflexão visa contribuir para um processo de ressignificação / articulação das práticas de Educação Ambiental e de Agroecologia.

A pesquisa em questão parte de dois lugares: de uma pesquisadora que desde o Curso de especialização discute EA e das constantes discussões e diálogos no Grupo de Pesquisa Educação Ambiental, Políticas Públicas e Gestão Social dos Territórios GEPET da Linha 3: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia PPGEduC – UNEB. Três linhas de pesquisa fazem parte do GEPET:

1. Educação Ambiental e Gestão Social dos Territórios

Objetivo: Estabelecer relação entre a Educação Ambiental como instrumento pedagógico para a gestão social do Desenvolvimento Local Sustentável e a articulação com o Território de Identidade.

2. Educação Profissional e os desafios do mundo do trabalho

Objetivo: Visa analisar as complexas relações entre a Educação Profissional e o mundo do trabalho tendo em vista os desafios do mundo contemporâneo.

3. Políticas Públicas e Desenvolvimento Local Sustentável

Objetivo: Analisar a relação entre as políticas públicas intersetoriais de educação, assistência social e segurança alimentar e nutricional tendo em vista a elaboração de um pacto em prol da reformulação curricular para o desenvolvimento local sustentável.

Nossa pesquisa está localizada no GEPET dentro da linha um, pois buscamos analisar as políticas de EA e de Agroecologia, entendendo as relações e as especificidades entre essas duas políticas numa perspectiva multidimensional — processos educativos, políticos, sociais, ambientais, econômicos, culturais -, pensando assim nas suas potencialidades e possibilidades para o desenvolvimento local e sustentável no campo e na cidade, nos territórios de identidade / rurais.

É válido ressaltar que na segunda metade do século XX, várias medidas foram adotadas na agricultura visando aumentar a produtividade, o consumo e a maximização dos lucros e a dinâmica econômica das regiões produtoras agrícolas e sua relação intrínseca com as regiões industrializadas, tais como uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes,

mecanização intensiva (tratores, colheitadeiras, pivôs de irrigação, etc.), sementes híbridas e recentemente as chamadas sementes transgênicas.

No que tange à dinâmica econômica, formaram-se os chamados complexos agroindustriais ou os complexos agroindustriais em rede, fortalecendo o caráter concentrador de terras e o controle dos processos de produção - produção de insumos, armazenamento, beneficiamento e venda - por empresas com atuação e controle internacional. Fortaleceu-se com isso os sentidos políticos daquilo que se firmou no Brasil nos anos 1990 como *agribusiness*, e depois como agronegócio, refletindo as contradições do campo brasileiro, pois não são apenas expressão do moderno, apesar de simbolicamente tentarem passar esta imagem. De todo modo, expressam o poder concentrador (de terras e riquezas) e conservador, além de agregar as relações entre os setores agrícolas, industriais e financeiro, e exercer influências políticas consideráveis na arena política, através da chamada Bancada Ruralista (LEITE e MEDEIROS, 2012).

O avanço dessas práticas traz em seu rastro uma série de problemas ambientais, econômicos e sociais, dentre os quais, erosão do solo, desertificação, poluição, perda de biodiversidade, escassez dos recursos naturais, mudanças climáticas, contaminação dos alimentos, concentração da terra e da renda, exclusão social, marginalização dos povos tradicionais como também problemas para a saúde humana. Essas são algumas das muitas razões que motivam um repensar ético sobre o desenvolvimento à luz da sustentabilidade.

É urgente pensarmos em mudanças, pois o cenário atual desafia a sociedade a procurar novos caminhos para construir e projetar um projeto de sociedade ambiental e socialmente ético e justo. Dentro de relações possíveis entre a História, Sociologia e Filosofia, Hobsbawm (2000, p. 447) nos convida à compreensão de que "O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica.". Já Leff (2001, p. 157) enfatiza que "o momento vivido é de uma crise em todos os segmentos da sociedade e a saída está na capacidade de perceber as limitações do padrão dominante de conhecimento fragmentado.".

Em outras palavras, o cenário observado no Século XXI mostra que o modelo de produção tecnicista adotado ao longo das últimas décadas promoveu avanços incríveis para o crescimento econômico, sem, no entanto, preocupar-se com a distribuição de riquezas produzidas e com a limitação da própria Natureza. O desafio agora é dá saltos que efetivamente garantam o desenvolvimento social, econômico e tecnológico, coexistindo

com a sustentabilidade do planeta. Nessa busca por uma nova forma de pensar o estilo de desenvolvimento a EA e a Agroecologia assumem posições de destaque.

Ações de EA têm como objetivo principal criar reflexões para a necessidade de substituição de atividades insustentáveis, para a adoção de técnicas que diminuam o impacto causado no meio ambiente e para a preservação das características locais. A Agroecologia tenciona projeto de sociedade/campo, pois procura garantir soberania alimentar¹, aliada com a perspectiva da segurança alimentar, valorização da cultura local e respeito ao meio ambiente, contribuindo, desta forma, para os processos de desenvolvimento dos territórios rurais, de identidade ou da cidadania. Tais territórios são entendidos como unidades espaciais formados por municípios com características geográficas que os aproximam - ruralidades, arranjos produtivos locais, bioma, grau de desenvolvimento socioeconômico (como é o caso dos territórios de Cidadania) - em que, a partir das articulações dos atores territoriais (representantes dos governos municipais, órgãos e instituições estaduais e federais, empresas, sociedade civil, principalmente os Movimentos sociais, associações, sindicatos, organizações não-governamentais - ONG's e cooperativas), busca-se construir processos de gestão social e planejamento participativo de ações a serem implementadas no território, assim como fomentar a implementação e articulação das diversas políticas estaduais e federais.

A Agroecologia entendida como ciência em construção nos tenciona a problematizar a relação entre os sistemas sociais (econômico – produtivo, cultural e político) e os sistemas ecológicos (natureza, ecossistemas). Ela nos permite problematizar a produção da vida em sua complexidade, diversidade, cujo horizonte viável é a transformação, garantia de maior equidade, justiça social e sustentabilidade.

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) vem há algum tempo, realizando debates sobre a construção do conhecimento agroecológico, em que paralelo às demandas relativas à extensão rural e à pesquisa, aparece a educação de forma significativa, porém ainda é priorizada a educação formal, em especial os cursos técnicos, tecnológicos, bacharelados e os de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Quatro princípios e diretrizes para uma Educação em Agroecologia foram elaborados no I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia - SNEA. Esses princípios e diretrizes

¹Conforme Thomaz Junior (2008, p. 25) "A Soberania Alimentar supõe novas relações sociais, libertas das determinações do capital, portanto da opressão e das desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais, sendo que o direito de acesso à terra, à água, aos recursos públicos para produzir, às sementes e à biodiversidade seja garantido para aqueles que nela produzem os alimentos, social e culturalmente definidos pelos trabalhadores, ou seja, produtores e consumidores.".

foram organizados em quatro eixos integradores: Princípio da Vida, Princípio da Diversidade, Princípio da Complexidade e Princípio da Transformação.

No que se refere à vida, a ABA ressalta que a natureza deve ser respeitada, pois é a partir dela que se reproduzem e se atingem todas as formas de vida; o acesso aos bens da natureza que possibilitam a sustentabilidade. A diversidade deve ser reconhecida nos diferentes lugares determinando, por conseguinte, a relação dos seres humanos com a natureza. A educação é em si o espaço da diversidade e construção de conhecimentos. Desenvolver um pensamento complexo significa colocar em prática a religação dos saberes, numa perspectiva transdisciplinar, mas também reconhecendo a multidimensionalidade das coisas. Sobre o princípio e diretriz da transformação, a educação deve ser usada para conscientizar e formar pessoas capazes de compreender e agir com autonomia para a promoção de vida e da sustentabilidade do planeta AGUIAR (2019). Os quatro princípios são de grande importância, pois contribuem de maneira significativa para pensarmos em uma educação agroecológica refletindo sobre a construção de um futuro mais sustentável.

O nível de complexidade das duas é muito parecido, pois a EA e a Agroecologia são multidimensionais. A EA não tem necessariamente uma base material sustentada apenas no campo. Já a Agroecologia tem uma base material mais palpável que é o campo, porém isso não significa que não podemos ter Agroecologia na cidade, pois o próprio consumo é um reflexo de como a Agroecologia tece suas redes também nas cidades.

Dessa forma, é importante analisar como tais temáticas trabalhadas em suas respectivas políticas têm sido percebidas, compreendidas, pelos sujeitos envolvidos no processo e se essas percepções têm influenciado as ações desenvolvidas no âmbito da execução dessas políticas, isto é, se elas têm se fortalecido pelo diálogo ou são vistas como perspectivam não relacionáveis.

Na fase inicial da pesquisa foi feito um levantamento de pesquisas para identificar os estudos já realizados sobre EA e Agroecologia como também das duas políticas, com o intuito de justificar a relevância do estudo e ajudar no processo de justificativa daquilo que já foi construído e ao mesmo tempo mostrar a problemática aqui construída.

Utilizamos o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES tomando como referência o período dos últimos 5 anos (2014 até 2018). Para a sistematização das pesquisas nesse campo de estudo foram utilizadas três expressões para a busca: 1 – Educação Ambiental e Agroecologia; 2 – Educação Ambiental e políticas públicas; 3 – Agroecologia e políticas públicas. O resultado

mostrou uma pequena quantidade de 6 dissertações e nenhuma tese que abordavam os temas, conforme demonstrado no Apêndice A (p. 96). Em relação à EA e a Agroecologia foram encontradas quatro dissertações, sendo duas de integrantes que fazem parte do GEPET; EA e políticas públicas, duas, e Agroecologia e políticas públicas, nenhuma, comprovando a relevância da escolha do problema da pesquisa.

Rocha (2014) na sua pesquisa teve como objetivo principal analisar as práticas de EA desenvolvidas pelos técnicos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), associadas à agricultura familiar agroecológica no Território de Irecê, Bahia, e a sua potencial contribuição para o desenvolvimento sustentável. A autora faz uma discussão muito interessante apontando caminhos no sentido de se repensar às práticas de EA na agricultura de base agroecológica.

Um estudo sobre Educação Ambiental e Agroecologia na agricultura familiar como este que ora se apresenta mostra-se atual, pertinente e relevante, em face da emergência, nas últimas décadas, de discussões mundiais, em todos os setores da sociedade, das questões relacionadas aos cuidados com o meio ambiente, em função da conservação da vida sustentável das diversas espécies no planeta. (ROCHA, 2014, p. 20).

Na pesquisa de Rocha fica claro a importância de continuarmos ampliando as discussões sobre a EA, seja nos espaços formais ou não formais, com uma perspectiva de mudança de paradigmas em torno de uma produção que use tecnologias apropriadas para os diversos ecossistemas. Sendo assim, a Agroecologia é vista como uma proposta inovadora, que resgata e valoriza os conhecimentos tradicionais, dialogando aos princípios científicos, e que contempla os aspectos ambientais, considerando as suas dimensões sociais, culturais, éticas, políticas e econômicas.

Lopes (2016) aprofunda a discussão da relação da EA com a agricultura familiar e mostra a importância da sua contribuição para provocar processos educativos e políticos que ajudem os sujeitos do campo a enfrentarem o seu contexto socioambiental. Sua pesquisa teve por objetivo analisar os desafios da Escola Família Agrícola - EFA de Jaboticaba, em Quixabeira, Bahia, para efetivar a formação do jovem do campo tendo como base a Educação Ambiental.

Ela aborda também que a Agroecologia é uma "nova" alternativa de fazer agricultura de forma integrada ao meio ambiente, contrapondo-se ao uso abusivo de

insumos agrícolas industrializados e a não valorização do conhecimento tradicional e vem sendo incorporada como uma "nova" forma de produção pelos agricultores.

Como resultado, a pesquisa aponta que a Escola Família Agrícola de Jaboticaba implementa um trabalho educativo de relevância ambiental. Há um aproveitamento do ambiente educativo no trabalho com a perspectiva do conhecimento contextualizado. As questões ambientais estão presentes no cotidiano da escola, seja nas questões pesquisadas na realidade, as práticas sustentáveis aprendidas na escola, o cuidado e a preocupação com o meio ambiente, a relação que estabelecem com o ambiente como capital ecológico.

As duas pesquisas citadas acima nos fazem refletir sobre a necessidade de mudanças e a conscientização sobre a EA, e sua contribuição valiosa para consolidação da mesma nos espaços formais e não formais. E mostram também a importância da Agroecologia, para a construção do desenvolvimento rural, sustentável e solidário.

Analisando também a pesquisa de Lima (2016) que teve como objetivo tecer relações entre a construção de sujeitos agroecológicos com a formação de educadores ambientais críticos no resgate do ser natural. Ela se aproxima mais da nossa, pois alinha a discussão das duas temáticas EA e Agroecologia, mostrando que apesar de serem áreas tão afins, este diálogo ainda vem sendo desenvolvido de forma muito elementar. "Procuramos demonstrar os princípios conectivos entre estas áreas, de forma a se complementarem, propondo consolidar uma Educação Ambiental agroecológica." (LIMA, 2016, p. 148).

Nessa pesquisa já percebemos algumas aproximações da EA e da Agroecologia, as duas temáticas se complementam ao tratar de assuntos em comuns, como as relações dos seres humanos com o meio ambiente e suas interações ecológicas.

Como resultados a autora percebeu que a Agroecologia e a EA crítica, quando fortalecidas no seio das comunidades tradicionais, podem vir a ser o caminho para encontrarmos elementos inovadores ao processo de educação das futuras gerações.

Peter (2018) no seu estudo aponta algumas interfaces dessas temáticas, ele menciona que a Agroecologia e a EA ambas são de extrema importância para os debates em torno da sustentabilidade do meio rural, por trabalhar em uma perspectiva de transformação. O objetivo principal da sua pesquisa foi investigar de que forma a EA Transformadora está presente e motiva o movimento de criação da Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL), contribuindo para estratégias que favorecem permanência da juventude no campo e a transformação da realidade socioambiental da região Sul do Rio Grande do Sul.

Os resultados da pesquisa apontam que a EFASUL é espaço relevante de promoção da EA Transformadora e de debate em torno da sustentabilidade do meio rural, por estar embasada em uma proposta de transformação, diretamente ligada ao histórico regional, de expressiva presença da agricultura familiar e forte atuação dos movimentos sociais.

Já a pesquisa de Cunha (2015) apresenta um histórico da EA enquanto política pública no plano nacional e internacional. Mas o autor foca o seu estudo na análise do Programa Nacional de Formação de Educador (a)s Ambientais – ProFEA. As pesquisas de Rocha e Lima também fazem menção às políticas de EA.

A autora conclui sua pesquisa ressaltando que a direção dada às políticas públicas de EA não acompanha as reais necessidades demandadas por movimentos sociais voltados à defesa do interesse público.

Na pesquisa de Araújo (2018) o seu objeto de pesquisa foi a EA como Política Pública no Contexto Escolar. O autor procurou conhecer e analisar a maneira como as Políticas Nacionais para EA são materializadas em uma escola do Ensino Fundamental, tendo em vista seu Projeto Político Pedagógico - PPP e os planos de curso dos docentes. A pesquisa realizou-se uma revisão bibliográfica, voltada à história da EA no mundo, adotando como marco inicial cronológico a década de 60, início das crises ambientais, percorrendo as décadas de 70, 80, 90 até a atualidade.

Alguns problemas foram identificados, os mesmos precisam ser revisados e estarem relacionados aos próprios limites pedagógicos voltados à EA. Percebemos outro problema que é relacionado à política pública direcionada a EA: não há um direcionamento quanto à efetivação da mesma, ou pelo menos uma intenção, o que provoca um distanciamento entre o que é dito e o que feito. O autor chegou à conclusão que

A partir dos resultados deste estudo, novas reflexões no campo da Educação Ambiental poderão acontecer. Através desta pesquisa identificou-se que há um distanciamento entre a política pública e o fazer educacional voltado às práticas ambientais, acredita-se que este componente seja relevante quando se desejar trabalhar EA na escola. (ARAÚJO, 2018, p. 97).

Há uma necessidade urgente de se repensar a forma como a EA é tratada como política pública educacional. É preciso rever essa política, pois o diálogo presente na fala dos teóricos e também no marco legal não tem chegado às pessoas mais interessadas.

As seis dissertações analisadas mostram contribuições valiosas para consolidar a EA nos espaços formais e não formais. Elas discutem as temáticas da EA, Agroecologia e

políticas públicas, relacionadas mais como uma forma de constatar algo ou propor caminhos; porém nossa intenção nesta pesquisa é de investigar as interfaces e especificidades dessas duas temáticas, buscando elementos que possam mostrar se uma política está intrinsecamente articulada na outra e se as pessoas que estão executando e imersas na dinâmica dessas políticas percebem essa ligação.

No Grupo GEPET tomaremos algumas pesquisas como base para auxiliar a nossa caminhada. Além das de Marilene Simões da Rocha e Michelle Rios Lopes já mencionadas acima, a de Ivna Herbênia da Silva Souza ajudará na questão do entrelaçamento das duas políticas.

Esta pesquisa propõe pensar a partir da análise das políticas públicas da EA e da Agroecologia e das práticas de sujeitos que estão dentro desse contexto e que lidam com essas duas discussões, percebendo assim as intercorrências que envolvem a EA e a Agroecologia confundida muitas vezes como um conceito único, e como este processo é compreendido a partir das políticas e das práticas.

No que se refere ao universo amostral serão analisadas as políticas na dimensão daquilo que elas conseguem reproduzir na relação campo x cidade, numa perspectiva multidimensional – processos educativos, ambientais, sociais, culturais, dentre outros. Não se trata de uma pesquisa de constatação e sim voltada mais a investigação, compreendendo a importância de "pesquisar intenções, motivações, representações sociais, ideologias que não são mensuráveis, ou mesmo "observáveis" de forma direta e precisa. " (MUTIM, 2007, p. 10).

Essa reflexão visa contribuir para um processo de ressignificação das práticas de Educação Ambiental e da Agroecologia. Sendo assim a questão de pesquisa perpassa por perceber Quais as interfaces e especificidades entre as políticas de Educação Ambiental e de Agroecologia a partir do olhar de sujeitos intencionais envolvidos no processo social dessas políticas? Desse modo, sistematizamos como objetivo geral Compreender as principais interfaces e especificidades entre as Políticas de Educação Ambiental e de Agroecologia a partir do olhar de sujeitos intencionais envolvidos no processo social dessas políticas. Foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- 1 Identificar as especificidades e aproximações entre as Políticas de Educação Ambiental
 e de Agroecologia a partir dos pressupostos explícitos e implícitos nos textos legais.
- 2 Analisar as percepções dos sujeitos sobre as políticas de Educação Ambiental e a de Agroecologia, considerando também suas vivências em torno dessas políticas.

3 — Perceber como os sujeitos compreendem a partir de sua prática as possíveis especificidades e inter-relações entre a política de Educação Ambiental e a de Agroecologia.

A metodologia utilizada foi ancorada na compreensão das categorias concebido, percebido e vivido discutidas por Henri Lefebvre (1991) e nas estruturas elementares formal, substantiva, material e simbólica das políticas públicas discutida por Geraldo Di Giovanni (2009). Categorias e estruturas essas que foram discutidas no capítulo 3 da metodologia. Sendo assim, foi feita a análise de políticas a partir da análise documental e da percepção dos sujeitos (gestores, professores e Movimento social) utilizando-se a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta dos dados, no delineamento da pesquisa tomamos como base a abordagem qualitativa.

O texto da presente dissertação está organizado em três capítulos, além desta introdução, e da conclusão. O segundo capítulo trata das abordagens dos conceitos de EA e Agroecologia, a partir do olhar de alguns autores e algumas leis, fazendo uma reflexão dessas duas temáticas confundidas muitas vezes por um conceito único e sistematizamos uma reflexão sobre a importância delas para a sociedade e para o planeta. No capítulo também buscamos entender o percurso e pressupostos da política de EA e de Agroecologia. No terceiro apresentamos o percurso metodológico - delineamento da pesquisa, sujeitos participantes, pressupostos, procedimentos e instrumentos de pesquisa, o caminho que seguimos no estudo. E no quarto traremos a análise e interpretação dos dados, a partir dos documentos da política de EA e de Agroecologia e das percepções dos sujeitos participantes da pesquisa.

Nosso objetivo na introdução foi deixar claro o nosso caminhar na pesquisa, apresentando nossas inquietações, mostrando o motivo pela qual essa pesquisa foi pensada, apresentando a metodologia que seguimos, nossos objetivos e os sujeitos que fizeram parte da pesquisa. No próximo capítulo faremos uma discussão sobre a EA e a Agroecologia a partir de alguns conceitos e o percurso e pressupostos da política de EA e Agroecologia.

2. ABORDANDO CONCEITOS E SUAS RESPECTIVAS POLÍTICAS

O nosso objetivo neste capítulo é tecer um pouco sobre a EA e a Agroecologia, refletindo sobre mudanças éticas e morais da sociedade, pensando em ações que não provoquem ou que reduzam ao máximo, os impactos ambientais, favorecendo o desenvolvimento sustentável. Nessa pesquisa concebemos como desenvolvimento sustentável o que diz Dália Maimon:

O desenvolvimento sustentável busca simultaneamente a eficiência econômica, a justiça social e a harmonia ambiental. Mais do que um novo conceito, é um processo de mudança onde a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional devem levar em conta as necessidades das gerações futuras. (1996 *apud* CAMARGO, 2002, p. 88).

O desenvolvimento sustentável que consideramos nesse texto está relacionado a um modelo pensado e delineado de desenvolvimento, podendo ser aplicado em todos os ramos do saber: política, econômica, ambiental, rural e urbana, tratando de um conceito global na busca da sustentabilidade pensada multidimensionalmente. Não só se limitaria às cidades ou as indústrias, mas sim englobando o campo e o desenvolvimento agropecuário, como ressalta Rosa (2019, p. 10) que em relação ao campo e a cidade como é possível pensar "um modelo industrial e urbano sustentável se a produção agrícola não é sustentável, pois os danos ao ambiente e à saúde humana continuariam ocorrendo".

Portanto, considerando as particularidades dos processos sociais engendrados em cada um desses espaços supracitados, faz-se necessário destacar que a ação política da sociedade e consequentemente do Estado deveriam fundamentar-se na visão integrada e relacional da dinâmica econômica e ambiental, ou seja, uma visão sistêmica e uma ação política igualmente sistêmica. Com isso, não se desconsidera a importância dos movimentos de lutas historicamente construídos e em curso e por vezes assentados em visões sistêmicas desses processos, mas se reforça a necessidade de compreendermos as problemáticas na esfera política relacionadas às correlações de forças na sociedade e como isso tem fortalecido as ações fragmentadas no âmbito das políticas públicas e do planejamento estatal, especificamente os entraves à construção de um projeto social de desenvolvimento - justo, sustentável e solidário.

A seguir, serão apresentadas algumas perspectivas teóricas sobre EA e Agroecologia, buscando auxiliar posteriormente na identificação das especificidades e

aproximações, correlações, entre as políticas de Educação Ambiental e Agroecologia e também o percurso dessas duas políticas.

2.1 – Educação Ambiental

Em um contexto marcado pela aceleração do uso dos recursos naturais tendo como consequência a crescente crise socioambiental global, as progressivas manifestações da sociedade em prol do meio ambiente e da vida e a precária capacidade governamental em resolver esses problemas, surge o conceito de EA. Em tal conjuntura, tornou-se vital uma reflexão sobre os valores, costumes, hábitos, ética, teorias e sua aplicação rumo ao desenvolvimento de forma sustentável, entendendo-se o processo educativo como uma ferramenta essencial e permanente neste processo de formação de um sujeito ecológico.

Ideias superficiais e fragmentadas foram sendo elaboradas e ampliadas conforme a evolução do conceito de meio ambiente e ao modo como este era percebido, bem como pela influência dos conceitos e visões das diferentes áreas de estudo, dos diferentes momentos históricos, dos interesses sociais, econômicos e políticos, da globalização dos mercados, da revolução do conhecimento, dos avanços nas áreas científicas e tecnológicas.

Um dos conceitos mais antigos para EA data de 1969 que a define como "um processo que deve objetivar a formação de cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas." (1969 STAPP*et al. apud*DIAS, 1994, p. 25). Essa concepção limitava-se à explicação de conceitos biológicos e identificação de problemas, acreditando-se que este seria um incentivo para que as pessoas despertassem o amor e o respeito pela natureza.

Na década de 1970, começaram-se as discussões sobre a necessidade de um modelo de desenvolvimento que contemplasse relações econômicas, o bem-estar e a gestão racional e responsável dos recursos naturais, denominado por Sachs (1986) de ecodesenvolvimento. A conscientização da necessidade de preservação ambiental espalhou-se globalmente por meio das ONGs.

Para Leff (2001) a racionalidade ambiental apresenta uma inter-relação permanente entre teoria e prática, onde, "Se funda numa nova ética que se manifesta em comportamentos humanos em harmonia com a natureza; em princípios de uma vida democrática e em valores culturais que dão sentido à existência humana." (LEFF, 2001, p.85). O mesmo acrescenta que seria um "Conjunto de interesses e de práticas sociais que

articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos. " (LEFF, 2001, p. 134).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA, Art. 2° "A Educação Ambiental é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos.". Ela é um componente estratégico na designação dos processos de interação estabelecido entre os seres humanos e a natureza, a partir dos problemas ambientais vivenciados.

Observa-se que esses dois últimos conceitos já fazem uma abordagem da EA para muito além dos aspectos apenas ambientais, como poluição, desmatamento e risco à biodiversidade. Princípios e premissas que direcionam as práticas sociais predominante, vão, ao longo do tempo, orientando a escolha da concepção de educação e provocando mudanças nas práticas educativas que se tornam instrumento para discutir outros princípios como aqueles ligados à vida social, cultural, política e técnico-científico.

Com o avanço das lutas organizadas em nível mundial que abordavam a questão da preservação ambiental, uma nova visão de mundo ganhava cada vez mais espaço entre as pessoas e o conceito da EA vai progressivamente evoluindo.

Pela regra do artigo 1º da Lei Federal nº 9.795/99 define-se o que vem a ser EA para efeitos jurídicos no país:

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, Lei Federal 9.795/99).

O artigo 4º da mesma lei, descreve os princípios básicos da EA, dentre os quais citam-se: princípio II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; princípio III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; e, princípio IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, Lei Federal 9.795/99).

Observa-se que a Lei Federal 9.795/99 associa ao conceito de EA a necessidade de democracia participativa, socioambientalismo e sociedade sustentável, pois, de acordo com a lei, o uso sustentável dos recursos naturais deve atender as necessidades da geração presente, além das necessidades no tocante às gerações futuras, garantindo a atuação

individual e coletiva dos setores formais e informais da sociedade. Agindo de forma interdisciplinar é que será garantida a prevenção, a identificação e a solução de problemas que venham a dificultar a qualidade do ambiente no futuro.

Apesar de vários conceitos sobre a EA, nessa pesquisa vamos centrar no que ressalta Mutim e Dias. Mutim (2007, p. 115) concebendo a Educação Ambiental como

Articulação sistêmica dos processos educativos formais e não formais é parte vital e indispensável para se chegar ao desenvolvimento local e a gestão de sociedades sustentáveis, pois é maneira mais direta e funcional e se atingir objetivamente a meta da participação dos indivíduos e das comunidades locais/territórios na tomada de decisão a respeito do patrimônio socioambiental.

O autor nos faz refletir a necessidade de mudança e conscientização sobre a EA, e a importância de sua consolidação nos espaços formais e não formais, para assim chegar ao desenvolvimento local e a gestão de sociedades sustentáveis. Mutim (2007, p. 118) ainda nos propõe ampliar o espaço de ação da academia quando nos instiga a pensar que "Podemos atuar enquanto universidade junto a outras organizações da sociedade civil nos espaços públicos de concertação, fazendo com que os processos educativos formais comunitários possam ser utilizados como instrumentos ou mecanismo de gestão." [...]. O professor pesquisador dialoga tanto com o livro como com as páginas da vida vivificadas nos discursos coloquiais, nem sempre uma gramática perfeita, mas repletas de vida, signos, significados e significações.

Dias (1994, p. 92) vem completar essa sistematização acrescentando que a EA é considerada "um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem os conhecimentos, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação", tornando-se capazes a agir individualmente e coletivamente para resolver problemas ambientais presentes e futuros.

Silva (2005, p. 46) nos lança a perceber a importância da EA dentro de uma perspectiva ética, o que "será possível através de mudanças pessoais, do desenvolvimento da comunidade e do despertar da ecologia e do ecossistema para dar lições de como se deveria viver.".

A questão da EA passa pela mudança de comportamento dos indivíduos, porém não podemos perder de vista a chamada "cultura capitalística", como denominado por Guattari e Rolnik (1996), que impôs e tem imposto subjetividades pautadas no valor de troca, consumismo, competição, dentre outros, com fortes reflexos negativos ao ambiente. O processo de desdobramento do capitalismo mundial segundo Loureiro (2006):

Cuja base se assenta na produção de mercadorias para sua reprodução e não para a satisfação das necessidades materiais básicos, socialmente definidas, conduziu ao ápice de nossa história de rompimento e de degradação da qualidade de vida e do ambiente. (LOUREIRO, 2006, p.28).

Diante disso, as relações sociedade/natureza são intercedidas pelo processo de produção e reprodução do capital. Segundo o referido autor, "a sociedade passa a ser concebida como sistema de relações entre indivíduos pertencentes a classes sociais, estruturadas a partir das suas relações de produção, constituintes da base de sustentação da vida material." (LOUREIRO, 2008, p.16). É essencial que se articule uma discussão da articulação entre meio ambiente e o modo de produção capitalista, pois não sabemos até que ponto os recursos naturais e a humanidade suportarão isso.

O século XXI nos convida para novas reflexões sobre os limites e as possibilidades de concepções e conceitos teóricos sobre EA. Dentre os pontos a serem repensados é necessário considerar que é impossível analisar problemas ambientais de forma isolada, pois, os problemas que afetam o ambiente não ficam limitados à sua origem. Devem-se valorizar ações preventivas, buscando a conscientização e alertando sobre os riscos; os programas de EA devem ser acompanhados de um diagnóstico prévio da percepção ambiental e social do segmento a que é destinado e é preciso acompanhar o desenvolvimento do processo e avaliar a eficácia dos seus resultados.

Entretanto, deve-se considerar que mudanças de comportamentos individuais dependem de conceitos científicos e filosóficos de valor, moral, ética, tradições, crenças e estilos de vida que foram desenvolvidos ao longo da história do sujeito, exigindo, muitas vezes, uma mudança de mentalidade, um repensar dos próprios valores.

Entende-se que a formação de indivíduos críticos, conscientes e reflexivos, dotados de valores e atitudes positivas e éticas em relação ao meio ambiente, torna-se fundamental para trabalhar na defesa e no respeito à vida. Em contrapartida, faz-se necessário considerar que a ética vem da conduta do próprio ser humano. Com isso, as atitudes individualistas podem romper com a ética coletiva e ambiental

Segundo Robertson *et al.* (2002), a decisão de um mesmo indivíduo pode também variar de acordo o caráter situacional das decisões éticas, a depender do contexto que envolve essa decisão, variando, por exemplo, de acordo com a posição que o indivíduo ocupa na organização ou com a antecipação subjetiva que ele faça da reação pública à sua decisão. Dessa forma, as circunstâncias podem mudar as causas.

O processo de EA deve englobar programas educacionais relacionados à conscientização sobre a crise ambiental, políticas social e ambientalmente responsáveis com todos os componentes do Planeta e o incentivo ao respeito ativo por comportamento ético ambiental e valores morais, sendo estas as bases imprescindíveis para a manutenção da vida.

2.2 - Um pouco sobre Agroecologia

Agroecologia é uma ciência em construção e nos dá a alternativa de desenvolver a agricultura valorizando os conhecimentos tradicionais e culturais, respeitando o meio ambiente e o agricultor, para que se alcance de forma sustentável a produção de alimentos saudáveis e obtenção da soberania alimentar. Abrindo trilhas na contemporaneidade, essa ciência emergente não só descortina novos horizontes à interpretação da realidade social, como também permite reler criticamente muito do que tem sido a economia no passado e no presente, além de tencionar novos olhares sobre a atuação do Estado na construção do desenvolvimento rural no país, mesmo no contexto atual de reorganização e fortalecimento das forças conservadoras.

Unindo saber local e conhecimento científico, ecologia e realidade socioeconômica, a Agroecologia é considerada hoje como um caminho para a sustentabilidade, porém, para se chegar à atual fase, ocorreu uma sucessão de fatos que marcaram a sociedade favorecendo seu surgimento. Nesse sentido, será preciso remeter ao contexto da origem e desenvolvimento da agricultura, onde é possível observar a formação de um conjunto de fatores econômicos, políticos, sociais, ecológicos, culturais e éticos que corroboraram para o surgimento e desenvolvimento da Agroecologia.

De acordo com a ABA, nos anos 50, várias experiências educativas no enfoque agroecológico foram surgindo com o desejo de outro desenvolvimento, pois era grande a insatisfação com o modelo de desenvolvimento. Movimentos sociais e religiosos participaram dessa iniciativa (AGUIAR, 2019). O centro do debate estava voltado na modificação da maneira de viver e produzir. Nos anos 60, mantinha-se em alta o crescimento econômico e industrial, onde Nunes (2007, p. 11) menciona que "os problemas sociais resultantes do "desemprego tecnológico" da agricultura se intensificaram com a redução do crescimento econômico e com a queda do nível de emprego urbano.". Nos anos 70 até finais dos anos 80, os problemas sociais se agravaram e surgiram com força vários Movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, sindicalismo

rural, Movimento de Mulheres agricultoras, Luta antinuclear, a Luta ambiental, entre outras.) e ONGs questionando o "modelo de desenvolvimento".

Olhando a questão histórica, a origem da Agroecologia é tão antiga quanto à da agricultura. O marco referência em Agroecologia lançado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa em 2006 sinaliza que

O conhecimento popular e tradicional, embora normalmente não seja reconhecido pela abordagem científica clássica constituiu-se no fundamento de toda a evolução da agricultura desde seu surgimento no Período Neolítico. Por estar fortemente vinculada a fontes ancestrais de conhecimento, a Agroecologia valoriza o saber popular como fonte de informação para modelos que possam ter validade nas condições atuais. A valorização desses conhecimentos não desautoriza os achados do método científico clássico, ao contrário, considera a grande importância das duas fontes e a relação positiva entre elas. (EMBRAPA, 2006, p. 25-26).

Não poderíamos deixar de destacar aqui essa questão ideológica citada acima, a importância de todo o conhecimento ancestral acumulado de uma comunidade em toda sua história e o saber popular de diferentes povos tradicionais das regiões, pois a "Agroecologia tem base na relação sinérgica entre a evolução do conhecimento científico e do saber popular e a sua necessária integração." (EMBRAPA, 2006, p. 26). Ela se propõe a aproximar o conhecimento teórico ao conhecimento prático, favorecendo assim a geração de conhecimento beneficiando toda a sociedade.

Entre os períodos Neolítico e Paleolítico, por volta de 12.000 e 10.000 anos a.C., o homem aprendeu a cultivar a terra e a domesticar animais, estava criada a agricultura, prática que favoreceu a oferta de alimento e à produção de excedente, motivando a sedentarização dos grupos humanos em um local, a formação das cidades e o desenvolvimento do comércio. A descoberta do fogo no período Paleolítico e o aperfeiçoamento, no período Neolítico, das ferramentas rústicas para uso na agricultura possibilitaram o desenvolvimento de técnicas para produção de alimentos, e, consequentemente, para transformação do espaço geográfico, local que abriga o homem e todos os elementos naturais (TRES *et al.*, 2011).

Até o século XVIII, as ferramentas utilizadas na agricultura eram manuais, fabricadas com ferro e/ou madeira. Os animais puxavam carroças exercendo a primeira força de tração empregada para facilitar o trabalho no campo. Gradualmente, o homem vai percebendo que os implementos agrícolas facilitavam o trabalho e, ao mesmo tempo, favoreciam a produção, passando a ser crescente a criação de máquinas específicas para o setor agrícola. Com a revolução industrial, o crescimento da população urbana e a maior

demanda por alimentos impulsionaram à necessidade de novas tecnologias favoráveis ao aumento da produtividade agrícola (MARSON, 2014).

Nos séculos 18 e 19, o processo de inovação na agricultura caracterizou-se por tecnologias, como rotação de culturas e integração entre atividades de produção vegetal e animal, que respeitavam o ambiente ao superar as limitações ecológicas à atividade agrícola, a partir da utilização inteligente das próprias leis da natureza. Entretanto, com a disseminação dos conhecimentos da química agrícola, a partir do século 19, esse processo teve sua lógica modificada, passando-se a considerar que não era necessário respeitar as leis da natureza. (ASSIS, 2005, p. 176).

Com o advento da agricultura e a evolução das ciências e da tecnologia, a população começa a aumentar rapidamente. Em 1789, Thomas Robert Malthus alertava que a população aumentaria em ritmo muito mais rápido que os meios de autoconsumo, os alimentos, gerando fome e miséria. Entretanto, a Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX) mudou todo o cenário mundial, inserindo novas técnicas, as quais impulsionaram a produção e a oferta de alimentos (GRANZIERA, 2009).

No início do século XX, a mecanização acelera e máquinas a gasolina começam a substituir os equipamentos de tração animal. Ocorre evolução e grandes investimentos nas indústrias de máquinas e equipamentos, a agricultura fica cada vez mais industrializada (CARPANEZZI *et al.*, 2019).

De 1914 a 1918, final da primeira Guerra Mundial, começa a preocupação do homem com a oferta de alimento, e mais ainda com a qualidade dos mesmos. Contudo, o meio natural era visto como um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade e o padrão de modernização agrícola adotado era visto como único caminho para atender as necessidades dessa sociedade (ABREU *et al.*, 2001)

No Brasil, o uso das máquinas e do veneno nos campos teve início durante a 2° Guerra Mundial (1939 – 1945). Com o avanço nas áreas da química industrial e farmacêutica, surgiram os adubos sintéticos e agrotóxicos. Com o avanço do conhecimento científico e tecnológico cresce o controle sobre a natureza a favor do interesse produtivo. O século XX foi responsável pela criação de vários produtos químicos, como: corantes sintéticos, fertilizante de nitrogênio, pesticidas, herbicidas e o primeiro polímero realmente sintético, podendo ser considerado, portanto, o primeiro plástico (MARSON, 2014).

Segundo Romeiro (1996), a regras ecológicas básicas de gestão da natureza passaram a ser vistas como desnecessárias à prática agrícola, considerando-se que o caráter ambientalmente agressivo da então chamada agricultura moderna era um mal necessário que podia ser moderado com algumas práticas conservacionistas. Padovan (2002), afirma

que o processo de industrialização da agricultura atingiu seu ápice com o advento da chamada Revolução Verde.

No final da Segunda Guerra Mundial, meados do século XX, teve início a Revolução Verde. As instituições Rockfeller e a Ford, ambas privadas, investiram no México e nas Filipinas em técnicas para melhorar sementes como: milho, arroz e trigo, percebendo na agricultura uma ótima chance para reprodução do capital (ROSA, 1998).

Juliana Santilli enfatiza que a Revolução Verde:

Associa insumos químicos (adubos e agrotóxicos), insumos mecânicos (tratores colheitadeiras mecânicas etc) e biológicas (variedades melhoradas) [...] Foram desenvolvidas variedades vegetais de alta produtividade que dependiam, entretanto, da adoção de um conjunto de práticas e insumos conhecido como "pacote tecnológico" da revolução verde (insumos químicos, agrotóxicos, irrigação, máquinas agrícolas etc). Foi criada também uma estrutura de crédito rural subsidiado e, paralelamente, uma estrutura de ensino, pesquisa e extensão rural associadas a esse modelo agrícola. Com o apoio de órgãos governamentais e organizações internacionais, a revolução verde expandiu-se rapidamente pelo mundo promovendo uma intensa padronização das práticas agrícolas e artificialização do meio ambiente. (SANTILLI, 2009, p. 25).

Com isso, pequenos produtores que não se adaptaram às novas técnicas de produção, não conseguiram atingir produtividade suficiente para se manter na atividade, e muitos se endividaram por conta dos empréstimos bancários solicitados para a mecanização das atividades agrícolas, e a única forma de pagamento da dívida foi à venda da propriedade para outros produtores. Os financiamentos bancários eram direcionados apenas àqueles que viabilizassem o processo de inovação. A tecnologia e o progresso não estariam ao alcance de todos. Os agricultores que conseguiam introduzir novas técnicas e modernização dos meios de produção eram considerados avançados e a agricultura familiar passou a ser relacionada com atraso e pobreza. O uso de máquinas se intensificou levando a redução no uso de mão-de-obra no campo e ao êxodo rural. Técnicas milenares são ignoradas, dando lugar a conhecimentos aperfeiçoados ou criados por instituições públicas ou privadas, desconsiderando a experiência dos agricultores e prejudicando a diversidade regional e cultural e a identidade de seu povo.

Para Valdinoci (1979), a Revolução Verde não se contentava apenas em abrir novas fronteiras agrícolas, era preciso desestimular a agricultura tradicional (de base familiar camponesa), proclamada como antiquada e irreversivelmente ultrapassada.

Como modelo tecnológico da Revolução Verde, a monocultura foi apropriada para adquirir legitimidade diante de sua proposta nos países que iriam adotar o modelo,

passando a ser utilizada em várias regiões do mundo. É válido ressaltar que a monocultura não é uma invenção da Revolução Verde; ela caracterizou a economia brasileira desde o tempo da colonização. O desmatamento e a queimada de florestas naturais estavam entre as técnicas incentivadas para a criação de pastagens e plantações. Derivados do petróleo como gasolina e óleo diesel passaram a ser usados como combustível para funcionamento de máquinas e dos meios de transporte utilizados no cultivo, colheita, comercialização até o consumo. O petróleo é também a base de uma vasta gama de produtos essenciais para o aumento de produtividade, como fertilizantes, solventes utilizados nos inseticidas, farmacêuticos e plásticos.

Contudo, a Revolução Verde apesar de trazer aumento da produtividade, trouxe alguns prejuízos sociais, econômicos e ambientais como: êxodo rural, diminuição da biodiversidade, prejuízos à saúde humana, concentração de renda, de terra e de poder no campo. Esses aspectos justificam em grande medida os limites impostos por esse modelo de produção intensiva no campo para se alcançar a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões.

Impactos ambientais irreversíveis foram deixados pelas mudanças adotadas no segmento agropecuário, tais como: contaminação e alteração de solos, da água e do ar; impacto na saúde de produtores e consumidores; alto nível de utilização de água; generalização do uso do plástico; erosão, compactação do solo, desertificação e perda de fertilidade; proliferação de pragas; inundação e salinização de terras irrigadas; desmatamento e queimadas; extinção de espécies animais e vegetais; redução da diversidade genética e da biodiversidade; desemprego no campo, expropriação e concentração de terras e sustentabilidade questionável.

Em decorrência dos inúmeros problemas advindos da Revolução Verde, o mundo passa a reavaliar seus padrões de produção, compreendendo que apesar do avanço tecnológico a agricultura continuaria dependente do ambiente, justificando um aumento da demanda por práticas que respeitem as limitações naturais favorecendo o equilíbrio do desenvolvimento e a sustentabilidade, provocando reflexões de que para se alcançar esse objetivo, é urgente repensar o estilo de vida e os valores éticos da sociedade atual. A Revolução Verde mesmo que prometendo modernizar o campo, erradicar a fome, gerar "desenvolvimento", propagou mais desigualdades sociais e exploração. Os impactos sociais e ambientais ocorridos durante o século XX foram fortalecendo e impulsionando os questionamentos em relação ao modelo de agricultura calcado nos princípios da Revolução

Verde as questões ambientais passaram a ter maior importância, motivando mudanças na visão de mundo. Especificamente, tais questões têm fortalecido a re-emergência de paradigmas científicos e lutas sociais pautados na problematização da relação entre sociedade e natureza e centrada na racionalidade ambiental, pondo em xeque ou confrontando-se com as visões ainda hegemônicas do tecnocentrismo.

Portanto,

Este movimento por outro desenvolvimento se fortaleceu com os primeiros sinais negativos da modernização conservadora da agricultura no Brasil e ganhou força com o surgimento do chamado Movimento de Agricultura Alternativa, nos anos 1980, que iniciou uma crítica sistemática à Revolução Verde e fez uma reflexão profunda sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos que vinham ocorrendo em função do modelo de tecnificação adotado no país. (AGUIAR, 2019, p. 03).

Surgiram movimentos que visavam produção associada à preservação. Estes movimentos foram chamados de agricultura orgânica, agricultura alternativa, agricultura natural e a própria agroecologia. Os debates realizados favoreceram a integração entre produção, preservação e valor social da agricultura fortalecendo a Agroecologia. Segundo Candiotto e Meira (2014), era crescente a busca ao estilo de agriculturas alternativas, entre elas a agricultura natural e a agricultura orgânica, chamadas de agricultura de base ecológica, e com elas a expansão do debate sobre a Agroecologia.

A Agroecologia refere-se ao estudo da agroecossistemas desde uma perspectiva ecológica, com vistas à aplicação de princípios e conceitos que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, preservando os recursos naturais e proporcionando um agroecossistema² saudável. Essas três dimensões são fundamentais para entender que a Agroecologia pensa em um projeto social de desenvolvimento e de campo.

Caporal (2009, p. 46) ressalta que Agroecologia pode ser conceituada como uma ciência que objetiva:

Integração dos saberes históricos dos agricultores com conhecimento de diferentes ciências; possibilitar a compreensão, a análise e a crítica do atual modelo de desenvolvimento e da agricultura; estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agricultura mais sustentáveis.

Atualmente, o termo Agroecologia pode ser entendido como um campo científico em construção vista que ela é inter, multi e transdisciplinar. Nesse sentido, a Agroecologia

²Segundo Pimentel (1973, p. 69) agroecossistema são "Sistemas ecológicos alterados, manejados de forma a aumentar a produtividade de um grupo seleto de produtores e de consumidores.".

não existe isoladamente, não tem como trabalhar com Agroecologia sem trabalhar com a física, sociologia, ecologia, economia, educação, comunicação, agronomia, antropologia. Ela é um campo integrador, que agrega conhecimentos de várias ciências, além de agregar também saberes populares e tradicionais provenientes das experiências de agricultores familiares, de comunidades indígenas e camponesas (CAPORAL, 2009).

Segundo o art. 2°, inciso III do Decreto n.º 7.794/2012, sob o ponto de vista normativo, considera-se produção de base agroecológica aquela que busca aperfeiçoar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social (BRASIL, 2012).

Agroecologia não é simplesmente agricultura sem veneno, sem desmatamento, sem queimadas; não se resume em apenas mudar o sistema e a forma de produção para a orgânica, ela pressupõe também a "coevolução dos sistemas sociais e ecológicos", considerando que um depende estruturalmente do outro. Esse campo multidisciplinar em construção não busca apenas evitar e reparar danos ambientais, o diálogo é muito mais amplo (CAPORAL, 2009).

No processo de transição agroecológica³ diminui-se os insumos externos principalmente agrotóxicos e fertilizantes buscando restabelecer o equilíbrio ecológico no ecossistema. Para isso, é preciso inserir remediadores naturais como bioinseticidas e biofertilizantes à medida que se diminui gradativamente o uso dos agrotóxicos e fertilizantes. Esse processo de transição agroecológica evidencia também, no plano social, político e econômico, o rompimento da dependência de insumos externos a propriedade, impulsionando maior autonomia dos agricultores em relação ao mercado e garantindo renda econômica não-monetária à medida que os insumos passam a ser produzidos na própria unidade de produção familiar - UPF em quantidade gradativa e suficiente de sustentação dos processos produtivos internos da UPF.

Desse modo, os elementos centrais da Agroecologia podem ser agrupados em sete dimensões: agronômica, ecológica, sociológica, política, econômica, cultural e ética. Conforme Canuto:

-

³Transição agroecologica é "Processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica." (CAPORAL: COSTABEBER, 2004, p.12).

A Agroecologia somente pode ser entendida na sua plenitude quando relacionada diretamente ao conceito de sustentabilidade. Nesse sentido, a Agroecologia se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais), social (inclusão das populações mais pobres), cultural (respeito às culturas tradicionais e locais), política (movimento organizado para a mudança) e ética (mudança direcionada a valores morais transcendentes). (CANUTO, 2006, p. 2).

Nesse sentido, a Agroecologia, segundo Abreu *et al.* (2012), citando Reijntjes*et al.* (1992) e Gliessman (2009), pode ser mais ou menos sustentável quando é capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes princípios: a) baixa dependência de *inputs* externos e reciclagem interna; b) uso de recursos naturais renováveis localmente; c) mínimo de impacto adverso ao meio ambiente; d) manutenção em longo prazo da capacidade produtiva; e) preservação da diversidade biológica e cultural; f) utilização do conhecimento e da cultura da população local; g) satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda.

Caporal e Costabeber enfatizam que embora a Agroecologia faça uma abordagem ecológica da agricultura, ela não se limita

[...] a abordar os aspectos meramente ecológicos ou agronômicos da produção, uma vez que sua preocupação fundamental está orientada a compreender os processos produtivos de uma maneira mais ampla. Isto é, encara os agroecossistemas como unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigadas e analisadas em seu conjunto. Dito de outro modo, a pesquisa agroecológica preocupa-se não com a maximização da produção de uma atividade em particular, mas sim com a otimização do agroecossistema como um todo, o que implica uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas interações existentes entre as pessoas, os cultivos, os solos e os animais. (CAPORAL; COSTABEBER, 2001, p. 20).

Sendo assim a agricultura alternativa visa à produção de alimentos mais saudáveis com baixo custo. Já a Agroecologia está voltada para a produção sustentável, com o olhar no desenvolvimento social e ambiental.

Várias instituições desenvolveram continuamente processos e/ou produtos que possam contribuir para a redução dos custos de produção, frear o consumismo, lidar com a queda na oferta de trabalho, reduzir o uso de práticas degradadoras do ambiente, como o uso de agrotóxicos que continuam em ascensão e com grande potencial, garantir a segurança alimentar e a conservação ambiental. Logo, a agricultura contemporânea

continua enfrentando desafios e a utilização de práticas agrícolas sustentáveis com base nos princípios da Agroecologia é um caminho necessário para a superação dos mesmos.

Nosso objetivo nos tópicos 2.1 e 2.2 foi refletir um pouco sobre a EA e Agroecologia, tecendo diálogo com alguns autores. Com essa discussão já temos agora elementos para fundamentar o próximo tópico deste capítulo que vai tratar da relação dessas duas temáticas enquanto políticas públicas concebidas e em curso, visto que a Educação Ambiental já é uma prática científica estabelecida e que a Agroecologia é um paradigma científico em construção.

2.3. Percurso e pressupostos da política de Educação Ambiental e da Política de Agroecologia

Esse tópico tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o percurso incremental das políticas de EA e a de Agroecologia mostrando as leis que instituíram essas duas políticas.

Para um melhor entendimento da EA e Agroecologia como política pública, é importante refletir o que de fato se entende por políticas públicas. Para Estevão e Ferreira (2018, p. 172) "são instrumentos para efetivar os direitos do cidadão, intermediando o pacto entre o Estado e a sociedade.".

As Políticas Públicas estão relacionadas ao papel dos governos em relação às demandas de seus cidadãos, porém, isso não se limita a restringi-la somente a uma intervenção do Estado a um problema social. Giovanni (2009, p. 02) nos faz pensar que a política pública ultrapassa essa limitação. Segundo ele, é uma forma "contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia.". Através dessa interação são definidos os problemas sociais, a partir disso os meios, as formas, os sentidos, os conteúdos e as modalidades de intervenção do Estado.

Contudo, não há garantia que os direitos sociais serão concretizados, pois isso dependerá da representatividade de cada segmento. Como ressalta Ham e Hill (1993), mencionando Wildavsky (1979), a política pública não se refere apenas ao processo de elaboração da política (tomada de decisões), pois, ao mesmo tempo em que é processo, também é produto deste. É importante discutir não só a complexidade do sistema político

em si, mas também o processo de tomada de decisões, as ações do governo e de atores sociais constituem a política pública.

Os pressupostos e princípios fundantes da EA e Agroecologia são em si contrahegemônicos, pois pensam outra forma relacional entre sociedade e natureza e, consequentemente, outra perspectiva de desenvolvimento. Portanto, centrada no respeito à natureza, a vida, à sociobiodiversidade, à justiça social, à garantia de direitos, inclusive dos recursos naturais como bens de uso pelas coletividades. Neste sentido, o Estado tem um papel fundamental enquanto ator que concebe e implementa políticas públicas alinhadas a estas perspectivas. Se, por um lado, a ação do Estado é fundamental para pôr em curso as políticas contra-hegemônicas, a garantia dessa ação depende de como se operam as correlações de forças na sociedade, quais grupos de interesse exercem maior influência no processo de concepção e implementação das políticas, como estas são utilizadas enquanto mecanismo de "contenção" social, ou como até a passagem do processo de concepção/ elaboração das políticas à implementação/execução constitui um "pacto social" construído por cima para garantia dos processos de exploração, dominação e degradação social e ambiental, à medida que as leis não traduzem mudanças efetivas ou se dão no âmbito das contradições.

As políticas públicas de EA para Sorrentino et al. (2005, p. 285) "implicarão uma crescente capacidade do Estado de responder às demandas que surgem do conjunto articulado de instituições atuantes na EA crítica e emancipatória". Desse modo, não restam dúvidas da importância do delineamento e da implantação de políticas públicas de EA com análises críticas de forma participativa e dialógica. Uma Política que não atenda apenas aos interesses dos atores hegemônicos, mas que também seja proposta pelos cidadãos e grupos sociais organizados, fortalecendo a implementação da mesma.

As demandas da EA e Agroecologia foram oriundas das lutas dos Movimentos sociais, a partir do desejo das pessoas de proteger o meio ambiente. Deste modo, Gohn (2011, p. 345) ressalta que esses movimentos se referem à "mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão política-administrativa da cidade". Através desses movimentos foram geradas diretrizes e leis que constituem o aspecto formal das Políticas Públicas da EA e da Agroecologia.

A EA vem sendo discutida e inserida pela agenda internacional desde a Conferência de Estocolmo (1972), na qual foi discutido o Relatório do Clube de Roma lançado também em 1972, intitulado "Os limites do crescimento", que trazia alertas como as de que no

Planeta Terra não havia matérias primas e energia suficiente, para que todos adotassem os mesmos padrões de consumo dos países desenvolvidos e que o elevado crescimento industrial aumentaria o nível de poluição para além da capacidade de assimilação do planeta, o que aumentaria a taxa de mortalidade e reduziria a produção de alimentos.

O diálogo sobre a elaboração de políticas públicas de EA no Brasil aconteceu após essa Conferência, com a iniciativa das Nações Unidas em fomentar o tema nas agendas dos governos. Na esfera federal teve início com a criação da extinta Secretaria do Meio Ambiente - SEMA em 1973, vinculada ao Ministério do Interior, que estabeleceu como uma de suas atribuições "o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente", sendo que a mesma foi responsável pela "capacitação de recursos humanos e sensibilização inicial da sociedade para as questões ambientais." (BRASIL, 2005, p. 22). Somente em 1977, a EA foi introduzida como estratégia para conduzir a sustentabilidade ambiental e social do planeta, após a I Conferência Intergovernamental de EA de Tibilise. Ainda na década de 1970, começou-se a discutir um modelo de desenvolvimento que harmonizasse as relações econômicas com o bem-estar das sociedades e a gestão racional e responsável dos recursos naturais o ecodesenvolvimento (SORRENTINO, 2005).

No marco legal federal em 1981 surgiu a Lei 6.938 de 31 de agosto, estabelecendo a PNMA, que ressalta no seu artigo 2°,

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (BRASIL, 1981).

No inciso X do artigo acima citado, adverte como princípio a necessidade de promover a "Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente." Mostrando a importância da participação de todos para a promoção da EA.

Outro marco importante foi a Constituição Federal implementada em 1988, no seu capítulo VI, artigo 225, inciso VI, que trata também da EA, afirma: "promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente." (BRASIL, 1988). Moura (2016, p. 17) acrescenta que a partir da Constituição Federal ocorreu:

Uma maior descentralização da política ambiental e uma consequente estruturação de instituições estaduais e municipais de meio ambiente, com a criação de órgãos e/ou secretarias, bem como de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente, resultado da definição da temática ambiental como competência executiva comum entre União, estados e municípios.

A EA passou a ser mais valorizada efetivamente, a partir dessa Constituição nas atividades de órgão e instituições dos governos e de organizações não governamentais.

Destacam-se também nesse período, no Brasil, os debates sobre a necessidade de mudanças nos padrões de consumo e os problemas ambientais e globais durante a ECO-92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD ou Cúpula da Terra, conhecida também como Rio-92), onde foram relacionadas medidas a serem adotadas para promoção do desenvolvimento sustentável, aprovando-se para isso cinco documentos oficiais: três convenções (Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas), uma Declaração de Princípios e a Agenda 21.

A partir do final dos anos 1990 as primeiras políticas públicas federais relacionadas à EA começaram a ser instituídas. As principais políticas públicas na esfera federal são a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), lei nº 9.795, instituída em 27 de abril de 1999 e regulamentada três anos depois pelo Decreto 4.281/02, que instituiu a PNEA e o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA). A PNEA é a lei federal que, regulamentada pelo Decreto 4.281/02, apresenta os direcionamentos da EA no Brasil.

A PNEA em seu artigo 2º estabelece que "a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal." (BRASIL, 1999). Em sequência também destaca no artigo 3º a necessidade da inclusão, em todos os espaços pedagógicos disponíveis, da dimensão ambiental na Educação.

Tratando-se da Agroecologia, os tensionamentos sobre o modelo agrícola que estava sendo adotado na época ganhou mais força ao final do século XX, quando foram divulgados muitos resultados de pesquisas sobre os efeitos negativos da mecanização e dos agrotóxicos sobre o meio ambiente e o ser humano.

Encontros Nacionais de Agroecologia – ENAs foram realizados em 2000, com o propósito de afirmar a Agroecologia como matriz tecnológica alternativa, estimular a cooperação entre setores ligados à Agroecologia e à agricultura familiar, e formular propostas de políticas públicas com enfoque agroecológico. Em 2002 aconteceu a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, congregando diferentes segmentos ligados

ao movimento agroecológico, como Movimentos sociais, comunidades de base, ONGs, pesquisadores e técnicos (EMBRAPA, 2006).

A primeira política que discutiu oficialmente a questão da agroecologia foi a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. Ela surgiu a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas dos modelos convencionais, a partir da necessidade de um novo modelo de extensão rural para o Brasil, oferecendo dessa forma uma política que fosse capaz de contribuir para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura, oferecendo à população uma agricultura sustentável, além de melhorar as condições de vida tanto rural quanto urbana. Essa política foi fruto da ação e pressão dos movimentos sociais, agricultores familiares e da ação participativa dos cidadãos para se chegar ao desenvolvimento rural sustentável (FIDELIS et al., 2010).

Com as crises econômicas e socioambientais, a PNATER criticou o difusionismo implementado pela extensão rural e utilizou os conceitos de Paulo Freire para se contrapuser à chamada difusão de tecnologia: "[...] recomendam uma clara ruptura com o modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de inovações e nos tradicionais pacotes da 'Revolução Verde', substituindo-os por novos enfoques metodológicos e outro paradigma tecnológico." (BRASIL/PNATER, 2007, p. 5). Com essa mudança, novos objetivos foram alcançados, e o público prioritário como os geraizeiros, agricultores familiares, quebradeira de babaçu, ribeirinhos e outras categorias foram beneficiadas

Apesar de o PNATER ter sido uma importante política implementada, vem sofrendo profundas alterações no seu processo de execução, descaracterizando-a. Exemplo disso têm sido entidades ligadas ao agronegócio credenciando-se como órgãos de assistência técnica. Com isso, vemos o reposicionamento das correlações de forças e o agronegócio se colocando de forma mais acentuada na disputa contra a agroecologia e a EA, à medida que se apropria dos espaços e públicos de atuação da agroecologia.

A presidente Dilma Rousseff instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, em 20 de agosto de 2012, tornando o Brasil o primeiro país a criar uma política de Estado específica para o incentivo à Agroecologia e à Produção Orgânica. Por meio do Decreto nº 7.794, firmando no seu art. 1º o compromisso do governo federal em:

Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do

uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. (BRASIL, 2013, p.15).

Esses avanços só foram possíveis por força das pressões da sociedade civil organizada e pela discussão e articulação dos conselhos e comissões de participação social. Não poderíamos deixar de destacar aqui essas duas importantes leis que instituíram essas políticas.

Como já citado por Crivellaro *et al.* (2008, p.08) "não podemos deixar de inserir a Educação Ambiental quando falamos de Agroecologia, pois ambas surgem da necessidade de mudanças [...].". A EA não é somente preservação da natureza, mas também as relações entre os seres humanos e o meio ambiente, refletindo as possibilidades de transformação.

Essa reflexão se justifica na necessidade de ressignificar a EA a partir da compreensão das experiências e práticas inovadoras que surgiram também no âmbito da Agroecologia devendo desencadear um processo de ressignificação das práticas de EA e da Agroecologia resultando no fortalecimento e enriquecimento dos dois processos sociais.

Dessa forma, faz-se necessário aprofundar os significados da EA e da Agroecologia, a fim de perceber possíveis relações. Compreendemos a EA como o objetivo de auxiliar na "[...] conservação da biodiversidade, para a autorrealização individual e comunitária e para a autogestão política e econômica através de processos educativos que promovam a melhoria do meio ambiente e a qualidade de vida." (SORRENTINO, 1998, p. 48).

Logo, "a Educação Ambiental é considerada a parte vital e indispensável para se chegar ao desenvolvimento local e a gestão de sociedades sustentáveis." (MUTIM, 2007, p. 155). A vitalidade da mesma está vinculada à possibilidade de formação de novas consciências para o gestar de novos percursos para a vida humana em relação ao seu meio natural e artificial. A própria EA precisa ser compreendida "[...] como vetor de desenvolvimento, visto que a sociedade contemporânea se estrutura em função da educação, do conhecimento e das tecnologias." (MUTIM, 2007, p.118).

Sabendo que este exercício, que parte do singular para o plural e do indivíduo para a sociedade, não é fácil, mas é urgente, uma vez que nesse "cenário cada vez mais incerto e excludente, o desafio que imediatamente se coloca à sociedade contemporânea, situa-se no reconhecimento do "outro", da alteridade, como elemento constitutivo de uma nova identidade social." (GOMES, 2010, p. 274).

Por outro lado, dentro desta mesma linha de raciocínio, deixando claras as especificidades ligadas ao processo e ao campo de atuação da Agroecologia, observamos que essa prática "não implica apenas na busca de uma maior racionalização econômica-

produtiva, com base nas especificidades locais de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos ambientais." (GLEISSMAN, 2005, p. 48).

Pois quando pensamos na essência da questão, percebemos que:

Neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural e sustentável. (CAPORAL, 2004, p. 26).

Partimos da hipótese de que uma análise profunda das ações da Agroecologia pode contribuir com um processo de ressignificação e fundamentação tanto da EA quanto da Agroecologia.

A EA e Agroecologia estão ligadas a uma função transformadora, quer dizer, como perspectiva contra-hegemônica de construção de um projeto social, no qual os indivíduos e a coletividade são protagonistas para a promoção de um novo estilo de vida. A Agroecologia neste cenário é também uma possibilidade real de mudanças, uma vez ampliada, e quiçá transformada pela teoria e prática da EA.

Nosso objetivo no capítulo 2 foi apresentar algumas discussões sobre EA e Agroecologia, para nos auxiliar na busca da identificação das interfaces e especificidades entre as Políticas de Educação Ambiental e Agroecologia e também refletir o percurso dessas duas políticas. O próximo capítulo tem como objetivo apresentar o caminho que seguimos no estudo para alcançar o resultado da questão da pesquisa.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Apresentaremos a seguir o percurso metodológico desta pesquisa, destacando os aspectos referentes ao delineamento da pesquisa, a explicitação dos sujeitos e os pressupostos metodológicos e instrumentos de pesquisa. De modo geral, utilizamos a análise documental e através de entrevistas buscamos apreender as percepções dos sujeitos. Para a análise, utilizamos as estruturas elementares das políticas públicas: formal, substantiva e simbólica proposta por Geraldo Di Giovanni (2009) interligadas com a compreensão das categorias discutida por Lefebvre (1991) e David Harvey (2005), definidas como concebido, percebido e vivido, utilizadas aqui de forma adaptada à análise de políticas.

3.1 - Delineamento da pesquisa

No delineamento da pesquisa tomamos como base a abordagem qualitativa, entendo que as demandas da pesquisa em questão propõem pensar nos aspectos da realidade, nos quais não podem ser quantificados e sim voltados a explicação e compreensão da dinâmica das relações sociais.

Para André (2013, p. 97),

As abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados.

Dessa forma, buscamos não somente mapear a realidade, mas investigar e descobrir as práticas, pois:

[..] lidamos com uma realidade construída por pessoas que se relacionam por meio de práticas que recebem identificação e significado pela linguagem usada para descrevê-las, invocá-las e executá-las; daí o interesse pelas especificidades qualitativas da vida humana. (MACEDO, 2006, p. 12).

É importante perceber os significados que os sujeitos atribuem à sua experiência vivida, significados que se revelam a partir das descrições realizadas por esses mesmos sujeitos.

A experiência descrita por aquele que vivencia o fenômeno é o ponto chave para a compreensão dele, e a forma para essa compreensão é a linguagem. Como a nossa pesquisa

é voltada a compreensão do sujeito sobre a política a partir do seu mundo vivido, um elemento importante para o nosso estudo é a percepção.

Segundo Tuan (1980), percepção é "tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados" (*apud* CARVALHO, 2013, p. 103) e acrescenta que "muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura." Portanto, a partir das percepções e vivências dos sujeitos implicados com as políticas aqui estudadas compreenderemos as aproximações e especificidades da Política Nacional de Educação Ambiental e da Política Nacional de Agroecologia, assim como será possível identificar pistas emergidas dessas vivências que contribuam para o fortalecimento ou construção de processos de articulação entre elas.

3.2 – Sujeitos participantes da pesquisa

Por se tratar de uma investigação para compreender a inter-relação da EA e da Agroecologia, os sujeitos da pesquisa foram informantes chaves que estão dentro desse contexto, àqueles envolvidos cotidianamente na operacionalização das políticas e do desenvolvimento das ações com a comunidade.

Os critérios utilizados para a escolha dos sujeitos foram: os gestores, pois são pessoas que lidam de maneira mais direta com as duas políticas, os educadores, pois através deles percebemos como estão essas duas temáticas dentro da educação e o Movimento social, pois os mesmos trabalham com a EA e também estão muito envolvidos na questão da Agroecologia.

Os sujeitos foram professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, coordenadores de órgãos como Secretaria de desenvolvimento Rural - SDR, diretoria de Educação Ambiental da Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA e Coordenação do Curso de Tecnologia em Agroecologiada UFRB e interlocutores representantes de movimentos sociais como Movimento de Trabalhadores Rurais Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia - CETA e Movimento de Mulheres camponesas - MMC. As informações desses sujeitos permitiram analisar as inter-relações e especificidades das políticas aqui estudadas, a partir das percepções e vivências desses sujeitos no âmbito dessas políticas, além de apontar pistas para construção de processos de fortalecimento e articulação dessas políticas.

Para garantir o anonimato dos sujeitos, utilizamos códigos compostos por letras, sendo MS (Movimento social) - AG (Agente de órgão do governo) - E (Educador) e um número (1 e 2), de acordo com a ordem de realização das entrevistas. Dessa forma, MS1 foi o primeiro entrevistado do Movimento social.

3.3 - Pressupostos metodológicos, procedimentos e instrumentos de pesquisa

Como já mencionado, para efetivação dessa pesquisa foi necessário fazer um levantamento das pesquisas já realizadas no que tange à EA e a Agroecologia, buscando perceber o que já foi discutido nessas duas temáticas.

Na sequência utilizamos dois dispositivos: a análise documental observando os pressupostos implícitos nas políticas da EA e da Agroecologia; e a percepção dos sujeitos, que foi realizado através de entrevistas semiestruturada, percebendo como os mesmos compreendem a inter-relação da EA e da Agroecologia. A fim de relacionar as percepções e posicionamentos com os conceitos e reflexões iniciais da investigação, esses dispositivos podem contribuir com a construção de novos sentidos e significados da EA a partir do chão e das práticas constituídas/desenvolvidas na Agroecologia, tendo em vista que a metodologia circunscreve a pesquisa, mais flexível, pois se abre à singularidade dos colaboradores em questão.

Para a análise das políticas públicas e das percepções dos sujeitos, como ponto de partida utilizamos, de forma adaptada à perspectiva da análise de políticas, as categorias definidas como concebido, percebido e vivido discutida por Lefebvre (1991) e rediscutidas por David Harvey (2005). Esses autores discutem originalmente tais categorias na dimensão da análise espacial. A adaptação do uso desses conceitos deve-se ao fato desse trabalho não ter como objetivo a análise espacial e sim a análise das políticas de EA e Agroecologia, além das percepções dos sujeitos envolvidos nessas temáticas.

Nesse trabalho, compreendeu-se o concebido como a dimensão da representação abstrata, advindo de um saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico - as políticas públicas - respostas apresentadas pelo Estado aos problemas dados pela sociedade. O percebido refere-se à percepção desses sujeitos sobre as políticas públicas e o vivido está relacionado às experiências vividas em sua relação com as políticas evidenciadas, bem como os resultados dessas vivências e práticas.

Essa dinâmica que representa o movimento do concebido ao percebido e deste ao vivido, faz da dimensão vivida (as práticas e vivências) um campo de lutas e aprendizagens. Esse vivido também é representado no aspecto mais formal como

sendo as diretrizes institucionais delineadas a partir de estratégias de caráter conservador ou inovador (este entendido como processo de aprendizagem e/ou indutor de novos processos e práticas), em geral, representado pelos documentos oficiais da instituição ou pensamentos materializados em documentos específicos. (SOUZA, 2015, p. 285)

Cada categoria envolveu especificidades do recorte da pesquisa. Na análise das políticas utilizamos também as estruturas elementares das políticas públicas proposta por Geraldo di Giovanni (2009); o mesmo deixa claro que a escolha por essa abordagem não quer dizer que não exista outras opções de análise, existem várias propostas, porém, "o que acontece é uma insatisfação com os modelos disponíveis, na medida em que – penso eu – não oferecem uma visão inclusiva e orgânica de todos os aspectos que compõem esse fenômeno." (GIOVANNI, 2009, p. 02). A proposta apresentada pelo autor nos faz refletir e entender historicamente e conceituar as políticas públicas, as relações de poder, os aspectos comuns, os formais, os materiais, os substanciais e os elementos simbólicos. Desse modo, analisaremos de forma mais detalhada a teoria, a prática e os resultados.

Giovanni (2009) destaca quatro estruturas elementares para analisar uma política. São elas: 1) Formal - Composta pelos elementos: "teoria", práticas e resultados; 2) Substantiva - Composta pelos elementos: atores, interesses e regras; 3) Material – Composta pelos elementos: financiamento, suportes, custos e 4) Simbólica – Composta pelos elementos: valores, saberes e linguagens, como é demonstrado na figura abaixo.

 Atores Teoria Interesses Prática Regras **Objetivos** Estrutura Estrutura **Formal** Substantiva Estrutura Estrutura Material Simbólica Financiamento **Valores Saberes** Suportes Custos Linguagens

Figura 1. Estruturas elementares das Políticas Públicas

Fonte: Do autor (adaptada de Geraldo di Giovanni, 2009).

Na pesquisa em questão não daremos tanto destaque a estrutura material, pois ela se distancia do objetivo traçado para a mesma.

De modo geral, uma política para ser entendida na sua completude, precisa ser analisada de vários olhares, vários ângulos que ao juntar tudo temos uma visão de todas as perspectivas, a estrutura é formada de elementos mínimos que formaria o todo.

Giovanni (2009) nos faz refletir sobre essas estruturas elementares quando menciona que de modo imediato a estrutura formal capta, os aspectos e elementos exteriores da intervenção pública, na medida em que estabelece as relações indissociáveis entre uma "teoria", um conjunto de práticas e um conjunto de resultados (GIOVANNI, 2009). Refere-se ao desenho da política pública, é uma visão administrativa e gerencial do modo de gerir a política. A teoria se refere ao conjunto de conhecimento, desde o seu objetivo até os resultados. A prática são os conjuntos de medidas que devem ser adotadas, e que estão relacionadas à teoria para atingir um resultado e os objetivos as metas a seguir para alcançar os resultados esperados.

Para facilitar o entendimento, Giovanni sintetiza que "Enquanto a estrutura substantiva refere-se aos aspectos sociais e políticos de uma política, a estrutura material refere-se – em sentido amplo – aos aspectos econômicos." (GIOVANNI, 2009. p. 17). Na substantiva, os atores podem ser individuais ou coletivos; são pessoas, grupos, organizações não governamentais que participam da formulação e/ou implementação de forma direta ou indireta de uma política. Os interesses são os objetivos práticos de cada ator, interesses esses que podem ser implícitos ou explícitos e as regras são as normas, leis, costumes, padrões morais e éticos que dá limite ao comportamento de cada um e para o conjunto de atores.

A estrutura material é o olhar econômico sobre a política pública, formada pelos elementos que garantem a sustentação material da política. O financiamento refere-se à busca de recursos financeiros, os custos à estrutura de gastos internos, e os suportes à medida que garantem a realização de uma política pública. Embora não seja objetivo direto analisar a estrutura material das Políticas de EA e de Agroecologia, entende-se que de forma indireta seus reflexos terão efeitos em algum nível na execução das políticas - potencialização ou fragilização -, podendo ser percebido pelos sujeitos e influenciando em suas vivências e práticas, à medida que estes buscam ou não alternativas de superação dos entraves, formas de resistência e de luta.

Na estrutura simbólica Giovanni (2009, p. 19) ressalta que as políticas são "Realidades sociais orientadas por valores. Por outro lado e ao mesmo tempo, são orientadas por conhecimentos racionais (saberes) desenvolvidos na prática de mais de meio século de intervenções do gênero", e completa que em linguagem específica "são universos de comunicação próprios (e apropriados) que estabelecem os vínculos entre os diversos tipos de atores de uma dada arena política. " (GIOVANNI, 2009, p.19). É o olhar sobre a cultura relativa a cada âmbito de uma política, correspondente aos aspectos cognitivos e culturais. Os valores são os princípios ético-político morais, que orientam a escolha das diretrizes de uma política. Como estamos voltados para a educação seria a metodologia de ensino, a estrutura curricular. Os saberes estão ligados aos conhecimentos práticos e/ou científicos que orientam as escolhas das práticas da política. E as linguagens é o universo próprio de comunicação de cada comunidade que dão individualidades às políticas.

É válido ressaltar que para compreender uma política pública não basta apenas o olhar fragmentado de cada estrutura que a compõem, pois além desses elementos "didáticos", estruturais, a política pública tem sua dinâmica, relações e processos postos em curso, isto é, é resultado de um processo histórico, resultado das lutas sociais, conflitos e tensões estabelecidas no âmbito da arena política, das correlações de forças da sociedade. Por isso, a análise das políticas públicas no âmbito das estruturas elementares e dos aspectos relacionais entre o concebido, percebido e vivido não devem perder de vista a apreensão dos aspectos relacionais, as dinâmicas e processos ou, como afirma Di Giovanni (2009, p. 20), "considerando as relações de mútuas interferências que se processam entre elas.".

O levantamento das pesquisas foi o primeiro movimento do estudo, pois a partir dele obtivemos uma base mais sólida e contextualizada para o delineamento da problemática investigada. No segundo movimento utilizamos a categoria concebido, o que está na política, na lei, para isso realizamos a análise documental, entendendo as políticas da EA e da Agroecologia, suas estruturas, órgãos, as ações, as problemáticas, analisamos os conteúdos que estão relacionados dentro de uma política e de outra para perceber como elas estão interligadas. Para essa análise utilizamos a estrutura elementar formal da política proposta por Giovanni, representada pela teoria, práticas direcionadas na proposta e os objetivos da política. Segundo Ludke e André, a análise documental pode ser:

[...] de extrema importância para abordagens de dados qualitativos. Quaisquer registros escritos que possam ser usados como fontes de informações sobre o comportamento humano, são considerados documentos. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que a análise exige rigor intelectual, metodológico e dedicação. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

Dessa maneira, a pesquisa foi construída de forma interativa onde as principais fontes de informações confiáveis serviram de base para uma reflexão crítica durante todo o percurso e evoluiu com a contribuição coletiva dos sujeitos participantes da pesquisa.

No terceiro movimento, foram utilizadas as categorias percebido e vivido (grifos nossos). O percebido é a forma como os sujeitos veem o que está na política, a forma como eles entendem a partir de sua leitura de mundo. E isso inclusive influenciará a relação dos sujeitos com a política pública de diferentes formas: 1) potencializando ações e valores definidos (concebidos); ou 2) "contestando", construindo formas de resistência às ambiguidades do concebido emergido da correlação de forças na arena política, a partir da ressignificação de ações e/ou dos valores. Embora expresso de forma simplificada, a relação entre o percebido e o vivido guarda uma complexidade de relações que precisam ser potencializadas nas análises e estudos sobre as políticas. Especificamente, a categoria "vivido" refere-se aos espaços das representações, o que os sujeitos fazem a partir do que é concebido e como é percebido, portanto, traduzindo a complexidade mencionada anteriormente, refletindo as relações de dominação, passividade, resistências, lutas retroalimentadas e a criatividade dos sujeitos em ressignificar valores e/ou práticas nesses processos de resistência. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis pessoas que estão próximas (envolvidas / implicadas) dessas temáticas, procurando perceber como as mesmas compreendem e relacionam os princípios e práticas das políticas de EA e de Agroecologia.

Para a análise desse terceiro movimento utilizamos as estruturas elementares substantivas e simbólicas da política. Na estrutura substantiva, as interpretações e dados serão expressos pelos sujeitos que estão dentro da regra do jogo (isto é, de alguma forma imersos na dinâmica da política pública e sob efeito das prescrições e delineamentos dessa política) e também têm interesses. Como, por exemplo, o professor de uma faculdade, o sujeito do movimento social, o agente de governo. O interesse dos sujeitos envolvidos em alguma medida reflete sua visão de mundo e quem representa. Apesar de muitas vezes o que eles pensam não se traduzir diretamente na sua prática, dadas as restrições impostas pela "regra do jogo" (aspectos determinados na política pública), não significa que não possa haver efeitos indiretos na prática.

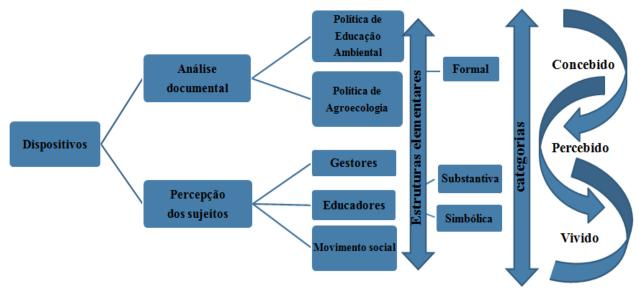
Na estrutura simbólica encontramos os valores, os saberes e a linguagem. Tal estrutura reforça a ideia de que as políticas públicas são "realidades sociais orientadas por valores", mas também por "conhecimentos racionais (saberes)" construídos no processo histórico. Esses valores tanto permeiam a produção de conhecimento sobre os campos das políticas públicas quanto na "concretização empírica" destas. Além disso, "as linguagens específicas, [...] são universos de comunicação próprios (e apropriados) que estabelecem os vínculos entre os diversos tipos de atores de uma dada arena de política.". (GIOVANNI, 2009, p. 28). Portanto, mesmo envolvidos no "repertório mais geral" que referencia o campo da política pública específica ou especificada em determinada análise, há "repertórios específicos" dos sujeitos relacionados a ela que indicam seu lugar de prática, vivências, enquanto sujeitos históricos.

Nesse sentido, mesmo os sujeitos desta pesquisa - gestores, educadores, integrantes de Movimentos Sociais - compartilharem visões de mundo, interpretações críticas e compreensões da realidade, há em certa medida linguagens específicas construídas nas práticas e vivências no Movimento Social, nos órgãos públicos, nas instituições de ensino. Obviamente que o acúmulo de experiências vividas por determinados sujeitos permitirá em alguma medida a articulação de linguagens específicas, à medida que essas experiências vividas configuraram-se como formativas para esses sujeitos.

No tocante à técnica de pesquisa específica para apreender as percepções e vivências dos sujeitos, optou-se pela entrevista. Para Lakatos e Marconi (2010, p. 195) "a entrevista fornece uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação ao comportamento das pessoas e contextos sociais específicos.". Entrevistas que se concebem em um sempre surgir, uma vez que, "as respostas do entrevistado não dependerão apenas de condições externas, mas do que se passa durante a própria entrevista. " (AMADO, 2014, p. 220). O pesquisador e o entrevistado nunca são neutros no processo, trazem sempre consigo uma intencionalidade. As perguntas objetivam buscar uma informação, já os colaboradores de pesquisa respondem a partir do como os mesmos se inscrevem no processo e como eles desejam ser identificados no processo. Identidade esta, que por ser sempre móvel, pode ser também reconstruída e receber um novo conceito durante o semear da entrevista. Mais do que um processo de perguntas e respostas, o que as diferem do questionário é a possibilidade contínua de interação e abstração.

Por fim, realizamos a análise de todo o processo, compilando o concedido, o percebido e o vivido atribuindo significados para essa análise. O esquema a seguir sistematiza a ideia do percurso metodológico da pesquisa de uma forma mais dinâmica.

Figura 2. Esquema de análise



Fonte: Do autor. – Adaptada de Souza, 2015.

4 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo traremos as discussões e os resultados da análise documental e das percepções dos sujeitos, uma visão do conjunto de tudo que foi analisado.

A Educação Ambiental e a Agroecologia são temáticas essenciais na contemporaneidade, dadas a suas especificidades e correlações na discussão da relação entre sociedade e natureza, não somente relacionada à produção ampliada da vida, mas também aos processos de produção econômica. Nesse sentido, cabe destacar as problemáticas socioambientais relacionadas à matriz tecnológica de produção de alimentos alicerçada na monocultura, no latifúndio, na produção de commodities e no pacote tecnológico da Revolução Verde.

Nessa discussão não podemos deixa de refletir que a EA, nesse processo de interrelação com a Agroecologia, fornece uma contribuição para a expansão da consciência humana sobre a necessidade de se atuar de maneira ambientalmente responsável, buscando cada vez mais manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado, para atingir uma sociedade mais sustentável. O indivíduo passa a compreender que o dever de preservar e manter o equilíbrio são responsabilidades de todos, sociedade e poder público.

Os aspectos usados para alcançar a compreensão da questão dessa pesquisa estão relacionados aos objetivos específicos da mesma, que são: identificar as especificidades e aproximações entre as Política de Educação Ambiental e de Agroecologia a partir dos pressupostos explícitos e implícitos nos textos legais; analisar as percepções dos sujeitos sobre as políticas de Educação Ambiental e a de Agroecologia, considerando também suas vivências em torno dessas políticas; perceber como os sujeitos compreendem a partir de sua prática as possíveis especificidades e inter-relações entre a política de Educação Ambiental e a de Agroecologia.

Alicerçado nesses objetivos foi possível analisar o objeto investigado na pesquisa em questão, para chegar ao resultado alcançado através da análise dos dados coletados. Para expor melhor esses resultados organizamos esse capítulo através das categorias definidas como concebido, percebido e vivido.

Iniciamos com o concebido onde analisamos as políticas de Educação Ambiental e da Agroecologia a partir da estrutura elementar Formal.

4.1 − O concebido: pressupostos, marcos teóricos e racionalidades

Como já mencionado, vamos analisar essa parte da pesquisa entendendo a política de EA e de Agroecologia através da estrutura formal – as teorias, as práticas e os objetivos – fazendo uma sistematização da análise dos documentos da Lei 9.795 – PNEA, do decreto 4.281/02 e do decreto 7.794 – PNAPO, para perceber suas especificidades, aproximações e inter-relações.

No âmbito da relação entre Estado e Sociedade, não desconsiderando a arena política e as correlações de forças, as políticas públicas geralmente são entendidas como respostas aos problemas da sociedade à medida que determinadas questões, temáticas, são inseridas na agenda de governo (perspectiva atrelada à ação e ao interesse do Estado) (AGUILAR VILLANUEVA, 2003) ou como demanda relativa à garantia de direitos de grupos sociais (perspectiva centrada na Sociedade e em suas lutas) (MOLINA, 2012). O importante nas duas perspectivas é perceber que a ação do Estado está imersa nas conflitualidades da sociedade e reflete uma racionalidade que também garante direitos. Desse modo, os movimentos em torno das políticas de EA e também de Agroecologia têm pautado nas agendas de governo, os direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1998.

As políticas de EA e Agroecologia nascem exatamente dos movimentos sociais, que passaram a debater os problemas socioeconômicos e políticos. Os movimentos tiveram papel importante nos debates sobre a necessidade de se repensar os modelos de desenvolvimento agropecuário, procurando romper o paradigma do tecnicismo e discutindo o impacto negativo dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde para o meio ambiente e para os agricultores familiares (camponeses). Então, "Elas refletem exatamente as demandas do que a sociedade entende por EA e Agroecologia. Ela nasce de consultas públicas, de coletivo que traduzem nos documentos o que se quer para a EA e para a Agroecologia", explana o entrevistado MS1.

Nesse contexto, percebe-se que o entrevistado destaca um momento importante na história das políticas públicas no Brasil, construídas a partir de espaços democráticos de diálogos e negociação, obviamente sem desconsiderar que as inserções de temáticas específicas nas agendas de governo se dão menos pela vontade política e mais fortemente pela pressão exercida pelos Movimentos Sociais. Esses espaços democráticos foram, e são importantes, não apenas para o processo de construção das políticas, mas para seu controle

social (avaliação e retroalimentação), o que exigiu e exigirá também o exercício democrático da participação ativa dos sujeitos sociais, das populações do campo e da cidade e, fundamentalmente, o contínuo processo educativo dessas populações em torno dessas temáticas, a fim de garantir a perenidade dessas políticas a partir das pressões das populações e atores territoriais sobre o Estado.

Daí o papel crucial das ações dos movimentos de luta pela terra e dos movimentos ambientalistas, sobretudo àquelas relacionadas aos processos educativos, e suas redes de colaboração estabelecidas com universidades, institutos federais e escolas do campo (principalmente no âmbito da pesquisa e extensão, mas também do ensino), para a construção e fortalecimento de processos tensionadores das políticas em curso.

As redes de colaboração construídas no diálogo entre movimentos de luta pela terra, movimentos ambientalistas e as instituições de ensino são fundamentais, pois poderão fomentar o envolvimento dos sujeitos das instituições com as temáticas, constituir como um processo formativo desses sujeitos com reflexos na dinâmica pedagógica e inclusive na proposta político-pedagógica das instituições, principalmente no tocante à proposição de cursos, práticas pedagógicas interdisciplinares relacionadas à EA e a Agroecologia, abrangendo a pesquisa, a extensão popular e o ensino, portanto, buscando a maior aproximação entre os espaços de formação escolar e as comunidades. Fator, pois, importante para a formação técnica, tecnológica, científica e, sobretudo, política, dos estudantes. Nesse aspecto, a própria Política Nacional de Educação Ambiental (1999) em seus artigos 1º e 2º explicita que:

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999).

Acrescenta-se, nesse sentido, a atual compreensão de que para fomentar a expansão dessa consciência humana, individual e coletiva, tem ganhado importância global a articulação/ diálogo de conhecimentos científicos interdisciplinares com a cultura tradicional local para fortalecer os processos socioprodutivos centrados na garantia da sociobiodiversidade e na agrobiodiversidade, buscando romper com o tecnocentrismo enquanto paradigma que orienta as políticas de desenvolvimento agrícola e a produção científico-tecnológica voltada ao setor agropecuário, neste caso. Obviamente que é um

processo em construção, cujos resultados (mesmo que incipientes) são fruto do engajamento político dos diferentes atores envolvidos - Movimentos Sociais, pesquisadores, educadores, gestores públicos, povos do campo - preocupados com a vida, a natureza, a sustentabilidade, a justiça social, os direitos sociais e com a produção científicatecnológica calcada nos princípios da diversidade, da complexidade, da transformação e da vida⁴.

É neste cenário que se observa uma possível, necessária e urgente filosofia de vida surgindo: a promoção de modelos de desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da vida diária, aliado com a EA, firmando um compromisso que assegure às futuras gerações o direito à vida. A Educação Ambiental "é um dos mais nobres veículos de mudança na história, a conquista de um direito inalienável do ser humano, mas não age isoladamente." (LOUREIRO, 2005, p. 92). A EA está aliada a vários outros fatores que visam o mesmo objetivo, a necessidade de conscientização e de mudança. Na agricultura, essa chamada para mudança acompanhou de forma direta o surgimento e crescimento da busca de alternativas de produção mais justa socioambientalmente, destacando-se de maneira especial os princípios promovidos pela Agroecologia.

A produção Agroecológica propõe meios de produção que valorizem o conhecimento tradicional, a cultura local, a produção de alimentos saudáveis, além de minimizarem a degradação ambiental, sendo assim, uma alternativa de desenvolver a agricultura com respeito ao meio ambiente, ao agricultor e ao consumidor.

A EA, por outro lado, por meio do processo educativo, é fundamental para levar o indivíduo a repensar suas atitudes e transformar a forma de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva da sustentabilidade, além de acrescentar conhecimentos sobre técnicas e métodos sustentáveis aos produtores e gestores públicos para a tomada de decisão. Então, pode-se afirmar que há forte sinergia entre essas duas áreas de conhecimentos, sendo estas essenciais ao desdobramento de ações que garantam repensar os critérios sociais, ambientais, científico-tecnológicos e econômicos nas políticas de desenvolvimento.

A política de EA está em harmonia com a política de Agroecologia, pois as duas têm como objetivo preservar o meio ambiente e garantir a qualidade de vida das

_

⁴Esses princípios embora sejam norteadores da Educação em Agroecologia, traduzem fortemente os aspectos a serem considerados na construção de conhecimentos científico-tecnológicos pautados na sustentabilidade em suas múltiplas dimensões.

populações. A Política nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. No seu artigo 1º decreta que:

Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012).

Com o lançamento da PNAPO, em vigor desde 2012, segundo Baruja*et al.* (2014, p. 04), "o Brasil passa a ser o primeiro país a criar uma política de Estado específica para o incentivo à Agroecologia e a produção orgânica, gerando assim uma série de debates pertinentes aos desafios de se efetivar a execução de tal política.".

De acordo com Silva e Machado,

A Agroecologia está relacionada à construção de um novo paradigma, no que diz respeito à forma como se estrutura a produção agrícola e a vida em sua totalidade. Isso significa que seu entendimento está para além da consolidação de uma nova forma de produção, do ponto de vista tecnológico e dos recursos utilizados; tendo em vista que envolva o modo como os agricultores se relacionam — entre seus pares e com o meio em que estão inseridos — e o projeto de mudança que defende. (SILVA; MACHADO, 2015, p. 121).

Significa que a Agroecologia tenciona refletirmos sobre aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais numa complexidade não restrita à produção agrícola de algum modo, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) para o período de 2016 a 2019 representa esse esforço na apresentação das metas e iniciativas organizadas em seis eixos considerados estratégicos. São eles: Produção; Uso e Conservação de Recursos Naturais; Conhecimento; Comercialização e Consumo; Terra e Território; e Sociobiodiversidade.

Apesar do avanço na concepção dessa política pública específica e nos delineamentos para sua implementação (Planapo), destarte, no reconhecimento dos resultados das lutas empreendidas pelos movimentos sociais, não se pode invisibilizar a histórica dualidade estrutural existente no Brasil e seus reflexos para o campo brasileiro e para o projeto de desenvolvimento pensado pelos grupos dominantes. Significa dizer que enquanto a Agroecologia tende a tencionar um projeto social de campo e de desenvolvimento para o país, as forças sociais conservadoras também buscam garantir seus interesses em torno da concentração e expropriação de terras, aumento de produtividade a partir de uso intensivo de tecnologias e uso intensivo dos pacotes tecnológicos da

Revolução Verde, principalmente os agrotóxicos, fertilizantes e, atualmente, os transgênicos.

A atual conjuntura política brasileira com a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, o qual concebia e implementava políticas específicas para a agricultura familiar, buscando dinamizar e articular políticas de crédito, reforma agrária, comercialização (como os mercados institucionais através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), deixa cada vez mais evidente a tendência de enfraquecimento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Nesse sentido, é importante destacar os limites das políticas públicas concebidas, uma vez que estas são reflexos das conflitualidades da sociedade, dos conflitos e jogos de poder determinados pelos agentes hegemônicos (nacionais e internacionais). Por outro lado, também reconhecer a importância relativa dos atores envolvidos no seu processo de implementação e execução, a partir das suas percepções sobre os delineamentos da política e as possibilidades emergidas - mesmo que limitadas - no âmbito da execução com o envolvimento dos sujeitos foco das políticas e dos movimentos sociais.

Embora não seja objetivo deste trabalho analisar os efeitos da política de Agroecologia, cabe provocar diante da conjuntura atual se a Agroecologia tendeu a assumir na política pública relativa centralidade para a discussão do "desenvolvimento rural" e da produção de alimentos porque os outros aspectos mais amplos envolvidos nas lutas sociais e importantes para a construção de um projeto de sociedade tiveram espaço periférico, como: a questão agrária enquanto problema nacional, a produção de commodities versus o direito à produção e à alimentação saudável, o direito a terra pelos povos do campo e das florestas, os possíveis efeitos sinergéticos para a sociedade e à economia de uma matriz tecnológica baseada na sustentabilidade dos recursos naturais (solo, recursos hídricos, vegetação).

Em síntese, tais tensionamentos são fundamentais uma vez que a Agroecologia tem sido recorrentemente assumida ou vista equivocadamente como sinônimo de produção orgânica, desconsiderando os outros aspectos que lhe dão sentido: diversidade produtiva; processo de ruptura dos laços de dependência com o mercado de pacotes tecnológicos (sementes transgênicas, agrotóxicos, fertilizantes); preocupação com tecnologias apropriadas ao contexto da unidade familiar - em geral tecnologias de baixo custo; busca de autossustentação dos processos de produção nas unidades familiares e de fortalecimento

das articulações de bases comunitárias e das redes de cooperação; respeito à diversidade sociocultural; dentre outros.

A EA tem ganhado cada vez mais espaços, nas ações e na política pública; ela já é uma prática científica estabelecida e tem toda uma fundamentação própria, um campo de saber diferente da Agroecologia que está relacionada à construção de um novo paradigma como citado acima e vai além da consolidação de uma nova forma de produção, envolvendo assim o modo como os agricultores se relacionam entre eles e com o meio em que estão inseridos. Esse diálogo não pode de forma alguma ser realizado longe da EA. A Agroecologia tem que buscar:

Mudanças estruturais significativas, além de inovação tecnológica, redes e solidariedade de agricultor a agricultor. A mudança requerida não é possível sem Movimentos sociais que criem vontade política entre os servidores públicos com poder de decisão, para desmontar e transformar as instituições e as regulações que atualmente freiam o desenvolvimento agrícola sustentável. É necessária uma transformação mais radical da agricultura. Uma transformação que esteja dirigida pela noção de que a mudança ecológica da agricultura não pode se promover sem mudanças comparáveis nas arenas sociais, políticas, culturais e econômicas que conformam e determinam a agricultura. (ALTIERI, 2010, p.29).

Logo, a EA é uma ferramenta importante para a materialização dessas mudanças, pois a mesma tem o objetivo de possibilitar a transformação e conscientização dos sujeitos. Desse modo a PNEA no seu artigo 5º descreve seus objetivos fundamentais para a EA

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999).

De acordo com Leite (2011, p. 38), a Agroecologia "tem inspirado e contribuído para a construção de um banco de referências com potencial para inspirar o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis nas mais variadas condições.". Promover esse princípio representa uma mudança ética e moral da sociedade, devendo-se pensar em ações

que não provoquem ou que reduzam ao máximo, os impactos ambientais, permitindo o restabelecimento e a manutenção das interações e do equilíbrio entre os fatores abióticos e bióticos do meio, favorecendo a autorregulação do sistema e, consequentemente, o desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista do delineamento dos objetivos da política de EA, pode-se evidenciar a importância que eles têm para a consolidação da EA nos espaços. Destacamos entre os objetivos a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, a garantia de democratização das informações ambientais; o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica; o incentivo à participação individual e coletiva; fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Apesar de existir vários tipos de atores em cada política, tem órgãos que atuam de forma direta na sua gestão. Foi determinado pelo decreto 4.281 de 25 de junho de 2002 que o Órgão Gestor da PNEA seria responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Educação (MEC) incumbido de "Formular e implementar políticas de EA em Âmbito federal, nos marcos legais da PNEA, e em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental" (TAMAIO, 2007, p. 15). Esses dois órgãos teriam diferentes departamentos responsáveis, o primeiro a diretoria de EA (DEA/MMA) e o segundo a coordenadoria geral da EA (CGEA/MEC). O artigo 3º do decreto vem descrevendo o que de fato compete ao Órgão Gestor:

I avaliar e intermediar, se for o caso, programas e projetos da área de Educação Ambiental, inclusive supervisionando a recepção e emprego dos recursos públicos e privados aplicados em atividades dessa área;

II observar as deliberações do Conselho Nacional de Meio Ambiente CONAMA e do Conselho Nacional de Educação CNE;

III apoiar o processo de implementação e avaliação da Política Nacional de Educação Ambiental em todos os níveis, delegando competências quando necessário;

IV sistematizar e divulgar as diretrizes nacionais definidas, garantindo o processo participativo;

V estimular e promover parcerias entre instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, objetivando o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre questões ambientais;

VI promover o levantamento de programas e projetos desenvolvidos na área de Educação Ambiental e o intercâmbio de informações;

VII indicar critérios e metodologias qualitativas e quantitativas para a avaliação de programas e projetos de Educação Ambiental;

VIII estimular o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando o acompanhamento e avaliação de projetos de Educação Ambiental;

IX levantar, sistematizar e divulgar as fontes de financiamento disponíveis no País e no exterior para a realização de programas e projetos de Educação Ambiental:

X definir critérios considerando, inclusive, indicadores de sustentabilidade, para o

apoio institucional e alocação de recursos a projetos da área não formal;

XI assegurar que sejam contemplados como objetivos do acompanhamento e avaliação das iniciativas em Educação Ambiental:

- a) a orientação e consolidação de projetos;
- b) o incentivo e multiplicação dos projetos bem-sucedidos; e,
- c) a compatibilização com os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 2002).

Já a PNAPO ressalta no seu artigo 1º, parágrafo único que ela seria "Implementada pela União em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades privadas" (BRASIL, 2012). No seu artigo 4º mostra alguns instrumentos/ações a serem colocados em práticas:

- I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica PLANAPO;
- II crédito rural e demais mecanismos de financiamento;
- III seguro agrícola e de renda;
- IV preços agrícolas e extrativistas, incluídos mecanismos de regulação e compensação de preços nas aquisições ou subvenções;
- V compras governamentais;
- VI medidas fiscais e tributárias;
- VII pesquisa e inovação científica e tecnológica;
- VIII assistência técnica e extensão rural;
- IX formação profissional e educação;
- ${\bf X}$ mecanismos de controle da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica; e
- XI sistemas de monitoramento e avaliação da produção orgânica e de base agroecológica. (BRASIL, 2012).

No Decreto nº 4.281/02 podemos também visualizar algumas ações que deverão ser colocadas em práticas pela EA, como: criação de programas de EA integrados a todos os níveis de modalidade de ensino; atividades de conservação da biodiversidade; ecoturismo; processos de capacitações de profissionais; projetos financiados com recursos públicos; cumprimento da Agenda 21 (BRASIL, 2002).

Com base na lei, a EA deve ser entendida na realidade formal e informal de ensino. Sobre o aspecto formal da EA, Milaré (2005, p. 507) faz uma ressalva às instituições de ensino, em todos os graus, privados ou da rede oficial que "a lei nº 9.795/1999 prescreve que a Educação Ambiental não deve ser implantada como uma disciplina específica no currículo de ensino.". É essencial que se trabalhe a EA dentro do contexto escolar de forma interdisciplinar e não a restringir a uma disciplina específica.

Sobre a interdisciplinaridade o autor acrescenta que seria adequado um enfoque que "não apenas leve o conjunto dos problemas ambientais para dentro das diversas disciplinas, mas provoque uma comunicação metodológica entre elas, tornando essa atividade uma preocupação unitária da escola em sua totalidade." (MILARÉ, 2005, p. 48). A PNEA no

seu artigo 10 deixa claro que a EA precisa ser desenvolvida em todas as modalidades e níveis do ensino formal, de forma educativa integrada, contínua e permanente.

A Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da Educação Ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica. Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas. (BRASIL, 1999).

O PNEA no seu artigo 8, inciso 2 tem como princípio e objetivo "a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino" (BRASIL, 1999) e na PNAPO no artigo IX uns dos seus instrumentos é a formação profissional e educação. A perspectiva da formação de educadores e técnicos ligados ao trabalho de assessoramento de comunidades faz-se fundamental para a garantia do entendimento dos pressupostos e fundamentos das políticas e da operacionalização, sendo estas centradas nos princípios norteadores das práticas, dos valores a serem construídos e das mudanças desejadas na sociedade e em sua relação com a natureza.

Em relação ao aspecto não-formal da EA são as ações que acontecem fora do ambiente da escola, a comunidades percebendo os problemas ambientais e procurando soluções práticas. A PNEA destaca que a EA não-formal são "ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente." (BRASIL, 1999). Ela ainda acrescenta que em níveis federal, estadual e municipal, o poder público incentivará:

- I a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;
- II a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à Educação Ambiental não-formal;
- III a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de Educação Ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;
- IV a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;
- V a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;
- VI a sensibilização ambiental dos agricultores;
- VII o ecoturismo (BRASIL, 1999).

Aqui percebemos mais uma ligação entre as duas políticas, enquanto processo formal e não-formal, a importância de conscientizar o agricultor em relação às questões ambientais para que os mesmos:

Tenham uma relação mais harmoniosa com a natureza e busque formas de produção e manejo do solo, como o cuidar da terra, para evitar sua degradação e, adotar estratégias de identificação dos impactos que comprometam a sustentabilidade agrícola (ALMEIDA *et al.*,2010, p. 48).

A EA pode também ajudar na sensibilização dos agricultores sobre a importância socioambiental na produção de alimentos mais sustentáveis, baseado nas diretrizes da Agroecologia:

- I promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde;
- II promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores;
- III conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;
- IV promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei n º 11.326, de 2006;
- V valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;
- VI ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e
- VII contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam autonomia econômica das mulheres. (BRASIL, 2012).

A Agroecologia propõe técnicas e práticas baseadas em princípios ecológicos que norteiam e servem de guia para o estudo, o uso e a gestão de agrossistemas, priorizando a preservação e ampliação da biodiversidade. É possível o reconhecimento de sua importância na medida em que ela permite o repensar a relação estabelecida pela sociedade com o ambiente. Para tanto, os princípios básicos da Agroecologia deverão servir de referencial para o debate voltado para o atendimento da dinâmica que envolve o sistema de produção, mas também questões sociais como os desafios enfrentados pelos jovens rurais para permanecerem no campo e os problemas vividos pelas mulheres rurais.

Defender a integridade ambiental é um dos princípios em que se apoia o sistema de produção de base agroecológica, respaldado na necessidade de se reconhecer a falência do modelo de desenvolvimento voltado para o neoliberalismo, buscando um modelo alternativo que utilize técnicas e tecnologias capazes de gerar desenvolvimento econômico, mas também pensar outras práticas e relações sociais, buscando superar processos de dominação, exploração e submissão, com destaque para as desigualdades de gênero, étnico racial e etária.

A execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica está condicionada à elaboração de um Plano Nacional capaz de estabelecer as ações, metas e atores, buscando articulações com outras políticas e programas para garantir principalmente aos agricultores familiares seus direitos estabelecidos na Lei. Conforme os artigos 4° e 5° do Decreto n.° 7.794/2012,

Cabe ao Estado, para cumprimento das diretrizes da política agroecológica a criação de um plano nacional; a instituição de crédito rural e a constituição do financiamento e do seguro agrícola; o estabelecimento de medidas fiscais e tributárias específicas; o investimento em pesquisa, inovação científica e tecnológica; a capacitação profissional e o acesso à educação e a assistência rural. (BRASIL, 2012).

À medida que sejam garantidos os meios para o fortalecimento das práticas agroecológicas nas comunidades e entre os agricultores familiares, através da articulação das políticas públicas, se potencializará a melhoria das condições de vida das populações do campo através do acesso à direitos básicos e fundamentais.

De acordo com Bordin (2015, p. 51), "a Agroecologia tem um elevado caráter social, pois pode promover uma melhor condição de vida ao produtor, que além de praticar uma agricultura familiar consolidada deve evitar a contaminação por produtos químicos.". Para Assis:

A ciência agroecológica resgata, sob novas bases tecnológicas e econômicas, a lógica da complexificação das sociedades camponesas tradicionais e seus conhecimentos desprezados pela agricultura industrial, como forma de vencer o desafio de estabelecer uma agricultura sustentável. Integra para isto, princípios ecológicos, agronômicos e socioeconômicos, como forma de melhor entender o efeito das tecnologias sobre a produção agrícola e a sociedade como um todo. (ASSIS, 2005, p. 175).

Rocha (2014, p. 56), ao analisar trabalhos sobre Educação Ambiental e Agroecologia, encontrou evidências de que estas são estratégias "ambientais, culturais e

econômicas para a manutenção e o fortalecimento da agricultura familiar e que essa dinâmica acaba influenciando os hábitos de consumo, tanto da população rural como da urbana, em busca de alimentos saudáveis, livres de resíduos químicos.". O que mostra uma preocupação com o futuro e com a construção de uma sociedade sustentável. Mutim *et al.* acrescenta que:

A Educação Ambiental, compreendida como Educação Integral, tem como eixo norteador a valorização do indivíduo como um todo: sua história, sua cultura, suas crenças e saberes desenvolvidos no decorrer da vida. O espaço onde as pessoas vivem, o seu território ou sua cidade é o ponto de partida para entender o mundo e suas relações. (MUTIM *et al.*,2018, p.152).

A partir dessas relações, as pessoas se conscientizam de seu papel, promovendo assim mudanças fortalecendo a construção de sociedades sustentáveis. De modo geral, os pressupostos, princípios e objetivos identificados na Política Nacional de Educação Ambiental e na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica têm como interfaces e especificidades o que é evidenciado nos quadros abaixo:

Quadro 01. Especificidades identificadas na PNEA e na PNAPO

ESPECIFICIDADES	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	AGROECOLOGIA
Prática científica estabelecida e tem toda uma fundamentação própria, um campo de saber diferente da Agroecologia. Na perspectiva de sua relação com o rural, vai além da consolidação de uma nova forma de produção, envolvendo assim o modo como os agricultores se relacionam entre eles e com o meio em que estão inseridos. Sensibilização dos agricultores sobre a importância socioambiental na produção de alimentos mais sustentáveis. Tem o objetivo de possibilitar a transformação e conscientização dos sujeitos. Ecoturismo. Programas de Educação Ambiental de formas inter, multi e transdisciplinar para todos os níveis e modalidades de ensino. Compreendida como Educação Integral, tem como eixo norteador a valorização do indivíduo como um todo: sua história,	Propõe processos de produção que valorizem o conhecimento tradicional, a cultura local, a produção de alimentos saudáveis, procurando reduzir os processos de degradação ambiental. Entendida na perspectiva da coevolução de sistema social e sistema ecológico, portanto, um processo cujo movimento e dinâmica caracteriza a chamada transição agroecológica. Oferta e consumo de alimentos saudáveis. Redes locais de comercialização de produtos. Processo de ruptura dos laços de dependência com o mercado de pacotes tecnológicos (sementes transgênicas, agrotóxicos, fertilizantes). Visão sistêmica e holística. Uso e desenvolvimento de tecnologias adequadas à dinâmica da transição agroecológica, especialmente, adequação sociotécnica e tecnologia social.

Fonte: Do autor.

Quadro 02. Interfaces identificadas na PNEA e na PNAPO

INTERFACES

Os movimentos sociais tiveram papel central na construção da política.

Fornece uma contribuição para a expansão da consciência humana sobre a necessidade de se atuar de maneira ambientalmente responsável.

Discussão da relação entre sociedade e natureza, não somente relacionada à produção ampliada da vida, mas também aos processos de produção econômica.

Desdobramento de ações que garantam repensar os critérios sociais, ambientais, científico-tecnológicos e econômicos nas políticas de desenvolvimento.

Tem como objetivo preservar o meio ambiente e garantir a qualidade de vida das populações.

Tenciona mudança ética e moral da sociedade.

Deve ser entendida na realidade formal e não-formal de ensino.

Refletem aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais numa complexidade que permeia a produção agrícola.

Abrangem a pesquisa, a extensão popular e o ensino, portanto, buscando a maior aproximação entre os espaços de formação escolar e as comunidades.

Pensam em pesquisa e inovação científica e tecnológica e educação formal e informal, apesar de suas especificidades.

Fonte: Do autor.

4.2 – Do concebido ao percebido: percepção dos sujeitos sobre as políticas de EA e Agroecologia

Nesse momento vamos usar a estrutura elementar substantiva para analisar os atores, interesses e regras. As formas, como os indivíduos percebem as questões ambientais e como isso reflete em suas ações, resultam de suas relações com o ambiente e com a sociedade, dos interesses individuais e de fatores como a cultura, história, educação, classe social, economia, política e religião, o que permite compreender como na mesma sociedade podem conviver cidadãos com valores diferentes, onde alguns podem apresentar posturas conservadoras, outros serem indiferentes ou comprometidos com a temática ambiental. Esses perfis podem facilitar ou dificultar a realização de atividades sobre as questões ambientais.

É importante reconhecer os atores envolvidos nessas políticas. Existe uma divisão em dois grupos: atores privados (empresas, grupos de interesse) e atores públicos. Alguns

atores são fundamentais para a formulação e execução das políticas, os políticos, técnicos e planejadores que têm um papel essencial, pois formulam e implementam as políticas e os agentes do governo pois, em geral, são os responsáveis pela execução da mesma. Também são importantes para a dinâmica da política pública os movimentos sociais, grupos de interesse, os cidadãos de modo geral que serão foco das políticas públicas.

A forma como esses atores (principalmente os responsáveis pela execução) compreendem e veem a política pública (percebem) é fundamental e em certa medida poderá refletir nas suas ações, quando não restringidas por outros fatores. Afinal, os atores envolvidos na execução podem ou não pactuarem com os valores, pressupostos teóricos e finalidades da política. Desse modo, apesar dos limites em torno da formação dos executores da política pública, ela ainda deve ser considerada como fundamental para o êxito da execução, pelo menos ao que se refere à assimilação da estrutura formal da política.

De igual forma, a percepção sobre a relação entre o concebido e o vivido pode direcionar em alguns momentos a "visões pessimistas" sobre a política e sua execução , quando se reconhecem os problemas no processo de implementação ou até mesmo decorrentes de sua concepção (formulação) sem a visualização de horizontes possíveis para a construção de alternativas, principalmente quando restringidos por fatores de suporte e financeiros; outras vezes algumas visões podem levar a busca de alternativas nos campos de possibilidades do vivido, das práticas cotidianas, em que as possibilidades identificadas e potencializadas criam espaços da contraordem, da "rebeldia, enquanto fazer criativo, ativo e mobilizador.

No que tange especificamente à relação entre as dimensões concebido e percebido na análise de políticas, destacamos a relação direta entre o público estabelecido na política de Agroecologia e a compreensão dos executores e seus reflexos às práticas: "A gente priorizava as comunidades tradicionais, o campo, o rural, os processos agroecológicos, as escolas famílias agrícolas que trabalhavam com o processo de sustentabilidade, como um processo de pensamento crítico". (AG1). Nesse contexto, observa-se que o entrevistado apresenta comprometimento em relação às responsabilidades voltadas ao meio ambiente, entretanto, percebe-se um olhar mais direcionado às atividades desenvolvidas no meio rural, não sendo priorizadas ações urbanas como preconiza a política de Educação Ambiental, por exemplo. Porém, é importante também considerar que quando são

realizadas no meio rural atividades que contribuem para a promoção da saúde, o meio urbano também é beneficiado.

Um ponto importante também e de como esses sujeitos percebem a implementação dessas políticas nos seus fazeres:

Essas políticas públicas elas vêm assim através de muita luta dos movimentos mesmo, dos trabalhadores para poder chegar essas políticas pública para os agricultores e adjacências, que foi um avanço para nós como agricultores, que a gente tem esse espaço aí para a gente estar, tem um mercado para gente tá vendendo as coisas que a gente produz, uma área que a gente produz para o consumo. Aí já tem esse outro mercado que dá para a gente está tirando, agora mesmo a gente já tem três anos que trabalha com o IF Baiano daqui do campo de Bom Jesus da Lapa que somos parceiros, são as pessoas também muito boas aqui para gente trabalhar, então já temos três anos trabalhando com eles. E uma outra vantagem é que nós não usamos agrotóxicos, é tudo pela natureza mesmo, então você está com alimentação saudável fora de risco de agrotóxicos, que isso vem causando muita coisa muita doença. (MS2).

O espaço que o entrevistado se refere é ao acesso à terra e ao mercado refere-se aos programas de comercialização institucionais, a exemplo do Programa de Aquisição de alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar que prevê a compra de 30% dos alimentos da agricultura familiar. Essa parceria, especificamente, refere-se à associação de mulheres ter ganhado a licitação pública para comercialização de alimentos na cantina do IF Baiano. Importante na fala desse entrevistado a importância da alimentação saudável, sem uso de agrotóxicos, pois em contra posição destacamos aqui o Projeto Formoso, que é uma área de irrigação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco -CODEVASF destinada inicialmente à produção de banana (uma das maiores regiões produtoras de banana do Brasil e atualmente redirecionando sua produção também para os cítricos). Com isso, há sérios problemas com o uso de agrotóxicos para a saúde dos trabalhadores diretamente envolvidos com esses plantios e áreas vizinhas, devido à dispersão do agrotóxico pelos ventos. Além da contaminação de animais (e extinção de predadores, favorecendo o aparecimento de insetos que são vistos como pragas, contaminação de reservas de água, solo, etc.) e a extinção dos polinizadores, das aves diante da destruição provocadas pelo uso dos agrotóxicos. Questões importantes que viraram objetivos do livro Primavera Silenciosa, de Rachel Carson.

Refletimos junto ao movimento sobre as vantagens de produzir de forma agroecológica. Um princípio defendido pela Agroecologia é a implementação de práticas e métodos agroecológicos que garantam o direito humano à alimentação e que esta seja de qualidade. Acredita-se que a Agroecologia fortaleça a segurança alimentar e nutricional,

por promover a produção sem dependência alguma de insumos externos, produzindo os alimentos sem a presença de agrotóxicos. Conforme destaca o entrevistado abaixo:

É importante perceber que quando se produz de forma agroecológica garantimos o equilíbrio ambiental, sem contar com a produção de alimentos saudáveis. Utilizamos adubos naturais, policultura, compostagem, técnicas de baixo impacto focando assim na sustentabilidade. (MS1).

O uso crescente de agrotóxicos tem gerado contaminação alimentar, o que é confirmado por pesquisas sobre o tema que revelam a presença de resíduos acima das concentrações autorizados nos alimentos consumidos pela população (BRASIL, 2013). Nas intoxicações crônicas, que aparecem após penetração repetida de pequenas quantidades de agrotóxicos em um tempo mais prolongado, surgem problemas respiratórios graves, alteração do funcionamento do fígado e dos rins, anormalidade da produção de hormônios da tireoide, dos ovários e da próstata, incapacidade de gerar filhos, malformação e problemas no desenvolvimento intelectual e físico das crianças, câncer etc (ANVISA, 2011).

A respeito da possibilidade de se fazer uma agricultura sem o uso ou com o mínimo possível de agrotóxicos e de fertilizantes, a partir de técnicas alternativas de produção, temse como consequência a redução nos índices de poluição da água, ar, solo e alimento, que não prejudicam apenas aquele ambiente onde o impacto está sendo iniciado, mas que pode atravessar fronteiras e atingir outros locais. Nesse sentido, a Agroecologia promove proteção sanitária da produção e consumo de produtos e serviços oferecidos à população por intermédio da aplicação de técnicas sustentáveis voltadas ao uso consciente dos recursos naturais e a garantia do equilíbrio ecológico.

Ao analisarmos as falas dos sujeitos sobre as suas percepções das interfaces e das especificidades entre as políticas de EA e de Agroecologia, foi unânime a afirmação que existe sim essas interfaces e especificidades entre elas, tanto no viés da percepção do ambiente, quanto na concepção de como a gente cuida e lida com o ambiente. "Chegamos recentemente a conclusão que são duas temáticas muito semelhantes entre si, e elas tem que andar juntas, só são diferentes abordagens." (AG1).

Foi sistematizado pelo entrevistado AG2 que tanto a Agroecologia quanto a EA se convergem:

Na concepção de se pensar as pessoas nesse lugar, no sentido de pensar as relações, na diversidade das questões de gênero, das questões de etnia, das questões de comunidade, de coletividade, nos princípios dos valores, da permanência, no enraizamento. (AG2).

O mesmo completa que "Nos princípios da concepção, a EA ela converge com a Agroecologia no sentido de pensar o lugar, no sentido de pensar o ambiente". (AG2). Não temos como pensar a Agroecologia afastada da EA, pois ambas pensam em um modelo de desenvolvimento mais justo, consciente, participativo e sustentável. Já se pensando nas especificidades o entrevistado AG1 reflete que:

A EA tem um lugar no sentido da luta dela, ela pensa o ambiente mais dentro de um processo educativo, onde a gente tem que retomar a reflexão crítica do ambiente e das relações desse ambiente que é o nosso mundo dentro de processos educativos, onde através do processo educativo seja ele dentro de uma escola, de uma instituição, de uma comunidade, de qualquer ambiente, as pessoas vão ser oportunizadas a pensar o seu lugar, as causas e consequências das suas problemáticas, a refletir os seus problemas elas consigam por elas mesmas, ter um processo de reflexão crítico e compreensão do seu lugar. E a partir dessa compreensão consiga pensar em processos modificadores e transformadores do seu lugar e pensar também estratégias de coletividade, de engajamento para que o seu lugar possa ser transformado. Então isso também é uma especificidade da EA. A Agroecologia ela bebe também dessa concepção de processos educativos de processos reflexivos críticos, mas ela tem um lugar mais específico. (AG1).

O entrevistado acima acrescenta que "a Agroecologia tem um foco mais direcionado um pouco mais específico ao que tange as questões da direção com o rural, é com alimentos saudáveis." (AG1). Já mencionamos em outro momento que não quer dizer que não se tenha Agroecologia no meio urbano, até porque parafraseando um velho ditado popular "Se o campo não planta, a cidade não janta. Se o campo não roça, a cidade não almoça". Esse ditado representa muito bem isso, pois, a Agroecologia não é só uma questão de campo ela também é ou deveria ser uma questão da cidade, principalmente quando a gente pensa, por exemplo, na soberania alimentar, na segurança alimentar, na comercialização e consumo de produtos saudáveis e seguros e nos efeitos sistêmicos ambientais da produção sustentável pautada na agrobiodiversidade.

Ainda sobre as especificidades, destaca-se abaixo a impressão salientada por AG1:

Chegamos recentemente à conclusão que as duas abordagens da Agroecologia e da Educação Ambiental são muito semelhantes entre si, e elas tem que andar juntas. Só são diferentes abordagens eu diria, a Agroecologia tem um foco mais direcionado um pouco mais específico no que tange às questões da direção com o rural, é com alimentos saudáveis, a Educação Ambiental também tem uma relação forte com o controle social, a participação popular. Então vamos dizer que a Agroecologia ela talvez possa apresentar características de algumas especificidades, eu acho que é até uma coisa para se pensar melhor. A Educação Ambiental nesse caso tem uma amplitude maior, agora não é que a Agroecologia esteja restrita só ao rural não, ela se dedica a relação campo x cidade. (AG1).

O entrevistado defende a visão de que a EA e a Agroecologia, embora desenvolvidas em separado, apresentam objetivos semelhantes, o que leva a uma interação positiva e favorável à garantia da inserção da variável socioambiental nas decisões técnicas e econômicas que envolvem o meio rural e na formulação de políticas públicas. MS2 também ressalta a sua percepção sobre essa especificidade

Eu entendo assim, que na questão da Educação Ambiental é porque vem a preservação do meio ambiente e a gente sempre está fazendo um trabalho de tá preservando o meio ambiente e da Agroecologia eu falo que sempre tá assim com as diversidades, a gente não tá ali focado só em uma coisa, tem várias coisas ali na questão da Agroecologia. (MS2).

Interessante, a Agroecologia pensa a preservação na agrobiodiversidade, incluindo pautas como mulheres, juventude, questões étnico raciais, comércio justo e solidário, circuitos locais de comercialização de produtos saudáveis e seguros.

A Agroecologia também abre espaço para um debate que extrapola os aspectos produtivos de uma agricultura ecológica, como ressalta em sua fala o AG1 que a Agroecologia é hoje um "Elemento fundamental para a agricultura familiar, pois envolve uma série de temas que vão além da agricultura orgânica, abrange questão da juventude, questão de gênero, questão de metodologias participativas, da construção coletiva do conhecimento", o mesmo completa que gosta de chamar esse conhecimento de "Conhecimento técnico científico articulado com o conhecimento experimental, tradicional e assim por diante". A Agroecologia abrange também reflexões que está aliada à EA acerca da necessidade de mudança ética e moral de cada cidadão, sobre reflexões do ser e o estar no mundo, da responsabilidade para com nossos atos e hábitos, bem como com o uso dos recursos naturais, do consumo e da necessária luta pela igualdade e justiça social.

A Agroecologia tem como objetivo central repensar o uso do ambiente, a sustentabilidade dos métodos de produção e de convivência com o lugar, já a EA tem como objetivo principal propiciar processos educativos que favoreçam o repensar o ambiente. Como afirma o AG2, "através de processos educativos, através de processos reflexivos críticos a gente consegue repensar o nosso ambiente de forma a entender as causas e consequências e pensar em estratégias de modificações e de coletividade para agir sobre esse ambiente". Então, educação e ambiente são exatamente isso, o repensar de forma consciente e agir sobre o ambiente de maneira sustentável.

No limiar do século XXI, em um contexto ainda marcado pela crescente crise socioambiental global, e na tentativa de deter o abuso causado à natureza pelo homem,

discute-se que o Meio Ambiente também é sujeito de direitos e considera-se que a abordagem ético-jurídica do Meio Ambiente garantirá a preservação da qualidade dos ecossistemas e a biodiversidade para presente e futuras gerações.

Outro aspecto a ser considerado é que não é possível enfrentar a crise ambiental apenas realizando projetos e criando decretos como está nas políticas, sem garantir as condições de colocá-los em prática. E através dos discursos dos nossos entrevistados fica claro que é isso que acontece como exposto na fala do E1 "A gente tem no papel tudo muito bonito, olho e penso, nossa se realmente tudo que eles estão falando aqui colocasse em prática, tivesse tendo esse incentivo de tudo que está se falando, porque muitas vezes eu sinto que a gente está batendo de frente". O campo do Movimento Social tem um papel muito árduo porque precisam estar ativos durante todas as etapas que constituem o ciclo da política pública, não apenas naquele momento inicial, e isso é muito sintomático na fala do sujeito acima. Isso mostra que no Movimento Social a participação de seus envolvidos está transversalizada em todo o movimento.

Tendo em vista o processo crescente da degradação ambiental no mundo, apesar da maior conscientização das pessoas em torno das questões ambientais e da existência das políticas do meio ambiente, é notória a existência de falhas na efetividade dos instrumentos destas políticas, como ressalta o educador citado acima, que reafirma o seu descontentamento.

Com relação à percepção dos entrevistados com a integração das políticas de EA e Agroecologia fica evidente que é preciso um avanço, algumas impressões dos sujeitos orientam-se para isso: "Acho que precisa avançar muito, pois ainda carece de uma articulação maior" (AG1), o entrevistado AG2 nos faz refletir além, mostrando a falta de compromisso do governo para essa articulação:

Acho que estamos em um processo de resistência, onde se a gente fosse pensar em processo histórico de luta era para a gente está bastante avançado, no sentido da execução e implementação dessas duas políticas. Achávamos que tínhamos um governo favorável a essas políticas, mas não temos, é engano, estamos em um momento de resistência para que elas não deixem de existir, para que alguma coisa seja feita, pois acho que quem mais efetiva a política não é o governo, não são os recursos que deveriam efetivar essas políticas, quem mais efetiva a política, que mais implementa as políticas são as comunidades de base, são as lideranças locais, são associações, são as organizações não governamentais que embora sem ajuda de um governo, sem ajuda de um orçamento específico público elas conseguem implementar políticas melhores do que os governos. (AG2).

Infelizmente, sabe-se que o meio ambiente conta com instrumentos jurídicos aptos a fazer ser cumprida a legislação, bem como, coibir, ou pelo menos frear e punir, ações negativas contra o seu equilíbrio. Entretanto, com a complacência dos Poderes Públicos. Muitas leis são engavetadas, desrespeitadas, ou não são cumpridas e, o mais preocupante é que, muitas vezes, essas atividades negativas, são desenvolvidas em nome e por interesse de pessoas jurídicas ou de grandes empresas. Observa-se que a dificuldade para se fazer cumprir as exigências legais também foi recorrente na fala do entrevistado do Movimento social

A política da EA nos faz refletir sobre a importância ambiental e social de fazer uma agricultura sem utilização de agrotóxicos e a política de Agroecologia vem completar destacando a possibilidade e trazendo alguns métodos de produção para evitar impactos negativos ambientais. Porém o governo não nos dá subsídios para isso, não nos dá recursos para fazer essa política, então somos nós que nos envolvemos, nos juntamos e fazemos. Pois se for esperar pelo governo nada se faz. (MS1).

Ressalta-se com isso que, mesmo havendo uma política de Agroecologia e de EA, não há garantias efetivas do fomento das ações relacionadas a sua execução, pois tais garantias dependem da "vontade política" em priorizar essas políticas na agenda de governo, portanto, disponibilizar recursos e suporte, ou mesmo potencializar a articulação de ações no âmbito do planejamento governamental.

A fala do entrevistado AG2 demonstra essa questão:

Embora a EA e a Agroecologia se tenham regulamentado em lei, ainda há um sucateamento muito grande. A diretoria de EA mesmo na Secretaria de Meio Ambiente é umas das diretorias que menos tem orçamento para execução de ações, o mesmo é visto na coordenação de EA da secretaria de educação, a poucos recursos para se efetiva a EA, como também as escolas ao aderirem projetos de EA não se tem recurso para executar ações. Embora as escolas formais elas queiram atuar em ações como plantio de hortas, revitalização de áreas verdes, plantio de árvores, atuações em suas comunidades como revitalização de nascentes, há poucos recursos e quando existe a um regime burocrático muito grande até que de fato as ações se implemente, então ainda há uma lacuna entre o que existe na política, o que ela prevê e de fato a sua implementação, por falta de recurso e de prioridade de governos. (AG2).

De modo geral, os sujeitos foram se expressando conforme a sua leitura de mundo, como de fato veem e entendem as leis. Todos esses atores têm um interesse por trás das suas lutas, interesses esses que representam a forma como cada um percebe a política, mesmo que na maioria das vezes não agem como pensam. Porém, o que eles conseguem fazer a fim de potencializar os pressupostos das políticas em grande medida, é resultado da

implicação com as temáticas norteadoras das políticas públicas (EA e/ou Agroecologia) e a construção de ações nos campos de possibilidades emergidas nas regras do jogo ou nos espaços de construção das ações contra-hegemônicas.

4.3 – Experiências cotidianas relacionadas aos espaços de representações: a dimensão do vivido

Vamos continuar a nossa análise com a estrutura elementar simbólica analisando os valores, saberes e linguagens, entendendo que as vivências estão ligadas aos valores e saberes que adquirimos ao longo do processo. Nesse sentido, foi fundamental entender que as experiências vividas no âmbito do diálogo com as comunidades e agricultores familiares com seus saberes tradicionais também teve e tem um caráter formativo para os estudantes (técnicos e engenheiros). Se no passado isso foi importante e contribuiu para esses sujeitos implicarem-se com o processo de construção da política e consequentemente na sua execução, no atual momento, essas experiências continuam sendo formativas para os estudantes, gestores e para o próprio movimento social nas suas práticas de autoavaliação.

Um dos educadores entrevistados relata como se deu o processo de formação nessas relações com as práticas dos agricultores familiares:

Eu sou engenheiro agrônomo e assim nos anos 80 eu me formei, em janeiro de 87. A grande questão que a gente discutia era uma alternativa aquele modelo que estava pré-estabelecido e que a gente aprendia nas aulas, então nós enquanto estudantes tínhamos um grupo que estudávamos a parte, a perspectiva da Agricultura alternativa porque no final já nos anos 80 entre início dos anos 90 que inicia a terminologia Agroecologia e aí sim todos nós migramos para essa temática. Então eu acho que no processo formativo duas grandes questões foram importantes à vivência que eu já tinha com o campo com agricultores familiares, em termos de uma vivência aproximada porque sempre tive um certo convívio com essas pessoas, então eu acho que isso foi assim fundante, mas o mais importante mesmo era buscar uma alternativa ao processo estabelecido que estava, do veneno, da mecanização, do adubo químico. E aí Ana Primavesi teve uma contribuição muito grande nesse processo que era uma das poucas autoras que a gente tinha e mais na frente já com a Agroecologia a gente tem o Miguel Altieri, então assim de imediato acho que a maior vivência que a gente teve é o próprio campo como as pessoas praticavam sua agricultura de forma tradicional e esse grupo que tínhamos e a não aceitação de um modelo que a escola nos repassava, porque a formação do agrônomo era muito a formação do pacote tecnológico naquela época, e ai nós tínhamos uma certa crítica aquilo, e começamos a estudar esses autores que eu falei, principalmente a Ana Primavesi era assim um livro que tínhamos de cabeceira "O manejo ecológico do solo." Foi muito por meio do processo de confluência de ideias, a parte da formação acadêmica convencional como a extensão, agricultura alternativa, inspirada em autores como Paulo Freire e as práticas da agricultura ecológica de Edson Hiroshi Seó e vivências com agricultores. Tínhamos um protagonismo juvenil de estudar temas que eram "proibidos" na formação de agrônomo. Somente, no finalzinho

dos anos 1980, e início da década de 1990, chega a minhas mãos o livro de Miguel Altieri: Agroecologia: bases científicas da agricultura alternativa. (E1).

É interessante o relato desse educador onde o mesmo mostra a importância da vivência que ele tinha com o campo e com os agricultores e desde os anos 80 a busca por um modelo mais sustentável. Ele mostra a valorização da cultura e tradição quando ressalta que "A maior vivência que a gente teve é o próprio campo, como as pessoas praticavam sua agricultura de forma tradicional" (E1). Isso nos faz perceber o quanto é possível incorporar conhecimentos novos e práticas na Agroecologia "abordando as dinâmicas de produção em uma vertente mais sustentável, resgatando e promovendo relações com os conhecimentos tradicionais existentes." (QUEIROZ, 2016, p. 2.550). Não é simplesmente ignorar o que essas comunidades têm de saberes, e sim valorizar e incorporar novos conhecimentos sem desvalorizar e respeitando a cultura de cada localidade.

Percebemos também na fala do AG1 a mesma preocupação em não se contentar com o modelo daquela época e buscar novas práticas:

Eu sou agrônomo então essa linha que a gente chamava de agricultura alternativa que depois passou a ser chamada de agricultura orgânica, agricultura apropriada onde já teve muitos nomes. Então eu sempre tive uma postura contra hegemonia, e então eu já não simpatizava com o modelo da chamada revolução verde. Já na faculdade eu comecei a fazer cursos de produção limpa, de redução de uso de agrotóxico, manejo integrado de praga essas coisas todas, era isso que me simpatizava essa parcela da sociedade também, ao invés do agronegócio. Aí ao longo do tempo vão surgindo as informações mais entorno dos agrotóxicos, a questão do latifúndio, o empoderamento das mulheres no campo, o papel da juventude então tudo isso vai juntando, quando você bota tudo no liquidificador o resultado é Agroecologia então é um pouco isso. É bem possível também que minhas experiências de EA elas também certamente contribuiram, porque as minhas experiências antes foram na sociedade civil e a partir de 2003 foram em órgãos públicos em que a gente implementou isso, essa linha bem inovadora. Eu trabalhei no Ibama, então era uma visão diferente, uma visão socioambiental diferente daquela visão ambiental estrita vamos chamar assim, depois trabalhei nos outros lugares secretaria de meio ambiente, INGA, depois no Ministério de Desenvolvimento Agrário onde tive uma grande aproximação com os produtos da sociobiodiversidade, com os extrativista etc, tudo isso vai juntando e é incrível. (AG1).

O relato acima do gestor reforça a compreensão sobre os diferentes espaços formativos, as experiências formativas nos espaços de trabalho, nos movimentos sociais e ambientalistas e na própria implementação das políticas públicas pela dinâmica que ela proporciona aos sujeitos envolvidos - troca de saberes entre diferentes sujeitos, encontros e diálogos em espaços democráticos de representação social como os conselhos, colegiados, fóruns, conferências que permitiam não apenas avaliar as políticas ou exercer o controle social, mas aprender com o diálogo e as diferenças.

Ao entrevistar os educadores percebemos que o discurso da EA está presente dentro da universidade de forma muito incipiente de como é previsto na lei da EA e da PNEA. É importante salientar que os educadores entrevistados pertencem ao quadro efetivo do curso de Agroecologia, mas, ainda assim, apresentaram um discurso mais voltado para a preocupação com a aplicação de métodos e práticas relacionadas ao solo, ao manejo, dentre outras atividades técnicas, sem demonstrar preocupações e ações pontuais em relação à importância da Agroecologia no que diz respeito ao desenvolvimento local, a valorização da cultura local e a valorização do papel das mulheres na produção agrícola e no desenvolvimento rural. A interação dessas políticas é quase inexistente e quando é feito, é de forma inconsciente como afirma o E2:

Eu acho que a gente está abordando muito pouco, ou quase nada. Eu vejo dentro das minhas aulas que essa parte da EA a gente não tem abordado muito. Talvez por falta de conhecimento, falta de tempo para correr atrás, mas eu vejo que a gente não tem conseguido fazer muito essa relação não, acho que até uma falha nossa. Não sei se em alguma outra disciplina está dando conta disso, porque minha disciplina é mais de animal e eu acabo ficando muito focada nisso, apesar da gente ter uma parte de abates de animais, dos resíduos para onde eles vão que isso é importantíssimo como na política ambiental esta funcionando, é uma coisa que me inquieta, é algo que está muito próximo da gente e não estamos pensando, se essas políticas estão funcionando ou não e ficamos achando que está, e que está tudo bonito, e está sendo feita e provavelmente não estão. (E2).

Quando esse educador comenta que a falta da abordagem da EA e da interação dessas duas políticas podem se dar pelo desconhecimento sobre estes aspectos, nota-se um desalinhamento em relação às políticas. Mas, ao mesmo tempo, percebemos a necessidade de maior reflexão sobre as possibilidades de articulação entre as diferentes temáticas, bem como os campos disciplinares acerca das questões ambientais.

Na fala do E1, percebe-se a mesma justificativa dada pelo educador acima, mas, ao mesmo tempo uma inquietação por não ter recebido em sua formação conhecimento adequado para atuar nessa área, ressaltando que a EA não era contemplada na matriz curricular do seu curso durante a graduação.

A grande maioria dos professores que nós temos em Agroecologia foram formados no sistema convencional, então essas mudança, esse entender que eu tenho que me desconstruir sabe para poder entender de uma outra forma, isso é muito complicado, então quando você fala assim sobre a EA, eu não lembro de ter tido isso na universidade, eu fui vê a EA agora que estou fazendo uma especialização, pois tive uma disciplina onde podemos refletir que a EA somos nós, só que a gente não vê isso na nossa formação, então chega aqui e a gente pensar em uma EA que pode ser relacionado com o que a gente está dando muitos professores nem querem pensar e para quem não teve acesso é muito complicado, se eu não vi isso como vou fazer, então temos nossas dificuldades

aqui também, nossa formação já não ter sido uma formação que é mais aberta que pensa como um todo, ai temos essa dificuldade. (E1)

Disso, dois pontos emergem para discussão: a formação continuada e a curiosidade epistemológica. A formação continuada coloca-se como um ponto essencial para a concretização da proposta do curso refletindo os delineamentos da política pública de Agroecologia, principalmente, e em sua relação com outras políticas fundamentais, a exemplo da Educação Ambiental. Certamente é uma questão que perpassa de forma propositiva e intencional pela ação direta da gestão institucional, no sentido de pensar estrategicamente processos de formação continuada alinhadas aos pressupostos de fortalecimento da identidade de seu projeto político pedagógico e também do curso. Mas isso deve caminhar em articulação com o pensar crítico dos professores sobre seu fazer. Paulo Freire (1996) destaca que os professores também precisam ter uma curiosidade epistemológica, quer dizer, pensar criticamente sua prática. Pensar teórica e criticamente o que se faz, quais as possibilidades emergentes na relação entre ensino, pesquisa e extensão, na relação possível com as comunidades, os movimentos sociais, as redes de pesquisa, os atores territoriais capazes de potencializar processos formativos integrados com a realidade dos povos do campo, com as questões ambientais, com os desafios vividos pelos sujeitos do campo.

Percebe-se também que conscientes da interação entre EA e Agroecologia, os professores já estão articulando mudanças no projeto político pedagógico do curso de Agroecologia. A fala de E2 desenha isso, quando ele responde se na prática é possível e tem se buscado aproximações entre essas duas políticas.

Mais no pensamento do que na tentativa e na prática, acho que estamos ainda muito travados, o bom de você trazer isso para cá é porque faz a gente pensar até no próprio curso, como é que um curso de Agroecologia não tem a EA? A gente pensa como está nossas disciplinas, se tem algum professor abordando isso, se a gente está conseguindo fazer essa ligação nas nossas disciplinas mesmo sem perceber. (E2).

El ressalta uma mudança dentro do Núcleo Docente Estruturante - NDE: "Estamos refletindo uma reestruturação do curso para realmente ele ser voltado às práticas da Agroecologia. Hoje é um grande obstáculo nosso, tentar ampliar cada vez mais as práticas dentro dos conceitos agroecológicos refletindo sobre a EA. Essa fala é complementada pelo

entrevistado E2 quando reflete "Sabemos que o PPP⁵ do curso ainda não está legal, precisa de muita modificação, estamos vendo as necessidades que nós e os alunos temos e fazendo esse processo.".

Nesse momento percebemos já os frutos dessa pesquisa para a Universidade "Você trazer esses questionamentos foi algo maravilhoso, é uma forma de refletirmos, olhar o que está faltando. Então o momento também que estamos, não conseguimos te dá nem muitas respostas, porque estamos nessa avaliação desse PPP⁶." E2. Importante perceber aqui esse cuidado e vê que está sendo pensada, mesmo de forma elementar, essa interação da Agroecologia com a EA. MS2 traz uma sistematização também dessa interação "Com certeza tem sim essa integração, até porque a gente já vive no campo e a gente tá vendo essa integração dia a dia a natureza como é que ela tá com o trabalho que a gente faz.".No caso específico da realidade do projeto agroextrativista, a preservação ambiental é um elemento importante da própria reprodução das famílias no assentamento, isto é, garantir a preservação ambiental das áreas da margem o Rio São Francisco. Por outro lado, compreender também que a Agroecologia é a alternativa para a produção de alimentos no semiárido, preservando o solo, a biodiversidade. Seguimos ainda com o relato de MS2:

Assim quando eu comecei a trabalhar, porque desde 82 que eu já moro aqui nessa comunidade de Barra da Ipueira, que é um projeto de PA extrativistas São Francisco, e aí por conta disso é que a gente mora numa área que tem que preservar o meio ambiente, a gente já começou a trabalhar essas questões sobre o meio ambiente de preservação da Agroecologia.

E aí eu trabalho com as mulheres daqui do município, desde 2006 que a gente começou a participação assim das lutas e do território, começou a participar também do IF baiano aqui de Bom Jesus da Lapa E aí a gente resolveu organizar uma associação de mulheres do município, então a gente já faz o trabalho em grupo, e essa associação ela é do município, mas nós temos grupo em várias localidades, em agrovilas, que aqui é dividido em agrovila e povoados a gente vai fazendo o trabalho dessa maneira assim, todos trabalham na agricultura, trabalha na questão do artesanato, e aí a gente vai fazendo esse trabalho da maneira possível que a gente pode tá fazendo, nós se reunimos em lugares diferente nós não se reúne só em um espaço só, e em cada localidade tem o grupo, lá ela faz o trabalho junto, trabalha agricultura, trabalho artesanato, trabalha os derivados, nós trabalhamos com os derivados da Mandioca também, são várias coisas é uma diversidade. (MS2).

O movimento local dessas mulheres está articulado como o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. A associação abrange mulheres de diferentes agrovilas do município de Serra do Ramalho. A associação de mulheres tem, portanto, uma organização em rede.

_

⁵ O que o educador denomina de PPP se refere ao Projeto Pedagógico de curso – PPC.

⁶ A referência é ao Projeto Pedagógico de Curso.

Essa aproximação com o IF Baiano se deu a partir da mudança do mesmo para sua sede própria construída às margens da BR, próximo ao projeto de irrigação Formoso. A implicação de alguns professores com a Agroecologia e pesquisas sobre áreas de reforma agrária, os levaram a buscar essa aproximação com o assentamento agroextrativista. Alguns estudantes que iniciaram a primeira turma do Curso Técnico em Agricultura eram residentes nas agrovilas e um estudante era do projeto agroextrativista. De algum modo isso colaborou para o fortalecimento das parcerias.

Destaca-se nessa parceria o assessoramento ao fortalecimento da associação de mulheres através de uma incubadora de economia solidária do IFBaiano; além disso, foram pensados projetos de pesquisa e atividades de campo, cursos de formação com agricultores e agricultoras do município e do assentamento. Disto decorreu a construção de uma horta agroecológica nos moldes do sistema mandala na área coletiva do assentamento.

As falas acima também nos permitem destacar a relação daqueles sujeitos com as temáticas da EA e da Agroecologia nos seus percursos de vida, profissão e formação. Em certa medida, a EA constituiu-se como marco referencial importante de contestação dos efeitos devastadores da agricultura centrada na intensificação dos pressupostos da Revolução Verde, posteriormente passando pela chamada agricultura alternativa e atualmente delineada pela Agroecologia enquanto base científica.

Uma análise da dimensão do vivido no âmbito das políticas públicas nos permite compreender que à medida que as políticas públicas são "sufocadas" por falta de investimentos, suporte, não centralidade na agenda de governo e consequente desarticulação de ações dos órgãos de governo e/ou descontinuidade de programas, tem cada vez mais voltado à cena a chamada "ação comunitária", considerada como a ação dos sujeitos e atores locais, sem o apoio ou suporte do Estado. É o ato de resistir pela prática, sobretudo, coletiva dos grupos sociais e coletividades, mas sem desconsiderar a necessidade da política pública como garantidora de direitos.

Essa ação comunitária não pode nem deve ser considerada política pública, pois esta é estritamente resultado da ação do Estado - mesmo que no seu processo atores privados ou Movimentos sociais estejam presentes e exerçam algum nível de influência. Portanto, a política pública em si é atributo do Estado.

Enquanto isso, a "ação comunitária é resultante do esforço cooperativo de uma comunidade que toma consciência de seus próprios problemas e se organiza por si mesma,

desenvolvendo seus próprios recursos e potencialidades, com a colaboração das entidades existentes" (1967,CBCISS apud SOUZA, 2004).

Mas a importância da política pública reside exatamente nesse impulso das dinâmicas locais, na especificidade requerida, sendo garantido pelo Estado. Por exemplo, no âmbito da potencialização das ações de Agroecologia, junto aos agricultores, é preciso garantir o financiamento inicial, bem como uma extensão rural agroecológica.

Deste modo,, essa capacidade organizativa e tomada de consciência dos problemas pode tanto impulsionar soluções construídas localmente quanto condicionar lutas em prol da garantia de direitos, exigindo do Estado uma ação social planejada. Logo, a ação comunitária, a organização dos coletivos e movimentos sociais estão imersos nessa dinâmica de ação e inação do Estado, e também pelos momentos de "deserção do Estado" diante das políticas neoliberais ou diante das correlações de forças sociais, cujas respostas dos grupos populares organizados são, em graus diferentes ou de forma articulada: enfrentar e pressionar o Estado por direitos e/ou construir alternativas populares para os problemas vividos.

Pensando nessa luta e resistência para que essas políticas não deixem de existir, ou mais especificamente seus princípios e pressupostos emergidos das lutas populares não sucumbam, uma integrante do Movimento social afirma: "Se a gente for esperar o Estado chegar aqui ele não chega, o Estado somos nós." (MS1). É importante destacar que tal afirmação não pressupõe negar o papel a ser exercido pelo Estado na garantia dos direitos sociais, mas explicita sua inação e deserção à medida que exige dos movimentos e grupos sociais capacidade organizativa para resistir (construindo alternativas locais) e enfrentar (construindo as lutas por direitos). É válido ressaltar a necessidade de uma pressão muito expressiva para que essas políticas realmente se concretizem, se revertam em benefícios para a população e não se descaracterizem e deixar de existir, como no caso da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos - PNARA, PNATER e outras, que mesmo com toda mobilização dos Movimentos Sociais essas políticas foram sufocadas.

Nesse sentido, o integrante do Movimento social ressalta a importância dos movimentos e grupos diversos do campo na produção das lutas e de seu conteúdo referencial, afirmando que os Movimentos sociais, as comunidades tradicionais, quilombolas, movimento de mulheres, dentre outros, "são o público que eu sempre acreditei, que eu fiz parte e que faço parte, esse público que faz as coisas boas do mundo

ainda girarem, como os processos ambientais a Agroecologia e outros processos."(MS1). Podemos perceber isso também no relato abaixo:

Eu já caminhei por muitos espaços para trabalhar com a EA, eu trabalhei em Ongs, trabalhei dentro do governo mesmo em instituição grande como a Secretária do Meio Ambiente e hoje eu coordeno uma escola, uma escola do campo, então hoje estou dentro do processo de uma comunidade, sou coordenadora pedagógica, sou concursada dentro de uma escola do campo onde a gente de fato ver que há uma vontade, mas que não existe apoio nenhum do Estado, não há recurso, não há interesse, não há nada. Eu enquanto coordenadora de uma escola se eu não movimentar os coletivos que existem naquela comunidade, como as lideranças comunitárias, as associações que tem lá de pescadores, os grupos que tem lá para se fazer algo, pra se juntar em mutirões, para que cada um possa de alguma forma contribuir e ver o que é que pode ajudar, reunir esse grupo para a gente criticamente avaliar as problemáticas locais e construir algo se não for por esse meio não acontece, pois se depender do Estado para isso não acontece nunca. (E2).

É importante perceber aqui esse mesmo cuidado com a coletividade na fala do nosso entrevistado abaixo e vê que está sendo pensada mesmo de forma elementar a interação da Agroecologia com a EA.

Tive em comunidades que fui fazer processos formativos, reuniões ou entrega de materiais didáticos como ação de estado e chegando lá eu vi que eles executavam [...] melhor do que a gente. Eu já vi de perto comunidades produzir seus próprios materiais, comunidades revitalizarem nascente, comunidades fazerem reciclagem de lixo, fazerem descartes adequados de resíduos sólidos tanta coisa. Existe uma diretoria de EA na Secretaria de Meio Ambiente mas ela não tem orçamento, ela não tem equipe, ela não tem prioridade. Existe uma coordenação de EA dentro da secretaria de educação ela não tem projetos, ela não tem programas, porque se tivesse programas mesmo institucionais ela teria orçamento grande para se execultar a política. Ela não tem equipe, ela não tem recursos humanos, então assim ela existe, mas não tem como fazer trabalho. Então as coletividades é que de fato vai permitir que de fato as práticas aconteçam. (AG2).

Chama-nos atenção nas falas a potencialidade na perspectiva em que os espaços institucionais e de operacionalização de políticas, quando em contato com os sujeitos do campo, como Movimento Social, são espaços formativos desses sujeitos. A importância também da coletividade juntar forças em busca de um ideal, porém não podemos perder de vista as lutas que precisam existir para pressionar o Estado e efetivar a execução das políticas, conforme previsto no aparato legal, pois como coloca o gestor "O Estado executa dinheiro público e dinheiro público tem que ser destinado, o Estado tem que cumprir seu papel." (AG2).

Como afirma o representante do movimento social, "Acredito muito no Estado democrático, mas no Estado de direitos, então a gente não tem que fazer o papel do Estado, a gente tem que fazer o nosso papel enquanto cidadão." (MS1). Este papel inclui ao mesmo

tempo a cobrança e a luta em favor da realização de nossos direitos, a justiça ambiental e a questão do direito ambiental. Neste aspecto, o AG2 relatou:

A gente sempre trabalhou com um tema muito importante que é a democratização de informações, então nos lugares que a gente ia, embora a gente chegasse lá e visse as comunidades atuando, fazendo ações fantásticas socioambientais, a gente trabalhava com o processo de democratização. Democratização no sentido de mostrar que existe uma lei, que ele é cidadão, que ele tem direitos, que aquele processo que ele está fazendo ali deveria ter recurso público, no entanto não tem, e que ele como cidadão deve cobrar. (AG2).

As pessoas precisam ter conhecimentos das leis, devem ter o direito às informações que pregam as leis, isso também é outro ponto que a EA e a Agroecologia comungam bastante, que é a democratização de informações e de conhecimento úteis a vida das pessoas.

Ao perguntar aos entrevistados quais ações têm sido possível implementar e/ou têm sido pensadas no âmbito da política de EA e de Agroecologia, como temos três tipos de sujeitos da pesquisa, as respostas foram pontuadas em cada atuação. Para melhor visualização foi construído o quadro abaixo:

Quadro 03. Ações implementadas da EA e Agroecologia

GESTOR	EDUCADOR	MOVIMENTO SOCIAL
universidades, tínhamos até algumas ações pontuais, não existia nenhuma ação continuada permanente com financiamento, com o orçamento destinado corretamente para que ações mais efetivas se implementasse no estado, o que havia, e aí é minha	São poucas, sendo a maioria através de eventos. Estamos pensando agora uma forma de extensão mais profunda, de contato realmente entre instituição/produtor para levar essa idéia. Mas, é algo que ainda está engatinhando, até porque nosso corpo docente no curso ainda é muito pequeno. Só tem nove professores, no máximo, cada um com suas especificidades. Aí a gente tenta aos poucos levar essa nova visão (E1).	sobre a importância da Educação Ambiental e a Agroecologia andarem juntas. Fazemos ações também de coleta de lixo, reciclagem, plantio de base agroecológica, ações de
*	Na verdade eu não tenho pensado muito nisso não, eu acho que vai ser uma coisa mais que espontânea. Assim, eu pensei na possibilidade da gente começar a trabalhar isso com os alunos aqui dentro, mas trabalhando com as crianças de fora. Essa questão da prática é uma coisa que a gente precisa rever, pois nossos alunos nos cobram muito e não dá para fazer uma Agroecologia sem prática, pois a Agroecologia não é receita, o que passo para eles é que isso aqui é o que eu sei, o que vocês vão ver lá no campo pode mudar tudo. Na verdade eu estou dando ferramentas para que eles pensem (E2).	saber. Ás vezes a gente não consegue chegar nessa política pública através de prefeituras, e a gente precisa está procurando, cobrando, para poder está participando, porque se a gente deixar só pela vontade, nem todos, mas alguns aí não abrem mão não, só abrem para quem eles gostam

Fonte: Do autor.

Analisando as respostas dos entrevistados no quadro acima, constata-se uma preocupação de todos os setores com a preservação e utilização dos recursos naturais.

De forma mais direta, o entrevistado MS2 tem uma participação ativa nos espaços de representação do território — colegiado, conselhos, etc. Ele também fomenta outras mulheres e lideranças a participarem e exigirem seus direitos. Há nele uma clara percepção do papel do movimento social como ator de pressão dos governos e do Estado para se alcançar os direitos; porém, mesmo as políticas existindo, ela também compreende que é preciso conhecer as leis, e cobrar os agentes públicos e o Estado a partir da pressão nos espaços colegiados. Nestes espaços, cobra-se a efetivação das políticas, avalia-se essas políticas e procura-se corrigir suas falhas e lacunas no processo de implementação. Em relação às ações vivenciadas nota-se que algumas ações foram feitas, entretanto, o sucesso da atividade deveu-se às ações e interesses da coletividade, e não foram avançadas porque não são prioridade de governo. Apesar de todo o aparato para realização de atividades agroecológicas, na gestão, como um dos próprios gestores expõe, o que acontece são ações pontuais nada permanentes. O AG2 fala de palestras, eventos sobre a Agroecologia e EA, minicursos, que de qualquer forma também não deixa de serem ações.

Os educadores citam eventos e alguns projetos embrionários que não deixam de ser importantes, mas que representa muito pouco diante das possibilidades que hoje se apresentam. Na fala do E1, a vontade de fazer um projeto onde aconteça o contato maior entre universidade e produtor, consiste em uma interação que faz parte do fazer ambiental: levar debates para as comunidades rurais, assim como levar a prática daquele agricultor para dentro da universidade, promovendo o diálogo de saberes. Esse E1 acrescenta que "Os trabalhos de TCC desses alunos na sua grande maioria têm um viés social. Eles levam a Agroecologia, discutem e traz os resultados das comunidades deles para dentro da UFRB, então já existe esse elo na verdade.". Aqui, mostra-se que mesmo sem ser intencional, os alunos trabalham a interação das duas políticas.

Nos movimentos sociais as ações são mais intensas, esses sujeitos de fato trabalham mesmo com os pressupostos das duas políticas. São ações conjuntas, em busca de uma conscientização ambiental, como é percebido na fala do representante do MS1. "Nós somos o ambiente, nós somos a Agroecologia, nós somos a política, se depender do governo nada é feito.". É muito forte, portanto, a ideia de luta na fala deste representante do Movimento Social. Esse fazer, no entanto, não descaracteriza a necessidade de constituir as lutas, mas

demonstram que é na práxis que se constroem valores, saberes, sentidos para impulsionar e fortalecer as lutas.

Por outro lado, para o AG1, o que acontece são ações pontuais, ações essas devido à necessidade de cada setor. "Quando a agenda das Comunidades tradicionais, dos Movimentos sociais, dos movimentos agroecológicos, do Campo, dos movimentos Sem Terra, da reforma agrária forem prioridade de um governo, aí sim haverá convergência enquanto isso, acontecem as ações pontuais.". Um grupo específico de pessoas que pensam que aquilo é importante e que vão lá e fazem, pessoas estas que participam da gestão de uma secretaria, ou que estão dentro de uma sala de aula, na coordenação de algum curso, nos Movimentos sociais ou nas comunidades tradicionais, por exemplo.

Algumas perguntas foram específicas no fazer de cada sujeito. Ao perguntar aos gestores sobre quais as maiores dificuldades encontrados na operacionalização das ações, apresentaram respostas unânimes. Todos falaram sobre os recursos e a capacidade de formação: "As maiores dificuldades eu diria que são os recursos orçamentários financeiros e o desenvolvimento de capacidade, formação ainda estão muito a quem. " (AG1). O entrevistado AG2 acrescenta:

Em relação à formação, como não se tem recurso para atingir um estado inteiro, 27 território de identidade e a quantidade de municípios de população que nós temos no estado da Bahia, nós fazemos processos formativos com os sujeitos multiplicadores, então fazemos processos formativos com professores e com gestores e eles multiplicam com a escola inteira; com brigadistas que por sua vez multiplicam informações com as comunidades sobre a prevenção e combate a incêndios; com lideranças comunitárias que trabalhavam com o processo de revitalização de nascentes, de recuperação de mata ciliar. Então a gente trabalhava sempre com esse perfil, com sujeitos multiplicadores de comunidades. (AG2).

Os entrevistados gestores ressaltaram a dificuldade em trilhar um caminho em consonância com um desenvolvimento sustentável quando o Poder Público não demonstra preocupação em cumprir o seu papel. O governo precisa cumprir o seu papel, pois quando ações importantes presentes na política de EA e Agroecologia como, financiamento da produção agrícola, transferência de recursos orçamentários para o desenvolvimento rural e a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares deixam de ser cumpridas dificultam o fortalecimento da agricultura familiar.

No educador, percebemos o desafio de se pensar a extensão, de se pensar a pesquisa de forma mais implicada, uma pesquisa a partir da ciência popular, e a partir dessa troca de saberes ser um importante mecanismo de formação para os próprios educadores.

Outro momento singular da entrevista foi às sugestões e/ou recomendações dadas pelos entrevistados para ampliar as interfaces dessas duas políticas. Eles colocam que "Precisa de algo mais articulada e sistematizada para realmente acontecer essa integração" (AG1), não podemos perder de vista a importância da luta política para efetivação dessas políticas, e isso só será possível com a construção da coletividade para fortalecer esses espaços.

A luta política, ela é a grande resposta para tudo isso, porque embora a gente tenha um ganho muito grande nesse processo histórico de políticas, temos dentro da secretarias de Meio Ambiente uma diretoria de EA com uma coordenação de EA na secretaria de educação, temos especialização de EA, cursos de Agroecologia nas instituições de ensino, institutos federais com discussão de educação do campo de Agroecologia, ter tudo isso neste momento histórico que nós estamos vivendo, é a resposta para essa interface, não poderia ser nada mais, nem nada a menos do que a luta. Mais isso só foi possível através da coletividade, porque se a gente deixar de fortalecer os espaços coletivos essa interface ela vai deixar de existir, porque quem faz isso acontecer são as bases, o governo so enfraquece, só faz de conta. (AG 2).

O fortalecimento das redes de cooperação e dos coletivos organizados agregando diferentes atores - das universidades, institutos federais, escolas de educação básica, escolas do campo, movimentos sociais, órgãos dos governos das diferentes esferas - permitirão a troca de saberes, experiências e a construção de aprendizagens, a retroalimentação das práticas, a ressignificação das lutas, a formação dos sujeitos no processo, o apoio às ações e práticas em meio às restrições diversas impostas, especialmente, as de cunho financeiro.

As articulações dos atores em redes locais de conhecimento, saberes e práticas têm um potencial enorme à construção da resistência e do enfrentamento. Se por um lado isso pode minimamente garantir a manutenção das conquistas acumuladas ao longo das últimas décadas; por outro, apresenta-se como caminho possível de construção do enfrentamento pela articulação e rearticulação das bases (as comunidades e grupos populares) em torno das práticas ambientais, agroecológicas, solidárias, a partir das trocas de saberes, das interpretações críticas sobre as experiências vividas e diálogos como processos educativos de conscientização, libertação e mudança.

Neste capítulo foi possível identificar as interfaces e especificidades entre as Políticas de EA e Agroecologia, através da análise documental e das percepções dos sujeitos. As estruturas elementares das políticas públicas interligadas, com a compreensão das categorias, deram bastante suporte para essa análise. No capítulo a seguir foram feitas as conclusões e algumas contribuições para pesquisas futuras.

5 – CONCLUSÃO

Neste caminho interpretativo que percorremos a partir do olhar e da análise das percepções dos sujeitos envolvidos de alguma forma nas políticas públicas aqui analisadas (EA e Agroecologia), em consonância com os documentos analisados, importou-nos captar exatamente essas percepções sobre o concebido (a política pública em si) e a dimensão do vivido (das práticas, ações), buscando apreender nessa dinâmica as especificidades e relações pensadas, percebidas e vividas.

Em um primeiro momento, há de se considerar que apesar de ser cada vez maior a percepção da população em relação à necessidade de se pensar em ações sustentáveis para o meio ambiente o modelo econômico capitalista encontrar-se em crise, os processos de produção no campo continuam sendo orientadas sob a égide da concentração de terras, riquezas e poder, socializando os prejuízos ambientais, sociais, econômicos e culturais para os povos do campo e, pensando de forma sistêmica, também para as populações das cidades.

Portanto, a produtividade sustentada nas monoculturas, no uso intensivo de tecnologia de ponta, nos transgênicos e seus congêneres, não estão preocupados com a segurança alimentar pensada como acesso e qualidade do alimento, apesar de usar tal discurso. O resultado disso tem sido recorrentemente danos à saúde do consumidor e à qualidade do meio ambiente, conforme estudos divulgados pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, e pelos relatos dos entrevistados, pois os mesmos teceram comentários a respeito dos problemas ambientais, da questão do uso dos agrotóxicos, como eles se engajaram na luta ambientalista a partir de vinculações com os posicionamentos de Ana Primavesi, Edson Hiroshi e outros autores.

Nesse sentido, os princípios da EA incomodam, pois têm como perspectiva trabalhar a conscientização do cidadão em relação à urgência de se repensar essa relação entre sociedade e natureza fortemente orientada por uma economia predatória dos recursos naturais (água, solo e ar) e, os princípios da Agroecologia podem contribuir com essa abordagem ambiental, oferecendo ferramentas para que a mesma se concretize no âmbito da produção agropecuária.

A EA também é essencial para sensibilização da importância de preservar o meio ambiente, conscientizando sobre a forma de pensar e agir dos indivíduos, levando a promover uma aproximação entre conservação ambiental, alimentos saudáveis e agricultura, associados aos conhecimentos da Agroecologia. Pensar nisso é um exercício de

reflexão sobre a importância que EA e a Agroecologia têm para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em conformidade com a preservação ambiental.

Percebe-se que a EA é vista muito mais como a questão do processo educativo, já na política de Agroecologia os processos educativos estão calcados mais às ações de Assessoria Técnica e Extensão Rural de base agroecológica - ATER, muito mais direcionada às áreas de reforma agrária e comunidades tradicionais e aos processos formais de educação, cujo movimento deu origem à expressão "Educação em Agroecologia", fortemente preocupado com as propostas político pedagógicas dos cursos técnicos, tecnológicos, bacharelados e de pós-graduação em Agroecologia.

Tanto as práticas de ATER quanto às propostas de Educação em Agroecologia reconhecem os saberes tradicionais das populações do campo (povos das florestas, povos das águas, quilombolas, fundos de pastos, dentre outros) e fomentam as trocas de saberes como um processo coletivo de construção do conhecimento agroecológico.

É importante frisar que a EA deve estar alicerçada na tríade - política – campo de saber – prática, para buscar: a mudança, a defesa da justiça ambiental e a participação, e, dessa maneira, se aliar à Agroecologia e buscar uma prática construída junto e com os agricultores, onde os mesmos sejam protagonistas de suas ações, "seja no que se refere à forma de produzir, mas também de viver, se relacionar e construir as mudanças necessárias de forma crítica, participativa e comprometida com a superação da desigualdade até então experimentadas." (SILVA; MACHADO, 2015, p. 128).

Analisando os pressupostos da Agroecologia enquanto ciência e também a Política Nacional de Agroecologia, é possível perceber sua contribuição para se pensar a extensão rural como verdadeiro processo educativo. Além disso, a Agroecologia também pode e deve ter seu uso potencializado para orientar a construção de estratégias educativas e pedagógicas inter, multi e transdisciplinares no processo de ensino, pesquisa e extensão, desde a educação básica, incluindo a educação profissional, até a graduação e pósgraduação.

Na educação não formal, a troca de experiências e a partilha de saberes entre educadores ambientais, educandos e agricultores familiares em transição agroecológica (ou com seus saberes tradicionais) poderão constituir importantes espaços de formação mútua permeada pelo diálogo, pelo respeito, pela correlação entre teoria e prática, pela valorização dos saberes tradicionais, pelo incentivo à adoção de práticas sustentáveis na agricultura,

promovendo o processo de cidadania, de inclusão social, a soberania alimentar, a segurança alimentar.

Por fim, compreendemos a importância do diálogo entre os sujeitos dos espaços a fim de constituírem redes colaborativas, ações de cooperação e, sobretudo, fortalecer as estratégias educativas formais e não-formais articuladas de Educação Ambiental e Agroecologia. Porém, não podemos perder de vista a importância da luta por direitos e a participação social "radicalmente democrática", como nos lembra Boaventura de Sousa Santos, nos processos de avaliação das políticas e na construção de novas estratégias de lutas.

Em face disto, fica evidente a necessidade de se ter a EA permanentemente articulada às práxis que compõem o "campo da Agroecologia", pois "ambas surgem da necessidade de mudanças, adoção de novos estilos de vida, que tragam melhor qualidade de vida, conservação da biodiversidade e geração de trabalho, em um sistema econômico mais justo." (CRIVELLARO, 2008, p. 08). Por isso, EA e Agroecologia representam dois processos de conscientização e ações sustentáveis fundamentais na contemporaneidade, tornando-se, tema em debate nos Movimentos Sociais para formulação de Políticas Nacionais, Estaduais e Municipais.

De forma específica, a integração desses "campos" de conhecimento contribuirão para que as ações educativas em torno da Educação Ambiental sejam, na realidade do meio rural e nas escolas de maneira geral, mais do que aquilo recorrentemente feito ou discutido (reflorestamento, lixo, etc.), mas se potencialize com a complexidade das discussões e práticas em torno da agrobiodiversidade (o potencial econômico e ambiental das agroflorestas, o controle biológico a partir da diversidade produtiva, o manejo e conservação do solo com práticas de agricultura sustentável, a preservação dos recursos hídricos e a convivência com o semiárido - viver e produzir - , a produção e consumo de alimentos saudáveis, a autogestão das propriedades no tocante à produção de insumos orgânicos para a produção), redimensionando as perspectivas das visões sistêmica e holística a partir do viver e produzir no e com o ambiente.

Analisando as políticas e as percepções dos sujeitos percebemos que mesmo depois da implantação da PNAPO, ainda existe um alcance restrito a política de apoio à Agroecologia implementada até o momento. Mesmo com alguns programas governamentais destravados abrindo espaços para alguns avanços da EA e da Agroecologia no plano nacional, é notório na fala dos nossos sujeitos da pesquisa a insatisfação com a

implementação e execução das duas políticas. É necessário e urgente rever os mecanismos que dão suporte à execução dessas duas políticas, visto que o diálogo presente na teoria e no marco legal e a concretização daquelas políticas, ainda têm sido reconhecidos pelos sujeitos executores ou envolvidos nas duas políticas públicas como algo incipiente ou insuficiente, com esforços por vezes pontuais e não contínuos, capacidade de ação limitada dos executores e geralmente um protagonismo muito mais visível emergido dos sujeitos locais, mesmo sem apoio suficiente e sem as garantias previstas nos textos legais. .

Desse modo, ficou evidenciado pelos sujeitos entrevistados que a EA e a Agroecologia, apesar de apresentarem abordagens tão afins, apresentam um leque de diálogo ainda muito incipiente, na medida em que se trata de instrumentos preciosos de construção de um modelo de agricultura sustentável.

Por conseguinte, este estudo objetivou a seguinte pergunta: Quais as interfaces e especificidades entre as políticas de Educação Ambiental e de Agroecologia a partir do olhar de sujeitos intencionais envolvidos no processo social dessas políticas? Os sujeitos foram elementos chave para analisar as inter-relações e especificidades das políticas de EA e de Agroecologia, através das suas percepções e vivências no âmbito dessas políticas, apontando pistas para construção de processos, fortalecimento e articulação dessas políticas.

Dessa forma e considerando o que foi analisado e refletido, os pontos considerados como especificidades referem-se aos seguintes aspectos: às práticas científicas; o campo de saber; novo paradigma científico; especificidade no cumprimento de algumas ações; a EA é compreendida como Educação Integral; na Agroecologia acontecem ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica.

Nas interfaces foram identificados como pontos principais: discussão da relação entre sociedade e natureza; ações que garantam repensar os critérios sociais, ambientais, científico-tecnológicos e econômicos nas políticas de desenvolvimento; estratégias que influenciam população rural como da urbana, em busca de alimentos saudáveis; educação formal e informal; Pensam em pesquisa e inovação científica e tecnológica e formação profissional e educação; Democratização de informações; Incremento de ações; luta pela igualdade e justiça social.

Outras questões geradoras de reflexões deste estudo foram as impressões que tivemos de forma particular de cada sujeito. Em relação aos educadores é preciso repensar sobre essa inter-relação na educação, pois foi notável na fala dos sujeitos essa necessidade

por falta de conhecimento sobre estes aspectos ou por não ter recebido em sua formação conhecimento adequado para atuar nessa área.

Os gestores têm a dificuldade em trilharem um caminho dessa relação, pois o Poder Público não demonstra preocupação em cumprir o seu papel. É necessário que o governo cumpra o seu papel, pois quando ações importantes presentes na política de EA e Agroecologia deixam de ser cumpridas dificultam o fortalecimento da agricultura familiar.

Não poderíamos deixar de destacar na conclusão uma fala forte de um dos sujeitos dos movimentos sociais "Nós somos o ambiente, nós somos a Agroecologia, nós somos a política, se depender do governo nada é feito." (MS1). De uma forma geral, foi possível perceber nas falas dos sujeitos a importância da coletividade, unindo forças em busca de um ideal, sem perder de vista as lutas que precisam existir para pressionar o Estado a efetivar a execução das políticas, conforme previsto no aparato legal. É importante ressaltar que as pessoas precisam ter conhecimentos das leis e devem ter o direito às informações que elas pregam.

Esses sujeitos, com todas as suas incertezas, paixões e sonhos foram se colocando a partir de sua leitura de mundo, da forma como eles veem e entendem as leis. É lógico que, cada um tem racionalidades e valores que orientam suas lutas, cada um realiza as ações como podem, ações estas que não devem ser entendidas como política pública, pois estas mesmas ações são resultado da falta de execução das políticas pelo Estado. É válido ressaltar que mesmo havendo uma política de Agroecologia e de EA, quanto a sua execução, não há seguranças efetivas do êxito das ações, pois essas garantias estão amarradas à "vontade política" de priorizar essas políticas na agenda de governo, disponibilizando recursos e suportes, ou potencializando a articulação de ações no âmbito do planejamento governamental. Essa garantia dependeria também das ações dos sujeitos, sejam dos Movimentos Sociais, gestores, educadores, e sujeitos interessados na manutenção dos direitos e nas demandas colocadas para o Estado.

O trabalho aqui realizado significou uma experiência satisfatória, além disso, tem uma importante contribuição para as pesquisas relacionadas à temática das múltiplas dimensões da EA e agroecologia, bem como suas interfaces e especificidades na análise dessa relação. Esta pesquisa nos permitiu rever os avanços e limites das Políticas de EA e de Agroecologia e deixando evidente a necessidade da EA e a Agroecologia estarem interligadas. Precisamos buscar elementos para a articulação entre as duas políticas, pois muitos não percebem essa importante ligação. É indispensável a importância do

fortalecimento das redes de cooperação e da construção da coletividade para fortalecer os espaços, trocando desta forma saberes, experiências e construindo aprendizagens em torno das práticas ambientais, agroecológicas, solidárias para a construção da resistência e do enfrentamento, lutando assim para efetivação dessas políticas. Inclusive, este movimento de articulação em rede de cooperação, trocas e aprendizagens precisa ser pensado como um espaço educativo e formativo, principalmente, (mas não somente) para os professores que atuam nas Universidades, Institutos Federais e Centros Territoriais.

É fundamental o compromisso ético e político dos sujeitos sociais para a continuidade dessas importantes políticas, demandando do governo as suas aplicações e manutenções dos espaços conquistados. Só dessa maneira a EA e Agroecologia poderão se fortalecer e continuar contribuindo para a construção do desenvolvimento rural sustentável, da sustentabilidade, e de valores éticos fundamentais para o respeito e a garantia da vida humana e do ambiente.

REFERÊNCIAS

ABREU, EdeliSimioni de; VIANA, Isabel Cristina; MORENO, RosymauraBaena; TORRES, Elizabeth Aparecida Ferraz da Silva. Alimentação mundial — uma reflexão sobre a história. **Saúde soc.** vol.10 n° 2 São Paulo Agos./Dez. 2001

ABREU, Lucimar Santiago; BELLON, Stéphane; BRANDENBURG, Alfio; OLLIVIER, Guillame; LAMINE Claire; DAROLT, Moacir Roberto; AVENTURIER, Pascal. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 26, p. 143-160, jul./dez. 2012. Editora UFPR

AGUILAR VILLANUEVA, L. F. Problemas públicos e agenda de governo – Antologias de Política Pública. México: Editorial Porrua, 2003.

ALMEIDA, P. G.; REINALDO, L. R. L. R.; ALVES, L. S.; SOUSA, J. S.; MARACAJÁ, P. B.; WANDERLEY, J. A. C. SANTOS, D. P. Impactos ambientais causados pela agricultura e a pecuária nas propriedades São João e Areia Branca, Pombal – PB. Revista Brasileira de Gestão Ambiental, v. 4, n. 1, p. 34-63, 2010.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Revista NERA. Presidente Prudente, n.16, Ano 13, p.22-32, Jan./Jun. 2010.

AMADO, João. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

ANDRÉ, Marli. O que é o estudo de caso qualitativo na educação? **Revista da FAEEBA**, Salvador, n.40 jul/dez, p. 95-104, 2013.

ANVISA. Cartilha sobre Agrotóxicos. **Série Trilhas do Campo**. Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, 2011. Disponível em: http://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/Cartilha-

agrotoxico.pdf. Acesso em: 23 jan. 2019.

ARAÚJO, Antoniel Soares. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL:** um estudo de caso em uma escola de Ensino Fundamental em Itaituba – Pará. 2018. 102 fl. Dissertação (mestrado). Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. Uberaba/MG. 2018.

ASSIS, R. L. **Agricultura orgânica e Agroecologia:** questões conceituais e processo de conversão. Seropédica: documentos 196, Embrapa Agrobiologia. 2005.

BARUJA, J. E. A; DELLAI, W; BRANDÃO, J. D. **Política nacional de Agroecologia e produção orgânica:** entre a abordagem agroecológica e a construção de uma política pública. Resumos do I Congresso Paranaense de Agroecologia. Pinhais/PR, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BORDIN, S. S. Agricultura familiar e o desenvolvimento regional: a busca da sobrevivência. IN: IN: WENCZENOVICZ, Thaís Janaina; PAIM, Robson Olivino. **Olhares ao campo:** educação, história e desenvolvimento. Rio Grande do Sul: Editora: Revolução EBOOCK. 2015.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial, 2 de setembro de 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Diário Oficial, 5 de outubro de 1988.

BRASIL, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999: **Dispõe sobre a Educação Ambiental,** institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial, 27 de abril de 1999.

Brasil. Decreto Federal nº 4.281 de 25 de junho de 2002: **Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial, 25 de junho de 2002.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente**. Departamento de Educação Ambiental; Ministério da educação, Coordenação Geral da Educação Ambiental. 3. ed. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. Decreto Federal n.º 7.794 de 20 de agosto de 2012. Cria a **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica** – *PNAPO*, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)**: Relatório de atividades de 2011 e 2012. Brasília, 2013.

CAMARGO. Ana Luiza de Brasil. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável:** concepções, entraves e implicações à sociedade humana. 2002. 198 fl. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis. Março. 2002.

CANDIOTTO, L. Z. P.; MEIRA, S. G. de. Agricultura orgânica: uma proposta de diferenciação entre estabelecimentos rurais. **Campo-território:** revista de geografia agrária, v. 9, n. 19, p. 149-176, out., 2014

CANUTO, J. C. Bases conceituais da Agroecologia. In: Marco referencial em Agroecologia / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. — Brasília, DF: **Embrapa Informação Tecnológica**, 2006.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural.** In: ETGES, V. E. (org.). Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001.

CAPORAL, Francisco Roberto (org.); COSTABEBER, José Antônio, PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Paulus, Brasília, 2009.

CARPANEZZI, Leonardo; LEARDINI, Olivia; SILVA, Cheusley Gustavo Crezi; ZANARDI, Rogério. **História e evolução da mecanização**. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens arquivos/arquivos destaque/CxbNYOvf8fSKep0 20 8-1-25-14-45-46.pdf. Acesso em: 02 fev.2019.

CARVALHO, Moisés Brandão. **Educação Ambiental na Polícia Militar do Estado da Bahia:** percepção dos policiais militares da companhia de polícia de proteção ambiental. 2013. 134f. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Salvador. 2013.

CRIVELLARO, C. V. L. *et al*. **Agroecologia**: um caminho amigável de conservação da natureza e valorização da vida. Rio Grande: Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental, 2008.

CRIVELLARO, C. V. L.; CASTELL, C. H. G. P.; SILVEIRA, I. M. L.; SILVA, K. G.; CARVALHO, R V.; GROSSKOPF, T. A. C.; Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental, **Agroecologia: um caminho amigável de conservação da natureza e valorização da vida,** Rio Grande, 2008.

CUNHA, YvagaPoty Penido. Políticas públicas de Educação Ambiental instituídas pelo Ministério do Meio Ambiente: Análise do Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais. 2015. 310 fl. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2015.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: Princípios e práticas. 3. ed. São Paulo: Gaia, 1994.

EMBRAPA. **Marco Referencial em Agroecologia.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

ESTEVÃO, R. B. FERREIRA, M. D. M. **ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas**. HOLOS, Ano 34, Vol. 03. 2018.

FIDELIS, Lourival de Moraes *et al.* A nova PNATER: uma análise de sua tramitação pelo Congresso Nacional – In: **4º Encontro da Rede de Estudos Rurais Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político.** UFPA, Curitiba – PR, 2010. Disponível em : http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/741.pdf >. Acesso em: 06 de jun. de 2020.

GIOVANNI, Geraldo di. As estruturas elementares das Políticas Públicas. Caderno de pesquisa, nº 82. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. 2009.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GOMES, Luiz Roberto. Agir Comunicativo, Diálogo e Educação. In: GOERGEM, Pedro (ORG.) **Educação e Diálogo**, Maringá: Edum. p. 55-81, 2010.

GONH, Maria da Glória. Movimentos sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio/agosto. 2011.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito Ambiental. São Paulo: Atlas, 2009.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. Cartografias do Desejo. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAM, Cristopher. HILL, Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno** (R. Amorim & R. Dagnino, Trad.). Adaptação e revisão: Renato Dagnino. 7. edCampinas-SP: Editora da Unicamp. 1993.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos – O breve Século XX. 1914-1991**. Companhia das Letras: São Paulo, 2000.

LAKATOS, E. M: MARCONI, M. de A. **Fundamento de Metodologia Cientifica: Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4 ed.Paris: ÉditionsAnthropos, 1991). Primeira versão: início - fev. 2006

LEFF, Enrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes. 2001.

LEITE, H. Conceitos, objetivos e princípios da Agroecologia. Publicado em fevereiro de 2011. In: https://www.webartigos.com/artigos/conceitos-objetivos-e-principios-da-Agroecologia/59677. Acesso em: 22 jan. 2019.

LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, LeonildeServolo de. Agronegócio. *In:* CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudênio (orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro e São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012.

LIMA, Fernanda Olivieri de. **Educação Ambiental Agroecológica no resgate do ser natural.** 2016. 166 fl. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar. Programa de Pós Graduação em

Educação Contextos Contemporâneos e demandas populares – PPGEduc. Rio de Janeiro. 2016.

LOPES, Michelle Rios. **Educação Ambiental na Escola Família Agrícola de Jaboticaba, Quixabeira, BA:** desafios para consolidar a formação do campo. 2016. 142fl. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC – UNEB. Salvador. 2016.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e Movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.) **Educação Ambiental:** repensando o espaço da cidadania. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em Educação Ambiental. *In:* LOUREIRO, Carlos Frederico B; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão ambiental. *In:* LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs). **Sociedade e Meio Ambiente: a Educação Ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Roberto Sidinei. **Etnopesquisa crítica, Etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro Edtora, 2006.

MARSON, Michel Deliberali. A evolução da indústria de máquinas e equipamentos no Brasil: Dedini e Romi, entre 1920 e 1960. **Nova econ.** vol.24 nº 3 Belo Horizonte Set./Dez. 2014.

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MOLINA, M. C. Políticas Públicas. CALDART, R. *et al.* **Dicionário de Educação do Campo.** 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil. Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.

MUTIM, Avelar L. B. Educação Ambiental e gestão de cidades sustentáveis: análise da articulação de processos educativos formais e não formais como estratégia para a gestão do desenvolvimento local sustentável. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade,** Salvador, v. 16, n. 28, p. 19-34, jul./dez. 2007.

MUTIM, Avelar L. S.; MACHADO, Célia T.; SANTOS, Aline de Oliveira Costa. **Educação profissional, territórios e sustentabilidade.** Curitiba: CRV, 2018.

NUNES, SidemarPresotto. O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de Desenvolvimento Rural. **Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais**, n. 157, mar. 2007.

PADOVAN, M. P.; URCHEI, M. A.; MERCANTE, F. M.; CARDOSO, S. **Agroecologia em Mato Grosso do Sul: princípios, fundamentos e experiências.** Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste; Campo Grande: IDATERRA, 2002.

PETER, Daniele Schmidt. **Escola Família Agrícola da Região Sul**: Educação Ambiental na transformação da realidade socioambiental do campo. 2018. 154 fl. Dissertação (mestrado). Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Sul-rio-grandense. Programa de Pós-Graduação em Educação. Pelotas. 2018

PIMENTEL, D. **Foodproductionandtheenergycrisis**. Science, Washington, v.182, p. 443 – 449, 1973.

QUEIROZ, N. T. O conhecimento agroecológico como ferramenta para o desenvolvimento sustentável. **Educação Ambiental em Ação**, n. 58, p. 2547, 2016.

ROBERTSON, C. J., Crittenden, W., Brady, M. K., & Hoffman, J. J. (2002). Situational ethics across borders: a multicultural examination. **Journal of Business Ethics**, *38*(4), 327-338.

ROCHA, Marilene Simões da. **Educação Ambiental e Agroecologia na Agricultura Familiar:** uma contribuição para o Desenvolvimento Sustentável no Território de Irecê-Ba. 2014. 210 fl. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC – UNEB. Salvador, 2014.

ROMEIRO, A. R. **Agricultura sustentável, tecnologia e desenvolvimento rural.** Agricultura Sustentável. Jaguariúna, v. 3, n. 1/2, p. 34-42, 1996.

ROSA, Antônio Vitor. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998. ROSA, Vanessa de Castro. **Agroecologia:** o caminho para um desenvolvimento sustentável sem agrotóxicos. Disponível em: https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao7b/agroecologia-caminho-desenvolvimento-sustentavel.pdf. Acesso em: 03 mar. 2019.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SAMPAIO, Tereza Verena Melo da paixão. O dilema de "Icaro" na

Contemporaneidade: a construção da Agenda 21 no Colégio Monsenhor Neiva. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Universidade Federal da Bahia – UFBA. Especialização em Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis. Feira de Santana – BA. 2016.

SANTILI, Juliana. Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores. São Paulo, Petrópolis, 2009.

SILVA, Francisca de Paula da. Educação Superior Sustentável: Uma análise de curso de turismo. 2005. 337 fl. Tese (Doutorado). Setor de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, Maria de Fátima Santos da; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. A Agroecologia e a Educação Ambiental transformadora: uma leitura para além de mudanças nas técnicas de produção agrícola. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 10, n. 1, p. 119-129, 2015.

SOUZA, Heron Ferreira. **Política de educação profissional e tecnológica e desenvolvimento territorial**: análise do Instituto Federal Baiano no contexto do semiárido da Bahia, Brasil. 2015. Recurso online (337 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305011. Acesso em: 13 nov. 2019.

SORRENTINO, Marcos. De Tbilisi a Tessaloniki: A Educação Ambiental no Brasil. *In:* JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania**: reflexões e experiências. São Paulo: SMA. p. 27-32, 1998.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação Ambiental como Política Pública. **Educação e Pesquisa** (USP. Impresso), São Paulo, v. 31, n.2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

TAMAIO, Irineu. **A política pública de Educação Ambiental:** sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - gestão do governo Lula (2003-2006). 2007. 176p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – CDS, UNB, Brasília, 2007.

THOMAZ JUNIOR, A. Totalidade Viva do Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar. (Uma Reflexão Autocrítica da Classe Trabalhadora e a Luta de Classes no Brasil). *In:* BATISTA, R. L.; TUMOLO, P. **Trabalho, Economia e Educação**. Londrina: Práxis, 2008.

TRES, Deysi Regina; REIS, Ademir; Schlindwein, Sandro Luis. A construção de cenários da relação homem-natureza sob uma perspectiva sistêmica para o estudo da paisagem em fazendas produtoras de madeira no planalto norte catarinense. **Ambient. soc.** vol.14 nº 1 São Paulo Jan. 2011.

VALDINOCI, M. Agricoltura e nuovasocietà. Roma: Natura e Cultura, 1979.

APÊNDICE A - Levantamento de dados da CAPES: dissertações e teses sobre Educação Ambiental - Agroecologia - políticas públicas, no período de 2014 a 2018.

Título/autor/ano/Universidade	Resumo	O que interessa a
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA NA AGRICULTURA FAMILIAR: uma contribuição para o desenvolvimento sustentável no território de Irecê-Ba Marilene Simões da Rocha PPGEduC – UNEB 2014	Este trabalho teve como	O que interessa a minha pesquisa As práticas da EA com base na Agroecologia.
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTALINSTITUÍDAS PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE: Análise do	técnicos da EBDA. O trabalho demonstrou que há experiências bem sucedidas de agricultura de base agroecológica no Território, que os próprios agricultores associam à saúde das pessoas e ao bem-estar do planeta. O presente trabalho analisa uma política pública federal de Educação Ambiental, o Programa Nacional de	A historicidade das políticas públicas em EA.
programa nacional de formação de educador (a)sambientais YvagaPoty Penido da Cunha	Frograma Nacional de Formação de Educador (a)sAmbientais — ProFEA, bem como sua materialização através do Edital FNMA no	

Universidade Federal do Rio de	05/2005, estabelecendo	
Janeiro	os Coletivos Educadores,	
	sua principal diretriz.	
2015		
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA	A presente pesquisa	O debate da EA e sua
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA	desenvolvida no âmbito	relação com a
DE JABOTICABA,	do Programa de Pós-	agricultura familiar
QUIXABEIRA, BA: desafios para	Graduação em Educação	como um processo
consolidar a formação do campo	e Contemporaneidade da	educativo crítico e
r	Universidade do Estado	emancipatório.
Michelle Rios lopes	da Bahia –	omano paro ro
Michelle 1408 18pes	PPGEduC/UNEB insere-	
PPGEduC – UNEB	se no debate dos estudos	
11 GEduc - GIVED	da Educação Ambiental	
2016	no contexto da Escola	
2010		
	Família Agrícola e teve	
	por objetivo analisar os	
	desafios da Escola	
	Família Agrícola de	
	Jaboticaba, em	
	Quixabeira, Bahia.	
	Essa pesquisa foi	
	alicerçada no debate	
	conceitual da Educação	
	Ambiental e sua relação	
	com a agricultura	
	familiar e a educação do	
	campo partindo da	
	perspectiva da superação	
	da racionalidade	
	moderna e refletindo a	
	Educação Ambiental	
	como processo educativo	
	crítico e emancipatório.	
Educação Ambiental e	O presente trabalho	A relação que a autora
Agroecológica no resgate do ser	acompanha processos	apresenta entre a
natural	formativos de educadores	Agroecologia e EA.
	ambientais que seguem	
Fernanda Olivieri de Lima	princípios educativos de	
	transformação das	
UFRRJ	relações socioambientais	
	com o objetivo de	
2016	resgatar o "ser natural".	
	Busca diretrizes teórico-	
	metodológicas para uma	
	práxis pedagógica	
	inovadora e diferente da	
	atual. Para tanto,	
	acompanhou-se	
	experiências educativas	
	de sujeitos das	
	comunidades tradicionais	
	da região Sul do Rio de	
	_	
	Janeiro (Costa Verde),	

continuamente se capacitam para a Agroecologia. A Agroecologia tece relações com a Educação Ambiental, ao tratar de ações ecológicas cunho produtivo agrícola e de preparo para a reorganização sociocultural dessas comunidades.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO SUL: Educação Ambiental na transformação da realidade socioambiental do campo.

Daniele Schmidt Peter

PPGEduC - UNEB

2018

A presente pesquisa tem como objetivo central investigar de que forma a Educação Ambiental Transformadora está presente e motiva o movimento de criação da Escola Família Agrícola Região Sul (EFASUL), contribuindo para estratégias favorecem permanência da juventude no campo e transformação realidade socioambiental da região Sul do Rio Grande do Sul. Verificou-se que objetivos constitutivos da EFASUL dialogam com os princípios da Educação Ambiental propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (DCNEA), demonstrando intencionalidade na elaboração de uma proposta educativa diferenciada do ponto de vista ambiental. análise das entrevistas indica uma perspectiva crítica e transformadora EA presente projeto da EFASUL, do através processo integral de ensinoaprendizagem baseado na Pedagogia da Alternância

e Agroecologia.

O enfoque de como a EA está presente na Agroecologia. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um estudo de caso em uma escola de Ensino Fundamental em Itaituba – Pará Antoniel Soares Araújo

Antoniel Soares Araújo Universidade de Uberaba 2018

pesquisa está direcionada para Educação Ambiental como política pública, e forma como manifestada em uma escola do ensino fundamental. Objetivouse conhecer e analisar a maneira como as políticas públicas educacionais ambientais são concretizas em uma escola do Ensino Fundamental por meio Projeto Político Pedagógico e Plano de Curso dos Docentes. Foram examinados Constituição Federal de 1988, a Lei 9795/99, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental, Parâmetros Curriculares Nacionais, Base Nacional Curricular Comum, além Do Projeto Político Pedagógico e Plano de Curso dos professores da escola

analisada.

A análise das políticas públicas da EA.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada para gestores



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE



Orientador: Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim Mestranda: Tereza Verena Melo da Paixão

MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA: INTERFACES E ESPECIFICIDADES NA ANÁLISE DESSA RELAÇÃO

Objetivo: Analisar as principais interfaces e especificidades entre as Políticas de Educação Ambiental e de Agroecologia a partir do olhar de sujeitos intencionais envolvidos no processo social dessas políticas.

- ✓ Como você vê as políticas de Educação Ambiental e de Agroecologia? Como você vê o significado delas para a sociedade e para a ação do Estado?
- ✓ Quais ações têm sido possível implementar e/ou têm sido pensadas no âmbito da política de Educação Ambiental ou de Agroecologia?
- ✓ Em geral, quais sujeitos têm sido priorizados nessas ações, programas ou projetos? Por quê?
- ✓ Quais as maiores dificuldades encontradas na operacionalização das ações e avanços/aprendizagens percebidos?
- ✓ Quais aproximações e diferenças você consegue perceber entre as políticas de Educação Ambiental e de Agroecologia?
- ✓ Na prática, é possível e tem se buscado aproximações entre essas duas políticas?
 - Se a resposta for sim, quais experiências exitosas já foram identificadas na aproximação dessas duas políticas?
- Se a resposta for não, quais são os principais impasses para que essa integração não aconteça?
- ✓ Em relação à integração dessas duas políticas, como tem sido a sua percepção sobreisso?
- ✓ Que sugestões e/ou recomendações poderiam ampliar as interfaces entre as duas políticas?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada para educadores



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE



Orientador: Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim Mestranda: Tereza Verena Melo da Paixão

MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA: INTERFACES E ESPECIFICIDADES NA ANÁLISE DESSA RELAÇÃO

Objetivo: Analisar as principais interfaces e especificidades entre as Políticas de Educação Ambiental e de Agroecologia a partir do olhar de sujeitos intencionais envolvidos no processo social dessas políticas.

- ✓ Conte um pouco sobre seu processo de formação e como aproximou das temáticas de Educação Ambiental e/ou Agroecologia. Quais experiências vividas foram importantes para sua formação?
- ✓ Como se tem construído o debate da Educação Ambiental e/ou da Agroecologia na Universidade (ou Instituto)?
- Como esses debates têm se aproximado dos delineamentos postos nas políticas de Educação Ambiental e Agroecologia, sobretudo no tocante à formação e educação?
- Quais ações (ensino, pesquisa ou extensão) vêm sendo desenvolvidas dentro da Universidade com essas duas temáticas?
 - Que aprendizagens têm sido construídas dessas experiências vividas? Quais desafios ainda a enfrentar?
- ✓ Como você percebe a política de Educação Ambiental e da Agroecologia?
- ✓ Quais aproximações e diferenças você consegue perceber entre as políticas de Educação Ambiental e de Agroecologia?
- ✓ Na prática, é possível e tem se buscado aproximações entre essas duas políticas?
- Se a resposta for sim, quais experiências exitosas já foram identificadas na aproximação dessas duas políticas?
 - Se a resposta for não, quais são os principais impasses para que essa integração não aconteça?
- ✓ Em relação à integração dessas duas políticas, como tem sido a sua percepção sobreisso?
- ✓ Que sugestões e/ou recomendações poderiam ampliar as interfaces entre as duas políticas?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada para o movimento social



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE



Orientador: Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim Mestranda: Tereza Verena Melo da Paixão

MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA: INTERFACES E ESPECIFICIDADES NA ANÁLISE DESSA RELAÇÃO

Objetivo: Analisar as principais interfaces e especificidades entre as Políticas de Educação Ambiental e de Agroecologia a partir do olhar de sujeitos intencionais envolvidos no processo social dessas políticas.

- ✓ Qual a sua relação com a Educação Ambiental e a Agroecologia? E como se deu essa relação?
- ✓ Quais as vantagens de produzir de forma agroecologica?
- ✓ Como você percebe a política de Educação Ambiental e a de Agroecologia?
- ✓ Como os movimentos tem se envolvido, assimilado e vivido a operacionalização dessas duas políticas?
- ✓ Quais aproximações e diferenças você consegue perceber entre as políticas de Educação Ambiental e de Agroecologia?
- ✓ Na prática, é possível e tem se buscado aproximações entre essas duas políticas?
- Se a resposta for sim, quais experiências exitosas já foram identificadas na aproximação dessas duas políticas?
- Se a resposta for não, quais são os principais impasses para que essa integração não aconteça?
- ✓ Em relação à integração dessas duas políticas, como tem sido a sua percepção sobre isso?
- ✓ Que sugestões e/ou recomendações poderiam ampliar as interfaces entre as duas políticas?

APÊNDICE E – Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE PPGEduC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N^O466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA

TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: Múltiplas dimensões da Educação Ambiental e Agroecologia: Interfaces e especificidades na análise dessa relação.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Tereza Verena Melo da Paixão

INSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DO (A) PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: Universidade do Estado da Bahia – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (Curso de Mestrado Acadêmico – Linha 03: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável).

EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA

No delineamento da pesquisa tomamos como base a abordagem qualitativa. Na metodologia utilizaremos dois dispositivos, a análise documental observando os pressupostos implícitos nas políticas da EA e da agroecologia (dimensão do concebido) e a percepção dos sujeitos a partir também de suas vivências, através de entrevistas semiestruturada, procurando compreender as possíveis inter-relações entre das Políticas de EA e de Agroecologia e suas especificidades.

Para a análise das políticas públicas e das percepções dos sujeitos, como ponto de partida utilizaremos as estruturas elementares formal, substantiva e simbólica das políticas públicas proposta por Geraldo di Giovanni (2009) interligadas com a compreensão das categorias definidas como concebido, percebido e vivido discutidas por Lefebvre (1991), por David Harvey (2005) e adaptadas para os objetivos da análise de políticas.

O referido trabalho tem como primeira autora **Tereza Verena Melo da Paixão**, sob orientação do **Prof.º Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim** e a participação e colaboração de **professores, gestores e interlocutores voltados aos Movimentos sócias** que lidam com as duas políticas. Sendo assim, esta pesquisa não tem instituição coparticipante, pois os sujeitos em questão serão informantes chaves, onde suas informações darão pista para analisar o conteúdo.

A pesquisa poderá trazer benefícios sociais, educacionais e culturais como: criar reflexões para a necessidade de substituição de atividades insustentáveis, para a adoção de técnicas que diminuam o impacto causado no meio ambiente e para a preservação das características locais. Na Agroecologia é uma possibilidade de outro projeto de sociedade/campo, pois procura garantir soberania alimentar, aliada com a perspectiva da segurançaalimentar, valorização da cultura local e respeito ao meio ambiente, contribuindo, desta forma, para os processos de desenvolvimento rural e urbano. E também por acreditamos ser possível extrair contribuições importantes para fazer avançar o debate e as ações nesses dois campos de luta política visto que, existem muitas dúvidas a respeito, sendo que muitos os tratam como um conceito indiferenciado.

Como essas duas temáticas para alguns ainda são tratadas como um conceito indiferenciado, o risco da participação no desenvolvimento da pesquisa poderá trazer constrangimento, pois algumas pessoas ainda não conseguem fazer essa diferenciação.

Na referida pesquisa, Tereza Verena Melo da Paixão, será responsável por fazer a análise das políticas públicas da Educação Ambiental e da Agroecologia, e observar na fala dos sujeitos da pesquisa que serão informantes chaves, aqueles envolvidos cotidianamente na operacionalização das políticas e do desenvolvimento das ações com a comunidade, as interfaces e especificidades dessas duas políticas, sendo assim as informações desses sujeitos atribuirá os significados para essa análise.

A participação é voluntária, não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela e se dará por meio de resposta à entrevista, com uso do recurso de áudio gravação, para permitir uma transcrição fidedigna das falas, sendo que somente serão utilizadas na análise dos dados as falas previamente autorizadas. Os resultados serão divulgados em tratados escritos sob a forma de dissertação garantindo perfil ético e o respeito inerentes a toda investigação científica sob anuência do autor e orientador

Garantimos que a identidade será tratada com sigilo e, caso queira o(a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de autorizar a participação e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisador (a) ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pelo(a) pesquisador(a) e o Sr(a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira é garantido ao participante da pesquisa o direito a indenização caso ele(a) seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, nos quais poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação, agora ou a qualquer momento.

INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Tereza Verena Melo da Paixão **Endereço:** Rua Professor Mata Pereira, nº 499, Centro, Cruz das Almas-BA.

Telefone: (75) 98166-7081

E-mail: verena_sonho@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Prédio da Reitoria, 1° andar, Cabula, Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2399 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP-End:SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3° andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO.

(orientando)

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos e benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa **Múltiplas dimensões da Educação Ambiental e Agroecologia:** Interfaces e especificidades na análise dessa relaçãoe ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário, consinto também que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim.

Salvador, 06 de novembro de 2019.		
Assinatura do participante da pesquisa		
Assinatura do pesquisador discente	Assinatura do professor responsável	

(orientador)